

CIÊNCIA CULTURA

TEMAS E TENDÊNCIAS

multiculturalismo

S U M Á R I O

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

OS SINDICATOS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
Iram Jácome Rodrigues
Jacob Carlos Lima

BRASIL

6 ONGs ENFRENTAM DESAFIOS E OCUPAM ESPAÇO DA AÇÃO PÚBLICA



Alexandre Butti

9 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS ESTÁ PRESENTE EM QUALQUER CLASSE SOCIAL

11 RACISMO INFLUENCIA DESEMPENHO ESCOLAR

12 NOVOS PÓLOS DE PESQUISA BUSCAM DESCENTRALIZAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

13 SIR GHILLEAN PRANCE: 45 ANOS DE ESTUDOS DA FLORA AMAZÔNICA

15 BUSCA DE MAIOR EFICIÊNCIA NO COMBATE AO CÂNCER

NÚCLEO TEMÁTICO: MULTICULTURALISMO

ARTIGOS



24

APRESENTAÇÃO
Que multiculturalismo
se quer para o Brasil?

Livio Sansone

29

Os índios pedem
passagem...

Maria Rosário de Carvalho

32

Dilemas dos estudos
étnicos norte-americanos:
multiculturalismo
identitário, colonização
disciplinar e epistemologias
descoloniais

Ramón Grosfoguel

36

Por que não Guerreiro
Ramos? Novos desafios
a serem enfrentados
pelas universidades
públicas brasileiras

Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel

41

Sistema de cotas:
um multiculturalismo
brasileiro?

Jocélio Teles dos Santos

Delcele Mascarenhas Queiroz

46

A África e os estudos
africanos no Brasil:
passado e futuro

Valdemir Zamparoni

NOTÍCIAS50

PESQUISAS52

MUNDO

16 PROGRAMA

INTERNACIONAL SUGERE
POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA DETER AUMENTO
DA OBESIDADE
NA EUROPA

18 SÃO MÚLTIPLOS OS SENTIDOS DA POLÍTICA NA ATUALIDADE

19 BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS: ATENÇÃO PARA QUESTÕES BÁSICAS DE DEFESA DA VIDA

21 PESQUISADOR DENUNCIA O LUCRATIVO MERCADO DE COTAS DE CARBONO

CULTURA

54 LITERATURA

Ficção pós-colonial retrata
conflitos contemporâneos

56 LANÇAMENTO

*Brasil/Africa: fronteiras
indissociáveis*

Alexsander Gebara

57 CINEMA

Monstro brasileiro
revive em 3D

60 CIÊNCIA E ARTE

*Corpo e inventos estão em
exposições e novo livro*

62 PROSA

PEDRO BIONDI

64 POESIA

PAULO JOSÉ MIRANDA

E X P E D I E N T E

CIÊNCIA CULTURA

<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Adalberto Luiz Val, Aldo Malavasi, Antonio Flávio O. Pierucci, Benício Schmidt, Carlos Alfredo Joly, Daniel Hogan, Dora Fix Ventura, Francisco César de Sá Barreto, Gilberto Velho, Hernan Chaimovich, Igor Pacca, João Lucas Marques Barbosa, Marco Antonio Raupp, Miriam Krasilchik, Reginaldo Prandi, Roque de Barros Laraia, Ruben George Oliven, Silvio Coelho dos Santos, Yonne Leite

EDITOR CHEFE

Carlos Vogt

EDITORA ASSISTENTE

Regina Pekelmann Markus

EDITORES CIENTÍFICOS

Ciências Biológicas

Giles Alexander Rae, Miguel Trefaut Rodrigues

Ciências Exatas

Sílvio Salinas, Marcelo Knobel

Ciências Humanas

Eduardo Guimarães, Miguel Chaia

EDITORA EXECUTIVA

Wanda Jorge

EQUIPE DE REPORTAGEM

Alfredo de Oliveira Suppia,
Antonio Carlos Amorim, Carolina Cantarino,
Flávia Gouveia, Márcia Tait, Mariana Perozzi,
Marta Kanashiro, Patrícia Mariuzzo, Simone Pallone,
Susana Dias, Rafael Evangelista

CAPA

João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio
Luís Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO

Daisy Silva de Lara

CONSULTORES

Literatura

Álcir Pécora, Paulo Franchetti

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE

Ennio Candotti

VICE-PRESIDENTES

Celso Pinto de Melo
Dora Fix Ventura

SECRETÁRIA-GERAL

Lisbeth Kaiserlian Cordani

SECRETÁRIOS

Ingrid Sarti,
Maria Célia Pires Costa,
Oswaldo Augusto Brazil Esteves Sant'Anna

TESOUREIROS

Peter Mann de Toledo (1º tesoureiro)
Sueli Druck (2º tesoureiro)

CONTATOS

Redação

cienciaecultura@sbpcnet.org.br

Revista *Ciência e Cultura*

ISSN 0009-6725

O

Brasil é tão múltiplo e diverso que mesmo o mito de sua diversidade é múltiplo e diverso.

Voltado para si mesmo, desdobra-se, contudo, em desmesuras de relacionamentos apaixonados com o outro, seu dessemelhante.

É, assim, um país de forte vocação internacional, tanto pelo que desperta no outro, no estrangeiro, quanto pelo que o outro desperta no nosso olhar: curiosidade, interesse, humildade formal, cordialidade e disponibilidade para a atenção e o apoio nas situações mais fáceis do cotidiano dos estranhamentos.

O país é dinamicamente multicultural e diverso na sua identidade que, entre outras coisas, está assentada sobre a particular universalidade da língua portuguesa.

A diversidade étnica e cultural que caracteriza a dinâmica das relações sociais no Brasil permanece um tema constante nas ciências humanas, nas artes, na literatura e mesmo, mais recentemente, nas políticas públicas de afirmação do negro e do índio na nossa sociedade.

As cotas nas universidades são uma importante estratégia dessas políticas afirmativas e constituem um passo importante no reconhecimento formal das diferenças como condição de nossa identidade.

Este número de nossa publicação traz como Núcleo Temático o Multiculturalismo e com ele a variedade de assuntos tratados nas várias seções da revista, ela própria diversa e única no binômio *Ciência e Cultura* de sua identidade.

CARLOS VOGT
Editor chefe, abril de 2007

OS SINDICATOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Iram Jácome Rodrigues
Jacob Carlos Lima*

O mundo do trabalho tem se situado no centro das principais transformações ocorridas no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo. A incorporação das novas tecnologias de informação e a flexibilização das relações de produção induziram a criação de novas formas de trabalho (em tempo parcial, temporário, a domicílio etc.), e mudaram significativamente as características da classe trabalhadora. Essa situação afetou de modo significativo as práticas sindicais e colocou em xeque as estratégias construídas em períodos anteriores do desenvolvimento econômico.

A partir dos anos 1950, a ação sindical viveu momentos de fundamental importância quando a instituição trabalhista foi amplamente reconhecida e seu poder se consolidou enormemente.

O sistema econômico e social que emergiu após a Segunda Guerra Mundial e até inícios dos anos 1970, em grande parte da Europa Ocidental, EUA e Japão, foi responsável por uma estabilidade que representou um incremento do bem-estar e aumento da riqueza em todos esses países. Durante o período, além do aumento do bem-estar e altas taxas de crescimento econômico, a democracia e o Estado de Bem-Estar Social foram consolidados e o Estado estimulou o desenvolvimento da atividade produtiva através de empréstimos e investimentos de longo prazo.

Esses investimentos, em cada país, coordenados pelos Estados nacionais, embora assumissem alguns aspectos mais específicos, tinham como principal característica o processo de regulação do Estado no que tange à política macroeconômica, ou seja, uma decisiva intervenção do Estado na economia, com o objetivo de garantir o equilíbrio no campo econômico e a paz social no terreno político. Essas singularidades se manifestavam em diferenças no padrão dos gastos públicos, na organização do sistema de bem-estar social e na presença maior ou menor do Estado nas decisões econômicas.

Desse modo, o complexo de arranjos institucionais e corporativos se constituiu na essência do que veio a ser denominado compromisso fordista e foi o principal ponto de apoio de sua estruturação. Vale dizer, Estado, grandes corporações e sindicatos passaram a ser a nova base desse regime de acumulação que se caracterizava pela produção em massa de bens padronizados e em série.

Nos anos recentes, no entanto, as grandes organizações industriais que, em alguma medida, representavam a força do trabalho organizado foram ficando, paulatinamente, obsoletas. Competição global, recessão e incertezas econômicas crescentes, em alguma medida, colocaram em crise o sindicalismo e as bases institucionais nas quais ele se desenvolveu.

Essas mudanças têm trazido enormes desafios para a ação sindical. As respostas a essa questão, bem como a compreensão de seu significado para a atuação dos trabalhadores não é consensual, sendo fonte de debates em âmbitos diversificados da sociedade. Em linhas gerais, pode-se dizer que os obstáculos à atividade sindical se colocam, principalmente, em decorrência de que, historicamente, as ações trabalhistas sempre se pautaram pela demanda de acesso a bens e/ou poder públicos e privados para o trabalhador nacional. Por isso, o sindicato tem encontrado muitas dificuldades para enfrentar a chamada revolução microeletrônica e o fenômeno de globalização da sociedade. Nesse processo, o que se tem observado é que as reivindicações, muitas vezes, se espalham, do nível econômico e/ou político para a sociedade como um todo e, de outra parte, em muitos casos, muda do âmbito nacional, tanto para a esfera local quanto em direção à esfera global.

Além disso, nesses últimos anos, alterações no mundo do trabalho têm trazido profundas consequências para a ação sindical e tendo como um dos seus principais resultados – além do aumento significativo do desemprego – o crescimento de uma legião de empregados precários, parciais, temporários etc. Neste início do século XXI, observa-se que esses trabalhadores estão se tornando parte cada vez mais significativa

da economia. Esse é, pois, um obstáculo adicional ao trabalho organizado.

De certa forma, a questão do trabalho hoje reafirma elementos que marcaram sua centralidade na explicação do social no século XX, ampliando seu escopo na compreensão da sociabilidade humana e das possibilidades de futuro.

O assalariamento, que caracterizou a relação capital/trabalho durante largo período, criou as condições de agregação de direitos sociais aos contratos de trabalho. Já a flexibilidade propiciada pela revolução tecnológica, representada pela informatização e a telemática, desterritorializou a produção e o trabalho, internacionalizando os mercados, desorganizando identidades coletivas fundadas no local, no regional, no nacional. O “local” é ressignificado dentro dos nós de uma sociedade em rede, na qual atuam empresas, Estados e trabalhadores.

As empresas, por vezes, atuam globalmente, acima dos Estados nacionais. De outra parte, tentam adequar suas políticas na atração de investimentos e procuram se inserir no processo de internacionalização, percebido como inexorável e sem volta. A noção de “desenvolvimento nacional” vinculado à industrialização é “superada” pela necessidade de inserção produtiva a redes globais. Ser competitivo significa ter menores custos e acompanhar as inovações tecnológicas. Menores custos representam o corte de trabalho vivo, ou no caso da produção trabalho-intensivo, procurá-lo onde é mais barato.

Desse modo, os assalariados são os mais afetados pela nova ordem econômica mundial. Ganhos sociais resultantes de lutas de um século são perdidos em nome da competitividade global. Os trabalhadores, enquanto atores coletivos, perdem importância na mudança social, por sua fragmentação, dis-

persão geográfica e crescente vulnerabilidade social. As utopias perdem força. Assim, novos desafios são colocados à ação coletiva exigindo um repensar do trabalho em suas novas-velhas formas e em sua complexidade. No caso brasileiro, que não fugiu à regra em termos das transformações, é importante discutir a lógica das ações sindicais no novo contexto da realidade do trabalho, considerando diferentes ramos e setores econômicos bem como regiões do país, tendo em vista avaliar a presença de mudanças nas estratégias e implicações para os trabalhadores. Como se configura, pois, a situação no Brasil no que tange às novas estratégias e formas de ação sindicais? Qual o grau de representatividade das instituições sindicais?

O cenário que se constrói propõe algumas questões: qual o lugar do trabalho na sociedade do século XXI, comparando-se com a realidade do século XX? Qual a efetiva possibilidade do desenvolvimento econômico promover o crescimento do emprego no Brasil vis-a-vis o quadro internacional de crescimento sem aumento de empregos? É possível pensar em desenvolvimento social que, escapando de preocupações meramente econômicas, garanta proteção à sociedade e aos trabalhadores para além de seus vínculos de trabalho? Estariam os trabalhadores e sindicatos preparados para enfrentar os marcos trazidos pela flexibilização, agora possivelmente chancelada em termos legais? Qual o papel do governo no que se refere à proteção aos trabalhadores e benefícios diretos (e indiretos) não mais vinculados somente à formalização do mundo do trabalho, que lhes dê mais segurança em um quadro de crescente instabilidade? Quais os limites e as possibilidades das práticas empresariais em um cenário em que a empresa assume papel de destaque não só em termos produtivos e competitivos, mas

também em termos de preocupações sociais e competindo, por vezes, com a ação sindical nos locais de trabalho? Como se desenvolverá a relação entre sindicatos e Estado no contexto de um governo oriundo do movimento sindical?

Em resumo, é importante analisar, de um lado, as novas características do trabalho e o perfil da classe trabalhadora que o ciclo recente da economia mundial e brasileira está a demandar, buscando analisar as implicações sociais que daí decorrem. Por outro lado, discutir o momento atual no qual são formuladas propostas de mudanças na legislação sindical e trabalhista, arenas nas quais os atores políticos estão articulados para defender os seus interesses, bem como os possíveis impactos concretos das mesmas. Analisar a relação entre Estado e movimento sindical, que na atual conjuntura apresenta características particulares tendo em vista a ampla presença de sindicalistas no interior do aparelho de Estado. E, por fim, refletir sobre a articulação do movimento sindical com os outros movimentos sociais diante de questões que afetam significativos setores da sociedade, como o desemprego, a precarização do trabalho, o tema do trabalho infante-juvenil, gênero, informalidade, terceirização, exclusão, imigração, pobreza, bem como estratégias sindicais voltadas ao desenvolvimento regional e local em seus respectivos territórios.

É, nesse sentido, que ganha relevância a discussão e reflexão sobre esses fenômenos contemporâneos e seus impactos na realidade brasileira.

Iram Jácome Rodrigues é professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

Jacob Carlos Lima é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).



TERCEIRO SETOR

ONGs enfrentam desafios e ocupam espaço da ação pública

A causa é nobre, mas boas intenções não são suficientes para se criar uma organização não governamental capaz de produzir benefícios sociais efetivos e de forma sustentável. A situação atual das ONGs, como são chamadas essas organizações sem fins lucrativos, inclui dificuldades de várias ordens, como identificar fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes, captar recursos e gerir as organizações e seus projetos. Elas enfrentam críticas sobre o papel que ocupam na economia e na sociedade, sua relação com o governo e as empresas, seu raio de atuação — isso sem mencionar a questão de apropriação indevida das relações institucionais e dos recursos. “É preciso avaliar com cuidado as questões envolvendo ONGs, pois esse universo é bastante diverso e complexo”, considera Hebe Signorini, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (Nípiac), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O conjunto de instituições identificadas como ONGs abarca desde santas casas até fundações que apoiam



Grupo circense liderado por Wellington Nogueira, da ONG Doutores da Alegria

causas de naturezas diversas (meio-ambiente, cultura, profissionalização etc) e atingem públicos variados (como crianças, adolescentes em situação de risco, pacientes de doenças incuráveis ou idosos). Muitas vezes, situam-se no limiar de ações características de voluntariado ou, mais profissionais, cumprem papel fundamental em áreas não alcançadas por uma instituição pública. Acabam por representar uma opção de emprego para muitos pesquisadores que não conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Apesar das dificuldades de mensuração de estatísticas sobre tais organizações, estima-se que o número de

ONGs oficialmente cadastradas no Brasil esteja próximo de 280 mil, segundo dados de 2002, publicados em 2004, na pesquisa mais recente sobre o assunto. Sabe-se, porém, que esse valor representa pouco mais da metade do total das entidades sem fins lucrativos registradas no Cadastro Central de Empresas (Cempre). A pesquisa revelou também que 62% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos existentes atualmente foram criadas a partir dos anos 1990, com destaque para a região Sudeste. Ao mesmo tempo em que o número de ONGs cresce de forma acelerada, a taxa de mortalidade dessas instituições também é elevada, da ordem



Alexandre Battistini

Alexandre de Almeida, da ONG Griots, conta histórias para crianças hospitalizadas

de 70% no primeiro ano de criação, segundo especialistas. No total de ONGs apuradas, há ainda uma parcela considerável de instituições que constam dos registros, mas já não operam mais: não fecharam oficialmente, sobretudo em virtude dos custos envolvidos no processo.

O que explica esse fenômeno? Para Michel Freller, presidente da empresa Criando, consultoria especializada em terceiro setor, “a maioria das ONGs trabalha de forma muito amadora. Mesmo sem visar lucros, devem aprender a atuar como uma empresa”, considera.

Alexandre de Almeida, diretor executivo da ONG Griots, de contadores

de histórias para crianças hospitalizadas, situada em Campinas (SP), concorda. “Não é possível realizar um trabalho consistente se as atividades forem realizadas por pessoas de boa vontade, mas sem qualificação. Mas nossos contadores são voluntários devido a dois fatores: a vontade de doar o tempo pela causa da dor infantil e a dedicação, de em média uma hora semanal, que os permite permanecer em suas profissões”, diz Almeida.

Já os palhaços da ONG Doutores da Alegria que, com apresentações circenses, leva diversão e mensagens positivas a crianças hospitalizadas das cidades de São Paulo, Rio de Ja-

neiro e Recife, são profissionais de artes cênicas e devem se dedicar, no mínimo, 18 horas semanais para as visitas e a criação do repertório artístico, por um período de um ano, que pode se renovar no ano seguinte. Os profissionais dessa ONG têm diferentes perfis: jovens que optaram por trabalhar com ela desde a formatura, artistas que se tornaram gestores, profissionais que fizeram a transição de empresas para terceiro setor, além de estagiários. “Trabalhar em ONGs tornou-se uma alternativa de emprego para muitas pessoas”, afirma Wellington Nogueira, coordenador geral da Doutores da Alegria. Ele defende a profissionalização até como forma de efetivamente legitimar a organização pela qualidade do trabalho, tornando-a uma opção interessante de investimento social.

Para Nogueira, ONGs bem administradas têm mais chances de criar novas formas de gestão e geração de renda, com propostas de novos modelos econômicos, atrelados ao desenvolvimento humano. “O desafio é que podemos fazer o novo ao invés de copiar o passado. E, nesse processo, rever legislações e tornar as ONGs cada vez mais atraentes para o mercado de trabalho, fomentando sustentabilidade” acrescenta.

Para Christina Moreira, coordenadora de projetos da Sociedade Viva Cazusa, “as ONGs ainda não podem ser consideradas uma alternativa de emprego, porque a maioria

delas não tem verba para contratar funcionários”. Segundo Christina, o perfil de quem trabalha em ONGs da área de saúde é o de pessoas afetadas e/ou infectadas por alguma doença. “Costumo dizer que as pessoas que trabalham na Sociedade Viva Cazuza, apesar de não serem portadoras do HIV, são aquelas que foram sensibilizadas pelo vírus, que compraram essa briga”.

CAPTAR RECURSOS Um dos maiores problemas enfrentados pelas ONGs é a sustentabilidade. Em encontro realizado em Campinas para debater essa questão, Jorge Gonzaga de Oliveira, da ONG Aheda, disse que “as dificuldades para captar recursos estão maiores: é preciso aprender a elaborar bons projetos e parcerias, conhecer os incentivos fiscais e empresas interessadas em financiar projetos sociais”.

Lílian Perez, conselheira fiscal do Instituto para o Desenvolvimento do Empreendimento Social Sustentável (DESS), aponta que a maior dificuldade das organizações é obter recursos para projetos de longo prazo. Localizado em Santa Bárbara d’Oeste (SP), o DESS é uma ONG facilitadora, que apóia comunidades no uso eficaz dos recursos locais, por meio de maior integração com financiadoras da região. Elaborar projetos exige clareza nos objetivos, atividades e métodos de trabalho. Para isso, surgiram empresas privadas

especializadas em elaborar e encaminhar projetos, informa Ana Carolina de Oliveira Zanoti, especialista em projetos da Criando.

Para ONGs nascentes, a dificuldade é maior: precisam se tornar conhecidas para conseguir financiar seus projetos. Para isso existe uma categoria de capital conhecida por *seed money* (capital semente). Trata-se de recursos obtidos junto a simpatizantes próximos do núcleo gestor. Há também iniciativas como a da ONG Ashoka, que apóia empreendedores sociais do mundo todo. Após a seleção dos grupos, a organização dá uma bolsa mensal por três anos para que se dediquem aos projetos.

PAPEL SOCIAL Nem governo, nem setor privado, o terceiro setor surgiu num momento em que o Estado perdia poder em nome da regulação do mercado apoiada pelo liberalismo. Mas será que esse novo setor, que muitas vezes assume as funções que o Estado deixou de realizar, tem razão de existir? Para a pesquisadora Hebe, a questão é qual o papel das ONGs na sociedade. “Não sou contra essas entidades, mas sim contra a forma de atuação de grande parte delas no mundo e no Brasil, atualmente”. A pesquisadora afirma que muitas ONGs migraram para o papel de executoras de políticas públicas, o que é competência do Estado. “Estudos recentes demonstram que a execução de po-

líticas públicas por ONGs é ineficiente por ser muito mais custosa em termos de mão-de-obra”, diz. Hebe lembra que há ONGs cumprindo funções governamentais determinadas pela Constituição, como as que prestam serviços de proteção à testemunha. “Isso é atribuição do Estado. Realizar esse trabalho é inconstitucional”, afirma a pesquisadora.

Para ela, há espaço para que atuem, por exemplo, na reivindicação de direitos e na sistematização de denúncias contra abusos, exclusões e desrespeito aos cidadãos. O outro é atuar em projetos experimentais que, se bem sucedidos, podem ser adotados como política pública. “É preciso cuidado, porém, em evitar interferências que a dependência financeira implica no papel reivindicatório dessas organizações”, alerta.

Flávia Gouveia

SERVIÇO

Mais informações sobre ONGs:

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais:

www.abong.org.br

Instituto Brasileiro do Terceiro

Setor: www.ibtsonline.org/index2.php

Rede de Informações do Terceiro

Setor: www.rits.org.br

Instituto DESS: www.dess.org.br



DIREITOS HUMANOS

Violência contra crianças está presente em qualquer classe social

Estudos sistemáticos de organismos internacionais e instituições brasileiras buscam qualificar, quantificar e fornecer parâmetros para que políticas públicas se tornem eficientes no combate à violência contra crianças e adolescentes. As agressões sofridas, sejam de ordem moral, física e sexual, acontecem nos ambientes mais diversos, desde ações “disciplinadoras” de escolas ou instituições de abrigo, intimidação e discriminação dos próprios colegas, coações no trabalho, abusos em casa ou situações de risco, como o tráfico e a pornografia. As consequências na formação e na vida futura desses jovens, desde falta de perspectivas como traumas profundos, são objeto de muita pesquisa e trabalho acadêmico. Todas essas atitudes desumanas fazem parte do cotidiano de milhões de crianças, sejam elas ricas ou pobres. “O que se verifica é que, freqüentemente, se associa pobreza e maus tratos, atribuindo à condição de baixa renda ações de negligência e violência. Na

realidade, famílias pobres encontram-se mais vulneráveis a serem denunciadas, o que não significa que casos de maus-tratos sejam exclusivos dessa faixa social; a questão é que, em famílias de classe média e alto poder aquisitivo, tudo é ocultado”. Para a pesquisadora Zélia Maria Mendes Biasoli Alves, do Departamento de Psicologia e Educação da USP de Ribeirão Preto, em qualquer classe social a vergonha e o medo, tanto das crianças como de seus pais – no caso de o agressor ser um cônjuge, parente, empregador, policial ou um líder comunitário – são fatores que ajudam a camuflar o problema. Um recente estudo das Nações Unidas sobre o tema, sob coordenação do pesquisador da USP, Paulo Sérgio Pinheiro, mostra que “a violência ainda prevalece em todos os países do mundo e está presente em qualquer cultura, classe, nível de escolaridade, faixa de renda e origem étnica. Em várias regiões, a violência contra crianças é um fenômeno aprovado e, freqüentemente, legal”. Em pelo menos 106 países não se proíbe o uso de castigos corporais nas escolas, 147 países não os proíbem em instituições assistenciais alternativas e somente 16 países os proibiram no lar até hoje.

Em muitos países, a legislação se concentra em penalidades contra a violência sexual ou física praticada contra crianças, não levando em consideração a violência psicológica nem medidas de prevenção, recuperação e reintegração. “Os esforços para atacar a questão da violência contra crianças são freqüentemente reativos e concentrados nos seus sintomas e consequências, e não em suas causas. As estratégias tendem a ser fragmentadas e recursos insuficientes são alocados para medidas concebidas para atacar o problema. Além disso, os compromissos internacionais de proteger crianças da violência, freqüentemente, não se traduzem em medidas concretas em nível nacional”, avalia Pinheiro no estudo, o primeiro abrangente e global desenvolvido pelas Nações Unidas sobre todas as formas de violência contra crianças. Para Pinheiro, não basta condenar os praticantes da violência; é necessário mudar a mentalidade das sociedades e as condições econômicas e sociais subjacentes que a provocam. O especialista sugere que o Estado proíba a pena de morte para menores de 18 anos, penalize a prática de castigos corporais, promova a capacitação sistemática de profissionais e leigos que

trabalham com crianças, crie mecanismos seguros de denúncia e de coleta de dados e pesquisas. Ainda sugere que os serviços de assistência médica, educação e previdência social incluam programas de visitas domiciliares, orientações de pais e programas de geração de renda para grupos desfavorecidos. Recomenda a redução do número de menores mantidos em instituições judiciais e a reavaliação regular das detenções, bem como o combate ao trabalho infantil ilegal. “Medidas para impedir e responder à violência contra

crianças devem ser integradas a processos nacionais de planejamento até 2007”, afirma.

A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA

Sentimentos dúbios predominam nas relações entre as crianças vítimas de violência e seus agressores, diz Zélia Alves, da USP. “O que se observa com maior frequência é que as crianças ou negam que estão sendo maltratadas ou tendem a justificar a ação dos adultos, considerando que estão corrigindo o que fazem de errado. Chegam a relatar quais eram as

situações e comportamentos vistos como passíveis deste tipo de correção”, acrescenta. A estrutura de amparo existente no Brasil para as crianças vítimas de violência inclui os Conselhos Tutelares e as “casas de abrigo” (neste caso, perde-se o poder familiar). Há também a atuação de ONGs. Com relação às pesquisas sobre violência contra crianças no Brasil, Zélia avalia que se está numa direção bem produtiva e, em certos aspectos, até mais adiantados do que outros países.

Mariana Perozzi

ESTUDO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Quem	Quando	Onde	O que	Fonte
53 mil crianças	2002	mundo	Morreram em decorrência de homicídios	OMS
De 20% a 65% das crianças em idade escolar entrevistadas	2003 a 2005	países em desenvolvimento	Relataram terem sido verbal ou fisicamente intimidadas nos 30 dias anteriores à entrevista	Pesquisa Global de Saúde Baseada na Escola
50 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos	2002	mundo	Foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual	OMS
3 milhões de meninas e mulheres	Todos os anos (publicação: 2005)	África subsaariana, Egito e Sudão	São submetidas a mutilação genital	Unicef
218 milhões de crianças	2004	mundo	Participaram de esquemas de trabalho infantil (mais da metade em atividades perigosas)	OIT



EDUCAÇÃO

Racismo influencia desempenho escolar

As escolas brasileiras não estão atentas para as práticas sutis de racismo existentes entre alunos e professores, prejudicando, assim, a mobilidade educacional e social de crianças e jovens negros. Esse é o principal argumento da pesquisa “Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade”, resultado de um convênio entre o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, e a Unesco. Coordenado pelas sociólogas Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, a pesquisa combina técnicas qualitativas – como entrevistas, grupos focais e observações em sala de aula – com análises quantitativas tais como os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Realizado nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal, o estudo é abrangente e focaliza crianças, alunos das últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio, assim como pais, professores, diretores e funcionários de 25 escolas particulares e públicas.

Existe um desempenho escolar desigual entre alunos brancos e ne-

gros, que é maior entre ricos do que entre pobres, aponta a pesquisa. Sendo assim, mais do que às diferenças socioeconômicas, o baixo desempenho dos alunos negros se deve às práticas discriminatórias na escola, muitas vezes veladas. Essas conclusões foram obtidas a partir da análise das provas do Saeb de 2003 aplicadas, pelo Ministério da Educação, junto aos alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio.

FATOR SOCIAL Nos estratos sociais mais altos, os índices de desempenho dos alunos são menos críticos, o que reforçaria a tese de que aqueles que possuem um desempenho escolar mais baixo são os alunos mais pobres. Mas quando se cruzam os dados socioeconômicos com a variável raça/cor dos alunos, a conclusão é que “a pobreza iguala por baixo”, ou seja, brancos e negros possuem as notas mais baixas, estando mais próximos. Já os alunos brancos e negros de estrato socioeconômico superior, ainda que apresentem as notas mais altas, se distanciam mais entre si: os alunos negros apresentam notas bem mais baixas do que os alunos brancos da mesma classe social.

Os dados do Saeb foram comparados com as percepções de pais, professores, diretores e alunos. Segundo as pesquisadoras, adveio daí uma surpresa: a maioria dos entrevista-

dos tende a negar que há diferenças no desempenho escolar entre alunos brancos e negros. Para as pesquisadoras, essa negação está relacionada a uma “ideologia da igualdade na escola” que a exime de responsabilidade sobre as diferenças de desempenho escolar, atribuindo-as ao desempenho pessoal dos próprios alunos, ou às suas famílias.

Nesse sentido, professores, pais e alunos tendem a negar que existam práticas racistas nas escolas. Xingamentos e apelidos de cunho racista são justificados como “brincadeiras”. Professores silenciam e se omitem, preferindo não tratar do assunto em sala de aula para “não levantar o problema” ou mesmo deixando de intervir nos casos de discriminação racial. “Todos tendem a se declarar contra racismo, o que de alguma forma colabora para que não se discutam formas de identificar sutis discriminações, ou a reconhecer que os apelidos de teor racista, mesmo que aceitos pelos vitimizados, doem e causam sequelas identitárias”, diz a pesquisa.

A questão racial tende, assim, a ser tratada pelas escolas de modo circunstancial – como o Dia da Consciência Negra. Para as autoras, é fundamental instituir-se novas práticas pedagógicas, que contemplem as relações entre todos os alunos, brancos e negros, no ambiente escolar.

Carolina Cantarino



NORTE/NORDESTE

Novos pólos de pesquisa buscam descentralizar a produção científica

O projeto é tão ambicioso quanto o talento de seus idealizadores Miguel Nicolelis, Sidarta Ribeiro e Claudio Mello: construir doze centros de pesquisa de ponta no Norte e Nordeste do Brasil. Numa parceria de cientista com doadores privados, o primeiro, já funciona na capital do Rio Grande do Norte. Trata-se do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra (IINN-ELS) que, em breve, será transferido para sede própria que está sendo construída na cidade de Macaíba, com 60 mil habitantes, 20 quilômetros distante da capital. A maior parte dos recursos para construção do Instituto veio da iniciativa privada – o nome do centro de pesquisas homenageia seu patrono e principal apoiador – mas houve também investimento da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, e dos ministérios da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Os valores já ultrapassam os US\$ 25 milhões. Miguel Nicolelis,



Fachada do instituto de neurociências, em Natal (RN)

neurobiólogo formado na USP, que foi apontado como um dos 20 pesquisadores mais importantes em atividade pela revista *Scientific American*, explica que 80% dos recursos vieram do governo norte-americano, representado por diferentes instituições. O IINN-ELS, que emprega atualmente 12 cientistas, integra uma rede mundial de estudos sobre o cérebro. Para o atual diretor do Centro de Pesquisas de Natal, o neurobiólogo Sidarta Ribeiro, é de total importância ter um centro internacional de pesquisas fora do eixo Sul-Sudeste. “Nos Estados Unidos ou na Europa você encontra bons centros de pesquisa em qualquer lugar. É um sistema distribuído. Além disso os pesquisadores têm muita mobilidade e intercâmbio, o que gera riqueza cultural e

Fotos divulgação

científica. No Brasil a desigualdade social se reflete em um desenvolvimento científico desigual, o que causa concentração de pesquisas e de investimentos. A consequência é o que eu chamo de provincianismo científico”, diz ele. A articulação social é

outro ponto que chama a atenção no projeto do Instituto.

PATROCÍNIOS Além do centro de pesquisas propriamente dito, no canteiro de obras que já movimenta a pequena Macaíba, estão sendo erguidos também um centro de saúde materno-infantil e o centro de educação comunitária.

O Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, será responsável pelo patrocínio e gestão do um centro de saúde que abrigará um serviço de gravidez de alto risco, um programa de prevenção de câncer de mama, inédito na região, e um centro de neuropediatria. O projeto de educação científica deve beneficiar 150 crianças da rede pública. “Eles serão cientistas com o que tiveram à mão. Aprenderão biologia a partir da

análise do solo do bairro onde moram para que percebam quanta vida existe em um pedaço de terra”, diz Nicolelis. Para ele, o que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.

EXPERIMENTOS EM ANIMAIS Em suas pesquisas, Nicolelis utiliza a atividade elétrica do cérebro que, por meio de implantes neurais, pode movimentar próteses robóticas. Os resultados positivos obtidos em macacos foram muito comemorados na comunidade científica por abrirem boas perspectivas para portadores de deficiência física. Uma das linhas de pesquisa no instituto de Natal é a biocompatibilização de eletrodos. O objetivo é evitar a inflamação na área do cérebro que fica em contato com os filamentos dos eletrodos responsáveis por mapear a atividade elétrica das células. Segundo Sidarta, experimentos em animais devem possibilitar solucionar esse problema e assim atingir condições ótimas de cirurgia para colocar implantes em seres humanos. “No modelo tradicional de pesquisa, primeiro a pessoa se torna um especialista em técnica. Acredito que seja mais importante definir uma pergunta e, a partir daí, achar uma ou mais técnicas



No alto, Nelson Lemos no laboratório de eletrofisiologia captando sinais elétricos do cérebro de ratos; acima, Cristiano Simões seccionando cérebro para preparação de lâminas

apropriadas para solucionar o problema”, acredita ele. Sono, sonhos e memória, mecanismos neurais da comunicação vocal em sagüis e doença de Parkinson são as demais áreas definidas como foco da atividade científica no Instituto.

Patrícia Mariuzzo

BOTÂNICA

Sir Ghilleen Prance: 45 anos de estudos da flora amazônica

Uma sequência de slides mostra tabeluias, sapoervas, sapucaias, vitória-régias, entre outras infinidades de espécies de uma flora exuberante. Exibe, ainda, morcegos, besouros e as interações vitais que se estabelecem entre os animais polinizadores e as plantas amazônicas. Espera-se uma exposição com este perfil de um pesquisador brasileiro, totalmente adaptado e a quem este ambiente tropical é totalmente familiar. Mas a platéia presente em novembro passado, em uma das salas da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), ouvia atenta a um cavalheiro inglês: Sir Ghilleen Prance é um senhor já grisalho que fala com desenvoltura e conhecimento da biodiversidade amazônica.

Esse botânico inglês foi condecorado pela rainha Elisabeth como cavalheiro do Reino Britânico, em 1995, por serviços prestados às ciências naturais; dirigiu o Jardim Botânico Real de Kew e foi um dos idealizadores e diretores do Projeto Éden, uma floresta artificial inglesa que recebe 1 milhão de visitantes por ano.

O reconhecimento de seu trabalho em território britânico, porém, não impediu que o tema predileto de Sir



Ghilleen seja a floresta amazônica. Em sua palestra no interior paulista, ele expôs alguns de seus estudos ecológicos e taxionômicos realizados em 45 anos de pesquisas sobre a Amazônia. Sua preocupação esteve sempre relacionada não apenas à descoberta e classificação das plantas, principalmente, em demonstrar a interação entre animais/plantas para manter a biodiversidade. Seus estudos sobre a vegetação amazônica e a etnobotânica indígena pretendem, principalmente, mostrar, por meio da interação entre plantas e animais e dos indígenas com a floresta, a importância da conservação desse ambiente como um todo. O projeto Flora Amazônica, idealizado por ele, já catalogou mais de 60 mil amostras de vegetais. Durante os quase nove anos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o botânico foi um dos responsáveis pela implementação de cursos de pós-graduação na beira da selva, em Manaus.

FITOTERÁPICOS E INDÍGENAS Em seus estudos etnobotânicos com índios yanomamis brasileiros pôde classificar 36 espécies de fungos comestíveis e estudou o cultivo secundário desses fungos no tronco dos roçados indígenas. Outros estudos coordenados por ele na tribo boliviana chacobó mostraram que 95% das árvores da floresta, próxima a essa população, tinham algum tipo de uso e 75% de outras es-



Divulgação - Inpa



Rafael Polim

Botânico inglês em palestra na Ufscar, sobre biodiversidade; no alto, cena de queimada na Amazônia

pécies vegetais também eram aproveitadas. Em pesquisas realizadas com índios guaranis brasileiros sobre categorias de uso de recursos medicinais, a equipe do botânico inglês conseguiu catalogar 94 espécies de plantas medicinais existentes em apenas um hectare. Para o pesquisador, a relação dos indígenas com a floresta tem sido sustentável e comprova que “onde existe reservas indígenas a floresta é mais preservada”. Ghilleen discordou da previsão, apontada em diversas pesquisas, de que o etnoconhecimento tende a ser

perdido. Em sua opinião, essa tendência não pode ser tomada como irreversível já que também estão em andamento alguns programas de educação indígena para resgate de tal conhecimento. “Pesquisas mostram que, em algumas tribos, uma geração de filhos tinham perdido o etnoconhecimento, mas que os netos têm recuperado o conhecimento dos avós”.

AVANÇO DA SOJA Com todo esse tempo de trabalho na região, o pesquisador pôde acompanhar o processo de destruição da biodiversidade da floresta. Sua preocupação está no plantio de soja, principalmente na região de Santarém, onde esse tipo de cultura já representa séria ameaça. Ele alerta que tal exploração na Amazônia, além de destruir o potencial incalculável da sua biodiversidade, é ainda mais dramática: devido às características de composição do solo amazônico, a soja não poderia ser plantada na região por mais de 4 anos. Porém, quem tem investido no plantio de soja na região só visa o lucro imediato e não está preocupado com isso, concluiu o botânico.

Márcia Tait



QUÍMICA

Busca de maior eficiência no combate ao câncer

Obter uma formulação que melhore a ação dos quimioterápicos utilizados no tratamento de pacientes com câncer é o objetivo da pesquisa desenvolvida pela farmacêutica Carmem Veríssima, do Instituto de Biologia (IB) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Universidade de Gronigen, na Holanda. Os resultados preliminares mostram que é possível diminuir em até 20 vezes a quantidade de medicamento, o que melhoraria consideravelmente a qualidade de vida do indivíduo em tratamento. A quimioterapia é uma associação de remédios que o paciente recebe por via intravenosa ou por via oral. Num determinado estágio do tratamento, entretanto, devido a um processo ainda pouco conhecido, as células tumorais submetidas à terapia desenvolvem mecanismos de resistência. Elas passam, então, a rejeitar o medicamento e bombeá-lo para fora. Os médicos precisam, então, aumentar a quantidade da medicação para que a célula aproveite uma percentagem mínima dos chamados

antineoplásicos. A consequência danosa desse processo é o aumento de efeitos colaterais. O objetivo da quimioterapia é impedir a replicação das células tumorais e levá-las à morte. Porém, como seu efeito tem ação direta no crescimento celular, todas as células do organismo estão suscetíveis a sofrer com a quimioterapia. “Algumas drogas são tóxicas para o rim, outras para o fígado, o coração, cérebro ou para os nervos. Os efeitos colaterais mais evidentes são a queda de cabelo (alopécia), a náusea e o vômito”, explica Emerson Gatti, oncopediatra do Centro Infantil Boldrini, referência no tratamento de câncer infantil.

INIBIDOR DA FOSFATASE O foco da pesquisa da Unicamp é um grupo de proteínas chamadas fosfatases, importantes no processo de proliferação celular. “Comparando dois grupos de células leucêmicas, um deles já no processo de resistência à quimioterapia e o outro ainda não, percebemos que nas células resistentes havia um nível maior de proteína fosfatase”, diz Carmem. O passo seguinte foi isolar o tipo específico de proteína fosfatase responsável pela resistência à terapia por meio de técnicas de biologia

molecular. “A partir disso pudemos criar um composto para inibir a ação da proteína na célula, melhorando, portanto, a eficiência do tratamento com quimioterápicos”, completa. Os tumores são divididos em dois grandes tipos: os líquidos que englobam as leucemias e linfomas, e os sólidos, que ocorrem em órgãos do corpo humano. Além de trabalhar com células leucêmicas, o grupo de pesquisa do IB fez testes também em células tumorais de câncer de próstata e de pâncreas para checar se o processo com inibidores ocorria em tumores do tipo sólido. Os resultados dos testes, até agora apenas *in vitro*, foram positivos.

A pesquisadora enfatiza, entretanto, que não se trata de um novo quimioterápico, mas de uma formulação que combina os quimioterápicos tradicionais com um inibidor da proteína fosfatase. O principal ganho é que com o uso do inibidor nos testes *in vitro*, o quimioterápico passou a ser ministrado em doses mais de 20 vezes menores e por menos tempo. “Isso poderá ajudar a diminuir os efeitos colaterais desses fármacos, melhorando a qualidade de vida do paciente e menor custo no tratamento”, ressalta a pesquisadora.

Patrícia Mariuzzo

MUN



Quadros do pintor colombiano Fernando Botero



Reprodução

SAÚDE

Programa internacional sugere políticas públicas para deter o aumento da obesidade na Europa

Os índices elevados de sobrepeso e obesidade nos países europeus podem estar com os seus dias contados. É o que se pretende conseguir com as políticas propostas pelo PorGrow, um programa internacional patrocinado pela Comissão Europeia que elegeu vinte opções de medidas para controlar o excesso de peso da população. Realizado em nove países europeus, o programa elegeu ações a serem implementadas, imediatamente, tais como maior estímulo à prática de atividade física, mudan-

ças no sistema de transporte público urbano, controle da publicidade de alimentos industrializados, obrigatoriedade de rotulagem desses produtos e educação para a saúde. Entrevistados – entre eles representantes de associações de consumidores, da indústria alimentícia e de redes de distribuição de alimentos, agricultores, políticos dos ministérios da saúde e de C&T, e jornalistas especializados – e pesquisadores tiveram que selecionar, entre as 14 mil opções avaliadas, quais eram mais

factíveis em cada um dos países, até chegar a um consenso das políticas que seriam aplicáveis a todos.

PORGROW Nome dado pelo coordenador do projeto, o professor da Universidade de Sussex, Erik Millsstone, o PorGrow começou em 2004, após a Comissão Europeia definir os países que participariam do projeto: Reino Unido, França, Itália,

Espanha, Polónia, Finlândia, Grécia, Hungria e Chipre. Cada país recebeu cerca de 80 mil euros de financiamento, e o total investido foi de 700 mil euros. Segundo Millsstone, foram recursos para contratar as equipes e desenvolver o software de avaliação multicriterial, especialmente criado pela Universidade de Sussex (Inglaterra) para o projeto e finalizado em 2006. No momento, as equipes trabalham na elaboração de um livro sobre o programa, a ser lançado este ano.

O objetivo é deter o crescimento exorbitante das taxas de sobrepeso e obesidade na Europa. Nos últimos 20 anos, o fenômeno atingiu proporções epidêmicas não apenas na Europa. As taxas triplicaram, comparadas aos da-



Notícias do Mundo

dos de 1980, na Europa Oriental, na América do Norte, China, Oriente Médio, Ilhas do Pacífico e Austrália. Em países em desenvolvimento, mesmo com menor disponibilidade de alimentos, a obesidade cresce em ritmo mais acelerado. No Brasil, por exemplo, 39 % das mulheres estão com excesso de peso e, entre os homens, essa taxa sobe para 47%, segundo estudo nacional do Ministério da Saúde divulgado em março último.

POLÍTICAS DIFERENCIADAS “O projeto deve trazer perspectivas de abordagens distintas, para ver quais políticas podem ser efetivas em cada país. Seria irrealista pensar que é possível ter um conjunto de políticas que funcione em todos eles, mas espero que o estudo ajude a deter esta ‘jamanta’ da obesidade que está rolando sobre a Europa”, afirmou Millstone no lançamento do programa.

A jamanta a que o professor se refere são taxas de sobrepeso e obesidade em torno de 42 a 70% entre homens e de 38% a 60% entre mulheres, com grande variação entre um país e outro, em dados de 2005. A obesidade já é responsável por 2 a 7% dos custos com saúde e por 10 a 13% dos óbitos em diferentes regiões da Europa. Dados da Organização Mundial da Saúde apontam para um número acima de um bilhão de adultos com excesso de peso no mundo, dos quais 300 milhões seriam considerados obesos clínicos.

HIERARQUIA Cento e noventa pessoas foram entrevistadas no âmbito do PorGrow. Representantes, em cada um dos países, de 21 setores de alguma maneira envolvidos com a questão do sobrepeso, foram reunidos em sete grupos: ONGs de interesse público, grandes indústrias e distribuidoras da cadeia de alimentos, pequenos varejistas de alimentos “saúdáveis” e órgãos ligados aos esportes, grandes indústrias e empresas comerciais, tomadores de decisões, provedores públicos e especialistas em saúde pública.

Com a metodologia de avaliação multicriterial, cada um dos entrevistados hierarquizou algumas políticas sugeridas pelo projeto para redução do excesso de peso da população, podendo, inclusive, sugerir novas opções a serem adotadas. Ao final, foram 20 opções selecionadas pelos pesquisadores envolvidos no estudo, sendo elas classificadas entre essenciais (no total de 7) e secundárias (13).

Entre as essenciais estão mudanças no planejamento das cidades, maior oferta de transporte público, para encorajar as pessoas a praticarem mais exercícios físicos; e facilitação da prática de esportes em escolas e comunidades, sejam eles tradicionais, atletismo, esportes radicais e até mesmo a dança.

Outra medida de destaque é o controle da publicidade de alimentos e bebidas, em especial durante a pro-

gramação voltada ao público infantil. Tal regulação incluiria a restrição do uso de personagens de filmes e desenhos animados para a oferta de alimentos e bebidas. A indústria de alimentos é o foco de outras três propostas: sobretaxa de alimentos com mais gordura e açúcar; controle da oferta de alimentos como salgadinhos e bebidas adoçadas em instituições públicas como escolas e hospitais; e obrigatoriedade de rotulagem de alimentos, indicando a composição dos alimentos e, preferencialmente, anunciando o nível de densidade energética de cada alimento. Uma opção seria usar, como já se faz no Reino Unido e na Finlândia, a sinalização calórica pelas cores usadas no trânsito.

Outra medida de impacto na indústria alimentícia seria o aumento de subsídios para produtos mais saudáveis, principalmente os vegetais, uma vez que o preço é um importante fator de escolha. Tal medida poderia torná-los mais atraentes para os consumidores mas, certamente, não agradaria os países em desenvolvimento, já com dificuldades em colocar seus produtos agrícolas no exterior, por conta dos subsídios existentes.

Treinamento de profissionais da saúde, para que auxiliem pacientes a adquirirem hábitos alimentares mais saudáveis e pratiquem exercícios regular e corretamente; inclusão de informações sobre nutrição e

MUN

saúde nos currículos escolares, criação de um novo órgão governamental para coordenar políticas relevantes de controle da obesidade, novos medicamentos para prevenção e controle da obesidade são algumas das demais propostas, de caráter secundário, sugeridas pelos integrantes do PorGrow.

MÚLTIPLA ABORDAGEM Para Erick Millstone, a metodologia foi bastante oportuna pois permitiu que os entrevistados não apenas pontuem as opções de políticas apresentadas, mas também que descrevam os critérios usados para formar o julgamento sobre elas. Além disso, o método permite a inclusão de opções sugeridas pelos entrevistados, não consideradas inicialmente pelos pesquisadores. O processo de avaliação é, contudo, mais demorado e oneroso. Foi preciso treinar os entrevistadores na forma de conduzir as entrevistas e sobre o uso do software. Cada entrevista durou, em média, meio dia, foi transcrita e entregue para aprovação do entrevistado antes de ser submetida à análise das equipes. Os resultados de cada um dos nove países foram cruzados até se chegar a um conjunto de políticas seriam as mais razoáveis para eles. Houve dificuldades em convencer pessoas a participarem do projeto e, como era de se esperar, o setor que ofereceu maior resistência foi a indústria alimentícia, segundo observou Millstone.

O coordenador diz que não é possível avaliar em quanto tempo a situação de obesidade poderia ser revertida a partir da implementação das políticas propostas pelo grupo. Ainda não há consenso em vários pontos, como: quais políticas devem ser adotadas no curto prazo; quais as regras para a rotulagem de alimentos; e nem quanto tempo as indústrias alimentícias precisam para mudar o rótulo de seus produtos. Millstone acrescenta que muitas questões não foram respondidas pelo projeto. “Os grupos que entrevistamos são profissionais de diferentes posições, mas não entrevistamos cidadãos comuns. Não entrevistamos mães, crianças. Então, não conhecemos o ponto de vista dos consumidores”. Em sua opinião, um estudo nesse sentido é necessário e, certamente, produziria resultados diferentes dos encontrados no PorGrow.

Simone Pallone

TECNOCIÊNCIA

São múltiplos os sentidos da política na atualidade

Os sentidos de política são múltiplos, como para várias outras palavras com significados culturais estabelecidos. Tanto pelos olhares da sociologia,

antropologia, ou mesmo da filosofia e da lingüística, pensar política é quase o mesmo de pensar o homem, com suas moralidades e éticas, ou seja, a construção da humanidade como algo essencial.

Em situações limites como as atuais, em que vivemos nas fronteiras da violência, associar sentidos de política com contextos sociais em que a essência humana tem sido reconfigurada, perdida e ameaçada, foi um dos propósitos da instigante conferência “Towards a post-human international politics?” que ocorreu no Goldsmiths College da Universidade de Londres, em novembro do ano passado. Organizada pelo CRIPT (Contemporary Research in International Political Theory) especialistas do Reino Unido debateram trabalhos apresentados por professores universitários e estudantes de pós-graduação. O mote da conferência era problematizar os sentidos de pós-humano pela tecnociência, pela discussão a respeito de direitos humanos, cidadania e pela busca de alternativas aos significados de política em um novo contexto. Porém, o que mais se evidenciou foram reafirmações quanto ao necessário, prudente e saudoso retorno do sujeito da modernidade. Os trabalhos apresentados, em



sua maioria, assumiram crítica às narrativas da pós-modernidade, construídas pelas ciências humanas principalmente na França, que marcam o fim da história, a desconstrução dos sujeitos e da comunicação, e o descentramento do Estado como governo dos humanos. Como alternativas movimentaram o humano e o colocaram antes do pós-humano, e a discussão sobre política localizou-se nas já conhecidas e não menos perigosas palavras: democracia; linguagem única e fim da Babel; poder militar e constituição da nação; subjetividade e ordem.

Na mesa redonda que encerrou o evento, havia seis participantes e George Jabberwacky, um boneco virtual criado por uma empresa que trabalha com inteligência artificial. George interagiu com a platéia e com os demais componentes da mesa, deslocando as demarcações de humanidade que nele poderiam ser reconhecidas: vestuário, seus óculos amarelos e lentes verdes, e feições parecidas a Michel Foucault. Porém, o sofrimento foi o que George assumiu ter de mais humano.

Antonio Carlos Amorim

Professor da Faculdade de Educação da Unicamp, participou do evento com trabalho a respeito do cinema brasileiro e o jogo de representações do sujeito na multidão.



Um das maiores favelas de Nairobi, no Quênia, visitada por participantes do fórum

ENTREVISTA

Boaventura de Sousa Santos: atenção para questões básicas de defesa da vida

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, um dos palestrantes mais frequentes do Fórum Social Mundial (FSM) acredita na força do evento como espaço promotor de diálogo entre diferentes movimentos. É desse diálogo que ele imagina estejam saindo as melhores respostas e alternativas ao capitalismo neoliberal, o que se convencionou chamar movimento contra-hegemônico.

Presente na última edição do FSM, em janeiro último no Quênia, o sociólogo falou sobre o diálogo intercultural que é preciso criar entre os movimentos, sobre o neocolonialismo que atinge os países pobres e sobre aquele que é um dos maiores problemas do continente africano hoje, a aids.

Qual a importância de se realizar um FSM na África?

A realização desse fórum no Quênia é uma das grandes vitórias do movimento, que se tornou um processo permanente. Ele teve a capacidade de sair de seu ninho original, que foi a capital gaúcha de Porto Alegre, no Brasil, o que muitos consideravam impossível. Mumbai, na Índia, em

MUN

2004, foi um grande desafio. Mas foi um grande fórum, bem organizado, com a crítica que precisávamos ouvir, que só poderia ter sido trazida por eles. Lá foi discutida a questão do fundamentalismo religioso, que nunca havia sido discutido a sério antes.

A questão das castas também, e lá estavam 33 mil dalits, os intocáveis. Aqui, em Nairobi, se passa exatamente o mesmo: tivemos alta presença africana, o que nunca havia ocorrido e era uma das grandes deficiências do fórum. Os africanos estiveram mais presentes nas sessões onde foram discutidos assuntos que os tocam e, com isso, levaram esses temas à primeira página do fórum. Que assuntos? A questão da terra, muitos estão sendo expulsos por causa da mineração, pela especulação urbana, pelos grandes projetos turísticos.

Outra questão fundamental é a água, pois esse é um continente com carência de água que, inclusive, está sendo privatizada, virando item de lucro, o que agrava ainda mais a situação. E tem o grave problema do HIV/aids: os suecos têm uma esperança de vida de 80 e tantos anos, enquanto em Moçambique a esperança é de 32. Essa disparidade explodiu aqui neste fórum, com a violência da desigualdade. São questões fundamentais para serem discutidas e talvez não aparecessem num fórum em outro continente.



Rafael Evangelista

Um dos acampamentos montados na capital queniana para o FSM

O FSM reúne diferentes movimentos sociais de todo o mundo. Existe alguma causa que os una?

A força do FSM é a diversidade. A possibilidade de nos dedicarmos a algumas causas específicas e sobre elas focarmos toda a nossa atenção tem sido sempre um problema e um fator de tensão. Realizar isso é muito difícil e exige uma tradução intercultural. Porque o que é prioritário para um não é para outros, a linguagem que uns usam não é a mesma usada por outros. É claro que é possível algumas ações em comum, como foi o caso dos protestos contra a guerra, em 2003. Uma ação propositiva é complexa e pode fazer com que alguns movimentos se excluam. Mas o que ocorre? Diferentes movimentos

estão concentrando sua força em diferentes áreas. A questão da água, por exemplo, não existia há cinco anos e hoje é um dos focos. A questão indígena aqui é fraca, mas na América Latina foi muito importante na construção do fórum e das agendas políticas regionais. Veja o impacto dela, de modo indireto, na Bolívia, no Equador e um pouco no Peru. Acho muito importante essa diversidade das ações, pois acaba aproveitando consensos regionais, como a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), uma das lutas intercontinentais de maior êxito.

A questão devastadora da aids pode ser uma força criativa para a luta social na África?



Notícias do Mundo

Isso eu chamo de novos básicos. Estamos num processo que, ao mesmo tempo que discutimos as questões mais avançadas, que inclui os direitos econômicos e sociais pelos quais temos que continuar a lutar, temos que prestar atenção em coisas tão básicas como a perda da vida perante a violência. Tivemos aqui relatos apresentados sobre crianças de seis anos, de Uganda, que são obrigadas à prostituição; ou sobre a violação da integridade física constante que é a mutilação genital. Ou seja, ainda é preciso tratar do que é mais básico para a dignidade humana e o HIV, para os africanos, acaba sendo um tema agregador, pois diz respeito às famílias, às escolas, à política, a todas as instâncias da vida. Toca a política para a juventude pois, num país em que a grande maioria são jovens, não pode haver uma política para idosos como a europeia e sim uma política para os jovens. Muitas organizações internacionais não entenderam isso e tentam aplicar aqui modelos europeus o que, para mim, é um novo tipo de colonialismo.

Um Fórum na África enfoca o colonialismo mais fortemente?

Sim, e é preciso pensar que o processo de descolonização aqui foi diferente do da América Latina, onde a independência foi mais voltada para os descendentes dos colonos, não para as populações nativas. Aqui foi

para as populações nativas. É um processo político distinto, que ocorre mais de um século depois. Aqui, a maioria dos países europeus, quando descolonizaram, a partir dos anos 1950, estabeleceram em seu lugar um pacto neocolonial. Perceberam que é mais fácil explorar, expropriar, através das relações comerciais com países livres do que mantê-los como colônias dispendiosas. O mesmo se dá com o Banco Mundial que promove a democracia, um bom sistema para o capitalismo atual.

O único colonialismo que escapou a isso foi o português, porque veio mais tarde e porque, em Portugal, a descolonização ocorreu durante a Revolução dos Cravos, em 1974. Um sinal disso foi que os dois únicos governos que foram, digamos, socialistas por algum tempo na África foram ex-colônias portuguesas, Angola e Moçambique.

Portanto, tudo é muito recente, estamos falando de 30 anos, e há uma forma de colonialismo que ainda persiste. Aliás, muitas das ONGs que estão aqui são dos mesmos países que colonizaram o continente, são as mesmas missões das igrejas católica e protestante. Claro, ainda bem, estão numa posição progressista, com uma agenda antineoliberal, na luta contra a pobreza. Porém, no fundo, as mesmas relações neocoloniais ainda estão presentes.

Rafael Evangelista
colaborou Renato Rovai

AQUECIMENTO GLOBAL

Pesquisador denuncia o lucrativo mercado de cotas de carbono

Enfim, parece que o planeta despertou para as evidências que o clima está mudando e que todos os alertas – tidos como alarmistas por muita gente de peso – disparados nas últimas décadas sobre aquecimento global eram mesmo para valer. Quando os Estados Unidos retiraram o apoio ao Protocolo de Kyoto, o mundo se uniu, incrédulo, em indignação. Eleito como solução mágica na época, a entrada em vigor do Protocolo tornou-se questão de honra para algumas organizações ambientais, que fizeram uma contagem regressiva sobre quantas assinaturas ainda eram necessárias. Nada mais ilusório, porém, aponta Larry Lohmann, pesquisador da fundação sueca DHF e autor do livro *Carbon trading*. Segundo ele, o Protocolo, e principalmente o comércio de carbono nele previsto, muda pouco o cenário mundial das emissões de carbono. Trata-se um mecanismo de mercado, pouco prático e nada efetivo, que promove o comércio do direito de poluir. Acabou funcionando de maneira perversa, ao drenar as



atenções de soluções mais radicais e efetivas que, agora, se mostram urgentes. O pesquisador considera que a única saída é promover uma regulação dura, que taxe e controle a indústria poluente, ao lado de reformas estruturais e investimentos fortes na redução do consumo de energia.

Todas as tentativas atuais para transformar o carbono em negócio acabam ajudando os piores poluidores a continuar poluindo, diz Lohmann. Hoje, os setores industriais mais responsáveis pela crise climática estão ganhando enormes pacotes grátis de recém-criados direitos de poluir que eles podem transformar em enormes lucros. Na Europa, por exemplo, as usinas de geração de energia colecionam centenas de milhões de libras por ano de lucros, simplesmente por fazerem o que sempre fizeram, enquanto o cidadão comum sofre com o aumento do preço da eletricidade. Para o pesquisador, os grandes poluidores beneficiam-se comprando direitos de poluir mais, a partir de projetos no exterior em que, supostamente, economizariam carbono. Por exemplo, uma empresa britânica de cimento ou de petróleo que quer continuar a poluir como sempre, mas não recebeu suficientes cotas grátis de poluição por seus governos, pode



Rafael Evangelista

Larry Lohmann, autor de *Carbon trading*

suprir a desvantagem simplesmente comprando créditos a baixo custo de, digamos, uma estação eólica na Índia, “economizadora de carbono”. Além de ser injusto, tudo isso simplesmente encoraja os piores poluidores do Norte a protelar o afastamento estrutural dos combustíveis fósseis que a questão climática exige no longo prazo. “Por que inovar se você pode, ano após ano, comprar bem barato os direitos de poluição de alguém?” pergunta Lohmann. Na Europa, até as próprias indústrias, em alguns casos, estão apontando que essa não é a maneira de enfrentar a mudança climática e aceitam discutir uma regulamentação mais dura. Ele destaca, ainda, que é importante lembrar que foram os

EUA que estavam por trás do impulso de tornar o Protocolo de Kyoto um documento pelo comércio de carbono. A Europa e o Hemisfério Sul estavam inicialmente céticos, mas depois acataram a idéia. Embora os EUA tenham abandonado o Protocolo de Kyoto, várias empresas dos EUA continuam, a favor dele. A Enron é um bom exemplo. Ela apoiou o tratado porque queria ganhar dinheiro com o comércio de carbono – e se enfureceu com George W. Bush por não assiná-lo. Em contrapartida, corporações como a ExxonMobil, não apoiaram por ainda não estarem preparadas para o comércio de carbono e, inicialmente, nem admitissem a responsabilidade humana sobre o clima. Bush ligou-se ao grupo da Exxon. Mas, mesmo que tivesse assinado Kyoto, ainda teria representado apenas o triunfo de uma facção das empresas dos EUA sobre a outra, conclui Lohmann.

Rafael Evangelista

SERVIÇO

Para ler a entrevista completa:
[www.comciencia.br/comciencia/
?section=8&edicao=22&tipo=entrevista](http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=22&tipo=entrevista)

Carbon trading (só em inglês):
www.thecornerhouse.org.uk or
www.dhf.uu.se

multiculturalismo

LIVIO SANSONE

c o o r d e n a d o r

MARIA ROSÁRIO DE CARVALHO

RAMÓN GROSGOUEL

ANGELA FIGUEIREDO

JOCÉLIO TELES DOS SANTOS

DELCELE MASCARENHAS QUEIROZ

VALDEMIR ZAMPARONI

APRESENTAÇÃO

QUE MULTICULTURALISMO SE QUER PARA O BRASIL?

Livio Sansone

Embora os temas das sociedades indígenas, das relações raciais e, sobretudo, da sociedade escravocrata e das religiões afro-brasileiras tenham sido fundadores para as ciências humanas no Brasil, é somente nos últimos anos que as questões ético-políticas levantadas por este campo de investigação alcançaram visibilidade na sociedade e, finalmente, dentro de associações científicas como SBPC, ABA, Anpocs, Anped, Anphur e SBS, assim como na universidade mais em geral. Duas grandes questões têm contribuído para sensibilizar a sociedade a respeito das desigualdades sociais entre grupos de cor no Brasil: as propostas de ação afirmativa em favor de negros, índios e egressos da escola pública para acesso à universidade, e a necessidade de implementar a Lei Federal 10639 de 2003. Neste segundo caso, trata-se de uma primeira tentativa, generosa, mas desorganizada e descapitalizada, de criar um multiculturalismo à brasileira.

A ação afirmativa tem sido a forma que alguns estados, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, têm escolhido para reverter, com certa rapidez, um quadro de desigualdades extremas e duráveis. Índia, Malásia, Austrália, África do Sul, entre outros, vêm experimentando medidas compensatórias para castas, grupos de cor, grupos étnicos e outros desfavorecidos como os deficientes visuais. A América Latina é, de fato, a região em que experimentos vêm se realizando nesse sentido somente a partir dos anos noventa, que correspondem à consolidação da re-democratização na região. O fenômeno do multiculturalismo surgiu em final dos anos 1970 como projeto pedagógico, sobretudo para a escola e a universidade, mas também para o emprego público e a vida associativa. Esse surgimento se deu nos países com um Estado social desenvolvido e uma escola pública que funciona em condição de quase monopólio, como forma de lidar com a diversidade cultural trazida, sobretudo, pelos filhos de imigrantes na escola, nos bairros e no mercado de trabalho. Países com grande experiência nesse sentido são Suécia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Holanda e, de alguma forma, Inglaterra e parte dos Estados Unidos. Em época mais recente, com a idéia que a diferença cultural pode

ser um enriquecimento em lugar de enfraquecimento no convívio social de uma escola, universidade ou até empresa, experimentos multiculturais estão sendo feitos em países de imigração mais recente, por exemplo, na Europa meridional e, finalmente na América Latina. Neste último caso, trata-se de experimentos no sentido de ampliar e rever os currículos escolares, incorporando saberes até então deixados fora, como aqueles relacionados com o ser indígena ou negro. Etno-educação (Colômbia, Equador, Nicarágua e, em alguma medida, México) ou educação à diversidade (Brasil e Argentina) têm sido os termos que caracterizam essa nova fase, mais plural, no mundo da educação.

Vale a pena acrescentar, como melhor explica a contribuição neste número da revista de Ramon Grosfoguel sobre os *ethnic studies* nos Estados Unidos, que se, por um lado, a idéia de multiculturalismo se expande na América Latina, por outro lado, essa idéia entra em crise, sujeita a críticas de todos os lados, sobretudo da direita conservadora, nos países que começaram com esse experimento. Na Holanda e na Inglaterra se insiste, novamente, na necessidade das minorias (étnicas) se “integrarem” aos comportamentos da maioria – adotando testes para medir o grau de “integração sócio-cultural” de imigrantes para que a eles sejam concedidos o visto permanente. Uma das vítimas da “guerra ao terror” tem sido o próprio multiculturalismo, uma tentativa de pensar um convívio mais harmônico transformando a dupla negativa diferença/distância na dupla positiva diversidade/tolerância. Tanto em parte da Europa como nos Estados Unidos hoje há uma ênfase governamental muito forte, com respaldo de boa parte da opinião pública, contra o apoio público a instituições étnicas “outras”, sobretudo quando de origem islâmica. Assim pode se ter um país como a Inglaterra, onde a linguagem do Estado tem incorporado a linguagem ou jargão da diversidade, quer dizer, é importante mostrar uma Inglaterra multirracial em suas manifestações públicas mas onde, de fato, o grau de tolerância para experimentos multiculturais ou transculturais na educação está reduzido ao mínimo (1). O contexto mundial do multiculturalismo é, por isso, bastante complexo: existem países que começaram há pouco tempo e outros com experiência antiga, há novo interesse de uma parte e crise de outra. Por

um lado, temos um ícone global: o multiculturalismo ou, na terminologia preferida em época mais recente por Nações Unidas, Banco Mundial, BIRD e outras agências internacionais, a diversidade – significando que o melhor desenvolvimento é aquele com e na diversidade. Por outro lado, temos significados locais ou regionais tanto do termo multiculturalismo como do termo diversidade – que não podem ser os mesmos em países que começaram este experimento 30 anos atrás ou nos últimos anos, ou em países com tradição jurídica derivada do direito romano, de tendência universalista, ou países com tradição de *common law* (direito comunitário), que tendem a dar mais espaço ao particularismo.

Nesse sentido é muito importante detalhar o que está sendo o multiculturalismo no Brasil, apontando para suas luzes e sombras assim como para os novos desafios que esse fenômeno – de fato, um movimento embora desorganizado – proporciona para a sociedade brasileira. Este Núcleo Temático não pretende ser exaustivo, mas apontar para algumas novas tendências que dizem respeito, sobretudo, ao meio acadêmico. Até agora, tem sido sobretudo nesse meio que tem se concentrado os esforços de se criar algum tipo de multiculturalismo. Colaboram neste número da revista, acadêmicos comprometidos tanto com o anti-racismo como com a reforma da universidade no sentido multicultural. Três deles integram ou integraram a Comissão de Relações Étnicas e Raciais (Crer) da ABA enquanto todos colaboram com o Programa Fábrica de Idéias e o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA (Posafro). Essas três instâncias vêm debruçando-se sobre como fazer multiculturalismo da forma melhor. Parte dessa reflexão passa essa minha introdução.

Um bom exemplo é o caso da ABA que, embora esteja desde sua fundação em 1950, comprometida com o anti-racismo e a intervenção a favor da população indígena, somente no Congresso de 2002 cria sua Comissão de Relações Étnicas e Raciais (Crer), dando seguimento a uma proposta de um grupo, ainda pequeno, de antropólogos. Naquele tempo, o debate em torno das, assim ditas, cotas para o acesso nas universidades era muito intenso, sendo levantadas questões éticas como aquelas que surgiram em torno do uso da fotografia como instrumento para definir quem é negro e ter assim direito a se beneficiar das cotas. A Crer reagiu apontando, numa nota que suscitou polêmica, a importância da autodeclaração nos processos identitários e pelos perigos que o uso de fotos identificatórias implica no momento que se pretende transformar a negritude, de ônus histórico a novo bônus – neste caso, para se ter um maior número de negros nas universidades. Na época, a Crer ainda não tinha uma opinião sobre aquela que se chamava de questão das cotas. Seus integrantes tendiam a ser a favor embora alguns não escondessem um certo ceticismo. Nos últimos quatro anos o contexto de nosso meio acadêmico mudou bastante, proporcionando para a Crer novos desafios. Saliento três mudanças importantes nesse sentido:

1. a aprovação de medidas de ação afirmativa em um número crescente de universidades e sua possível transformação em lei federal pelo Congresso Nacional.
2. a aprovação e paulatina implementação da Lei Federal 10639 de 2003 que obriga a incorporação das temáticas história e culturas afro-brasileiras e história e culturas africanas em todos os níveis de ensino.
3. o estabelecimento de novas e mais inclusivas metas para a universidade brasileira, como o lançamento, em 2005, de um novo plano nacional de

pós-graduação por parte da Capes. Esse plano visa induzir o aumento dos números de doutores no Brasil, tendo como meta duplicar este número dentro de cinco anos. Uma das conseqüências tem sido uma maior disponibilidade por parte do CTC da Capes em aprovar programas de pós-graduação novos, já em nível de doutorado, também em áreas novas e multidisciplinares. Por exemplo, somente nas áreas de ciências humanas da Ufba, entre 2004 e 2006, surgiram mais quatro programas de pós-graduação, todos integrando também antropólogos, sendo que um diz muito respeito aos temas da Crer, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. O campo da pós-graduação está se tornando a nova fronteira para medidas de inclusão e até de ação afirmativa. O mundo dos docentes, o mais difícil de mudar por meio de medidas como a ação afirmativa ou a partir de um discurso multiculturalista que valorize a diversidade de perfis sociais e étnico-raciais da população brasileira, certamente, será uma próxima fronteira. É problemático pensar numa universidade multi ou transcultural, mais próxima do Brasil real até em suas prioridades de pesquisa, podendo contar com tão poucos docentes negros ou índios.

É evidente que o aumento do número de alunos negros e índios, especialmente nas carreiras até então mais seletivas, altera equilíbrios antigos. Pensamos no que pode significar o “enegrecimento” das turmas das faculdades de direito, odontologia ou medicina da Ufba, até há pouco talvez as mais alvas: será que esses alunos vão se conformar totalmente à cultura dessa universidade ou eles, também se conformando até um certo ponto, não clamarão por novos espaços, prioridades e linguagem? Também é claro que essa nova presença nas turmas dos cursos de graduação põe novos desafios, porque, sobretudo por causa da baixa renda da família de origem, esses alunos precisam de bolsas e apoio específicos. Para além disso, onde a presença daqueles que hoje chamamos de alunos cotistas é mais antiga, como na PUC-Rio, que começou disponibilizando bolsas para alunos negros e carentes em alguns cursos já há quase uma década, começaram surgir demandas para a modificação dos currículos, no sentido de se tornar mais multiculturais – abertos à realidade dos brasileiros não brancos e/ou não de classe média.

Por tudo isso, para um futuro próximo, acredito que intelectuais engajados com o anti-racismo, em uma universidade mais aberta, deverão ter como fonte principal de ação o campo do multiculturalismo. A necessidade de avançar na criação de uma educação contextualizada e anti-racista coloca novas perguntas no uso de termos como negro, índio, África, quilombo e cultura negra, por exemplo, em livros que o MEC pode utilizar em milhares de escolas. Precisamos ficar vigilantes para evitar que se passe do esquecimento ao exagero. Um exemplo, em outro âmbito, de como grupos populacionais até então quase esquecidos, vêm se tornando alvo de políticas públicas, de forma muito rápida e pouco baseada num debate denso, é o campo da saúde e da “genética popular” – onde processos novos de naturalização das diferenças estão sendo criados, num momento de efervescência de iniciativas do poder público para a melhora da saúde de grupos etno-racialmente definidos como negros e índios. Outros grupos estão sendo “descobertos”, nessa efervescência em boa parte associada com os governos Lula e seus esforços de reverter injustiças, por exemplo, a frente dos imigrantes e emigrantes – com a elaboração de estatutos e medidas de novas leis que redefinem o papel dos emigrantes e imigrantes. Quiçá o Brasil de hoje

possa ser visto como uma caixa de Pandora, com relação à incorporação de políticas públicas referentes a grupos populacionais específicos com base na valorização de sua distinção cultural, após séculos de esquecimento. Nesse sentido, o debate aqui proposto é bastante atual e necessário. Sem presunção de abordar toda a riqueza do debate, propomos apontar os novos desafios que o Brasil terá que encarar a partir do momento que ele foi se proclamando multicultural.

O ANTI-RACISMO DE UM ANTROPÓLOGO ETNO-CÉTICO Na montagem deste NT tentei mostrar como há pontos de vista diferentes até mesmo entre colegas que trabalham nos mesmos projetos. Preciso agora me posicionar e começo logo com uma declaração, digamos assim, de fé: sou a favor da ação afirmativa e daquelas que foram chamadas de cotas. Acho que a utilização do sacrossanto universalismo como motivo para ser contra, não é procedente: o universalismo não pode ser um véu, atrás do que diferentes grupos conseguem transformar privilégios em direitos de poucos, mas algo a ser colocado em prática. Um dos motivos de eu ser criticamente a favor das cotas é que sou contra aqueles que são contra. No fundo, como diz Paul Gilroy, meu universalismo é estratégico – invertendo as prioridades e a retórica do essencialismo estratégico como foi definido por Gaiatri Spivak.

No movimento que começa com a ação afirmativa e deveria agora levar a uma intervenção multicultural na universidade vejo, porém, três ordens de problemas: a relação com medidas de cunho social ou, se queremos, de classe e renda; a relação entre políticas identitárias e medidas reparatórias ou redistributivas; o tipo de conteúdo a ser dado à eventual transformação dos currículos no sentido multicultural – o que se entende, por exemplo, por cultura afro-brasileira ou cultura indígena?

a. O movimento na direção da ação afirmativa e do multiculturalismo não pode servir como forma de evitar a questão mais ampla das desigualdades extremas e duráveis que parecem caracterizar a modernidade de alguns países, entre os quais o Brasil. Ação afirmativa sem ênfase na luta contra as desigualdades, é colocar a ênfase no lugar errado. Medidas como as cotas devem ser vistas como algo experimental, a serem avaliadas constantemente, cujo valor é, sobretudo, emblemático, e que precisam andar *pari passu* com outras medidas de caráter redistributivo. Na realidade não pode haver ação afirmativa sem redistribuição, assim como não podemos falar de diversidade étnico-cultural desligada da questão das desigualdades étnico-raciais e sociais. Ação afirmativa sem um projeto de Estado social fica pouco efetiva, a não ser como útil provocação. Diversidade, em si, não representa um valor, até porque pode significar tudo e nada, embora nos Estados Unidos *diversity* acabou representando a versão bushiana da *affirmative action*. *Affirmative action* que pressuponha a alteração dos mecanismos de inclusão e exclusão. Pregar a importância da *diversity*, além de caracterizar a última década mais do que as décadas relativamente tolerantes de 1980 e 1990 é, bem mais simplesmente, insistir na importância de pessoas fenotipicamente variadas assumirem especialmente as funções visíveis e de mando, por exemplo, do corpo docente, ou pregar a manutenção da diversidade cultural, insistindo mais no conceito de unidade – de um grupo – que de liberdade – criatividade e inovação (2).

No contexto brasileiro, e no caso baiano que conheço melhor, me preocupa a leveza daqueles que pensam que as cotas podem funcionar sozinhas, sem medidas e infra-estrutura de apoio. Cota sem bolsa não dá. Não há como pensar medidas etno-raciais que não sejam acompanhadas por medidas ins-

piradas na classe/renda. Por assim dizer, a classe a gente pode até tentar esquecer, mas ela nos pega mais adiante.

b. Um segundo problema se aninha, a meu ver, na dimensão retórico-ideológica da ação afirmativa. Preocupa-me a dimensão teatral que o debate em torno da ação afirmativa teve, sobretudo durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Muito mais opiniões pró e contra, que efetivamente medidas. O debate foi, geralmente, tão abstrato quanto ácido. Hoje que as cotas são uma realidade, vale talvez a pena pensar numa composição. Estou convencido que uma boa parte dos colegas que são contra as cotas podem muito bem ajudar a pensar em outras soluções e/ou como fazê-las funcionar – todos concordamos que os cotistas merecem uma atenção e carinho especial – assim como pensar em uma proposta multicultural que funcione. Estou convencido que um projeto de efetiva incorporação da Lei Federal 10639 ao meio acadêmico, nosso grande projeto multicultural por enquanto, funcionará muito melhor se for pensado mais como um projeto anti-racista de educação para a tolerância, que como projeto étnico, centrado no fortalecimento de identidades setoriais por meio da culturalização (esclerotizada) da diversidade. É isso que tentamos no Programa Fábrica de Ideias e no Posafro. Precisamos ser vigilantes com relação à cor e por isso não proponho uma postura de cegueira frente à cor (*colour blind*), mas entre essa cegueira e um projeto centrado na etno-gênese há soluções intermediárias. O Estado deve proteger o cidadão e criar condições para que o processo identitário corra sem limitações. Não pode privilegiar algumas identidades, reificando-as, ou criar medidas inspiradas por noções identitárias estreitas. Garantir as identidades, não impô-las. Admito que esta minha postura etnocética apresenta uma contradição: se não tivéssemos um aumento das pessoas que se declaram negros ou índios, categorias político-étnicas, mas somente pretos e pardos, categorias cromáticas ou fenotípicas, não sealaria de ação afirmativa. Estou, porém, me referindo a noções mais complexas que a categoria negro ou índio que já foi incorporada à cultura popular, como mostram muitas pesquisas. Penso na dificuldade em operacionalizar, adaptando-as para o ensino na universidade, noções como identidade negra ou indígena e cultura negra ou indígena. Trata-se de termos de uso nativo que, quando transformados em categorias analítico-descritivas, sempre acabam funcionando como um cobertor curto – somente uma parte daqueles que se consideram índios ou negros se identifica com alguma definição de identidade ou cultura negra ou indígena. Por isso estou preocupado com a presença de ativistas negros nos cargos do governo federal criados para defender os interesses das populações afro-brasileiras. Não porque não seja justo empregar mais negros, mas porque isto pode acabar isentando a máquina do Estado de um esforço mais amplo contra o racismo dentro e fora das instituições. Um tipo de cooptação parecido está acontecendo com relação à liderança indígena – num processo que tira o poder da aldeia e enfatiza a associação translocal ou regional. Se é injusto idealizar a aldeia como espaço de democracia de base, algo que está em conflito, muitas vezes com os interesses das jovens gerações, tampouco é justo esquecer que somente uma parte dos indígenas, quicá os mais “modernos”, se reconhece na vida associativa que a nova abertura do Estado brasileiro tanto estimula quanto requer.

c. Com relação ao tipo de conteúdo de nosso multiculturalismo, aquilo que concretamente teremos que ensinar – em tratando de ícones carregados de valores e emoções como África, africanos, “raças”, negritude, racismo, ser índio e pensamento indígena – acho determinante enfatizar a pluralidade, mais do que insistir em falar de cultura e identidade no singular. A recons-

trução dos currículos deve ser no sentido de mostrar a variedade de formas culturais e processos identitários, fazendo que, exatamente nessa variedade, seja visto um fator de força e criatividade. De acordo com as noções mais modernas as ciências humanas, “cultura” e “identidade”, mais do que como entidades, devem ser vistas e analisadas como projetos e processos. Por isso é importante que, em lugar de insistir em definir o que seria, por exemplo, a cultura afro-brasileira, por meio de infindas listas de ítems e traços que nunca conseguem incorporar a imensa variedade de orientações da grande população afro-brasileira, tornando estático algo que está sempre em movimento, se desenvolvam métodos que ilustrem como diferentes atores têm produzido cultura, resistência e identidade em contextos diversos. O verdadeiro desafio é aplicar essas noções mais modernas daquilo que é cultura e identidade em todos os níveis do ensino, fugindo da práxis que tem deixado a sofisticação intelectual para a universidade, e feito da escola primária e secundária um ambiente onde cultura e identidade, quando abordadas, são tratadas de forma demasiada tradicional e rígida – contribuindo para uma perda de interesse por essas temáticas entre muitos alunos que, com um método de ensino mais dinâmico, poderiam muito bem estar interessados. De fato, ensinar, por exemplo, histórias e culturas africanas pode ser algo muito divertido e estimulante, mas pode também ser algo bastante “chato”, como dizem os alunos, se feito sem a devida sofisticação.

Além dessa multiplicidade, vale a pena insistir também numa maior atenção na individualidade e nos indivíduos. Não acho oportuno sempre e somente falar de afro-brasileiros ou indígenas enquanto populações, porque isso sugere que negro e índio somente funcionam como entidades coletivas e jamais também como indivíduos, com toda singularidade que caracteriza o ser humano. Precisamos de uma linguagem no ensino do tema história e culturas africanas e história e culturas afro-brasileiras que dêem conta tanto de demandas e experiências coletivas como de trajetórias e desejos individuais – que sejam de personagens exemplares (por exemplo, figuras ilustres como Milton Santos ou Manuel Queirino) ou de negros e índios, por assim dizer, comuns e até agora “sem nome”. Isso nos leva a uma autêntica contradição. No fundo, o vocabulário do multiculturalismo está centrado na noção de maioria versus minoria, assim como de comunidade e identidade étnica, porque ele se origina em sociedades onde essas práticas estão pensadas como forma de lidar e incorporar à sociedade civil aquelas que foram definidas como minorias étnicas, das quais se pressupõe que se organizem e se comportem como uma comunidade, se não residencial pelo menos em termos de comportamento. No contexto brasileiro, onde a população negro-mestiça representa, em muitas regiões, a maioria ou uma “grande minoria”, fica difícil aproveitar o termo comunidade ou minoria, e o termo identidade tem sido historicamente utilizado mais para se referir à (busca de uma) identidade nacional do que para se referir a grupos específicos. Se o termo identidade é um termo relativamente novo nas ciências humanas (3), isto é mais ainda o caso na academia brasileira. Talvez seja preciso pensar numa terminologia centrada em torno da noção de exclusão-inclusão: é preciso pensar o Brasil de uma forma culturalmente, além de socialmente, mais inclusiva. Mais uma vez, talvez o viés mais forte devesse ser aquele de uma educação na e para a tolerância, mais do que uma ênfase numa diversidade cultural de parte da população deste

...ENSINAR, POR EXEMPLO, HISTÓRIAS E CULTURAS AFRICANAS PODE SER ALGO MUITO DIVERTIDO...

país. Se enfatizarmos a diversidade cultural, temos que tomar cuidado de como definirmos noções como cultura afro-brasileira ou cultura indígena. Existem diferenças regionais fortes, assim como entre urbano e rural e entre classes sociais diferentes. Por exemplo, a iconografia da negritude, presente nos relativamente poucos experimentos multiculturais desenvolvidos até então, reflete principalmente a realidade de duas únicas cidades, Salvador e Rio de Janeiro, e, quase de forma exclusiva, das classes sociais baixas. A título de ilustração, quero mencionar os resultados da minha atual pesquisa no município de S. Francisco do Conde, a somente 80 km de Salvador. Ao entrevistarmos 500 pessoas, por amostra, encontramos, por exemplo, muita mais aceitação das rezadeiras que do candomblé, e muito interesse no ensino da história da África na escola secundária, até mesmo entre aqueles que disseram não gostarem de candomblé. Isso mostra uma grande variedade de pontos de vista sobre o que seria tipicamente “ser negro” ou “cultura afro-brasileira” que precisa ser levada em conta quando, com as melhores intenções, se opera uma simplificação desse universo para transformá-lo em conteúdo de textos ou aulas para a escola.

Pela necessidade de garantir uma pluralidade de expressões, e não forçar, mais uma vez, as pessoas a se identificarem com construções daquilo que é ser negro ou índio que são externas à realidade dessas pessoas, estou convencido da necessidade de pensar o processo identitário o possível como um assunto de Estado. Se uma educação anti-racista e com tolerância cultural e religiosa é sempre algo emancipador, que pode e deve ser amparada pelo Estado, devendo este garantir a liberdade de expressão cultural, religiosa, de orientação sexual e até étnica, não se pode, em si, dizer o mesmo de um tipo de educação centrada no fortalecimento de algum tipo de identidade étnica. O que é, afinal, identidade étnica? Trata-se de um sentimento tanto individual como coletivo de pertencimento a um grupo definido ou imaginado como tendo uma única ascendência. É uma opção política, quase sempre, uma escolha. Em termos de princípio, se é a favor de concessão de (novos) direitos, também de direitos culturais, para todos aqueles grupos e indivíduos que tiveram uma história de discriminação étnico-racial, mas gostaria de que sejam estes mesmos grupos e indivíduos que digam quais direitos culturais reclamar e de que forma. Minha impressão é que, na maioria dos casos, eles clamam por igualdade mais do que enfatizando o fato de serem (culturalmente) diferentes. Neste sentido, o Estado deve ficar atento a essas demandas, mas não se antecipar.

O CONTEÚDO DESTA NT Este Núcleo Temático é composto por contribuições de um grupo de pesquisadores comprometidos com a ação afirmativa, de diferentes formas, e todos ligados ao Programa Fábrica de Idéias, que tem sido uma das bases do Posafro, ambos sediados no Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. O Posafro é um programa multidisciplinar de estudos étnicos e africanos que pretende formar pesquisadores voltados teoricamente para o contexto africano e para as populações definidas como afro-americanas, embora, em geral, o programa enfatize o processo de construção das identidades étnicas e raciais tanto na África como na América Latina. Nosso principal foco temático é a construção do Outro e da diversidade, em seus desdobramentos representados pelas “raças”, grupos e identi-

dades étnicas, idéias e representações em torno da noção de nacionalidade. A construção dessas noções e representações tem sido muito mais internacional e transatlântica do que, normalmente, tem postulado a produção acadêmica no âmbito das ciências humanas no Brasil. Noções como tribo, etnia, grupos étnicos, “raça”, negro, branco, e, de algum modo, índio, têm circulado durante séculos entre as diferentes áreas do Atlântico. A Fábrica de Idéias, que este ano chega à sua décima edição, é um curso avançado, em nível de doutorado, que visa contribuir para o treinamento de pesquisadores que estudam processos de racialização e formação de identidades étnicas. Ênfase especial é dada às relações branco-negro e à produção de culturas negras na América Latina, África e, em geral, diáspora africana. Porém relações étnicas e raciais em outras partes do mundo também são contempladas. O curso adota uma perspectiva comparativa, explora vários aspectos das relações raciais, a partir do contato com a produção intelectual brasileira e internacional, e espera promover o intercâmbio de estudantes e professores de diversas regiões do Brasil e de outros países. A própria noção de uma fábrica de idéias, cujo alimento é o encontro entre jovens intelectuais, em sua maioria negro-mestiços de todo Brasil, da América Latina, Caribe e da África, com um grupo de professores, comprometido com uma relação intensa com esses estudantes, durante três semanas, é de fato um projeto inspirado pelo multi e trans-culturalismo: muitos sotaques, línguas, origens, perspectivas teóricas, trajetórias e desejos se encontram para produzir algo novo, transformando-se. Tanto a Fábrica de Idéias como o Posafro acreditam que as diferentes tradições de estudos afro-americanos, africanos, indígena e étnicos em geral devem manter um estreito diálogo entre si. Quicá, essa seja um das novidades do Brasil, se comparados, sobretudo, com os Estados Unidos, onde a discussão sobre o multi-culturalismo, quando perpassa a universidade, tende a se isolar dentro de uma única tradição de pesquisa – com os *ethnic, African-American* e *African studies* em constante estado de tensão entre si.

O conteúdo deste NT é variado, com contribuições de três antropólogos, dois sociólogos, um historiador e uma pedagoga: Maria Rosário de Carvalho aborda uma realidade ainda fora da universidade, a dos jovens indígenas que pressionam por um saber que a academia poderia oferecer, mas não oferece. Trata-se, provavelmente, de um dos grupos de futuros atores na universidade brasileira. Ramon Grosfoguel nos conta o contexto balcanizado do meio acadêmico estadunidense – onde a institucionalização de um saber chamado de estudos étnicos tem se transformado num projeto étnico em si, mais do que num projeto pedagógico multi- ou transcultural. A situação dos acadêmicos negros, as peripécias da transformação de objeto em sujeito, é o tema do texto que Angela Figueiredo escreveu junto com Ramón Grosfoguel. Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz contabilizam a realidade de quem pode ser o grande motor de uma abertura multicultural: os alunos cotistas, vistos como conformistas ou subversores embora, mais do que nada, estudantes “normais”. A necessidade de “africanizar” as ciências humanas no Brasil, de como dar um justo lugar à África, e de porque isso é importante também para os não especialistas, representa o cerne do artigo de Valdemir Zamparoni.

Esperamos que esses ensaios contribuam para abrir um debate sobre o que pode e deve ser o multiculturalismo no Brasil, que seja pelo menos tão amplo como o debate a respeito das cotas, mas se caracterize por uma postura mais construtiva, norteadas pela conscientização que precisa acontecer – uma revisão tanto criteriosa quanto profunda, da forma pela qual o Brasil e suas culturas têm sido representados na escola e na universidade.

Livio Sansone é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Girloy, P. *Post-colonial melancholia*. New York: Columbia University Press, 2006.
2. Appiah, A. K. *The ethics of identity*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
3. Gleason, P. "Identifying identity: a semantic history" in *The Journal of American History* 69, 4: 910-931, 1983.

OS ÍNDIOS PEDEM PASSAGEM...

Maria Rosário de Carvalho

Ao final de 1971, estudante do curso de ciências sociais da Ufba, eu tive a minha primeira experiência de campo, em equipe, entre os índios pataxó da Aldeia de Barra Velha, no extremo-sul da Bahia. Não foi difícil, mesmo para jovens inexperientes, constatar que a população de 273 habitantes se encontrava em situação de extrema penúria, o que, conseqüentemente, afetava sua organização social. A assistência, por parte da Funai, era muito recente e incipiente, similarmente ao que ocorria em outras áreas indígenas do contexto etnográfico do Nordeste. Hoje, passadas três décadas e meia, mudanças significativas ocorreram: o contingente demográfico se elevou para pouco mais de 8 mil indivíduos, a pequena aldeia de Barra Velha se transformou em aldeia-mãe para 23 grupos locais, e o processo de escolarização formal, desencadeado mais intensamente nos anos 90 do século XX, já não se restringe ao ensino fundamental e médio. Jovens, em número relativamente expressivo, já ingressaram em universidades, públicas e particulares, e outros tencionam fazê-lo.

O leitor atento haverá de supor que esse contexto de mudanças não terá sido produzido sem muitas dificuldades e esforços e que, ademais, ele não terá sido capaz de alterar, significativamente, a situação econômico-social reinante no já longínquo 1971. Não obstante, haverá de admitir que, se não há o que comemorar, pelo menos ainda há o que registrar. Eu estou me propondo, pois, neste pequeno artigo, proceder à descrição dos fatores que têm ensejado, e impulsionado, a educação escolar indígena no Brasil, considerando, simultaneamente, o cenário político-institucional e as ações dos atores indígenas; e à avaliação das repercussões da cultura escolar sobre as tradicionais culturas indígenas.

A Constituição de 1988 assegurou aos povos indígenas, no plano do ensino fundamental, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, assim como o apoio e incentivo à valorização e difusão das suas manifestações culturais (1). À luz de tais disposições, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 1996, estabeleceu que o sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolveria, e apoiaria técnica e financeiramente, programas integrados de ensino e pesquisa, planejados com anuência das comunidades indígenas, para lhes ofertar educação escolar bilíngüe e intercultural, visando proporcionar-lhes a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências (2).

A reação indígena foi proporcional à força da lei. Nas várias áreas, desencadeou-se rico e intenso movimento de implementação do ensino fundamental diferenciado, conduzido por professores indígenas e com conteúdos específicos aos contextos locais. A tenacidade dos diretamente envolvidos, certa dose de criatividade e improvisação e o apoio de instâncias governamentais e não-governamentais ensejou que os obstáculos, que se apresentavam como intransponíveis, fossem superados, gradativamente. Um dos primeiros foi o fato de os professores indígenas recrutados não terem

completado o 2º grau, do que resultava que o grau de escolarização de alguns deles coincidissem com o do curso básico (da alfabetização à 4ª série) oferecido nas aldeias, ou às séries (5ª a 8ª) do curso de ginásio da cidade vizinha (3). Urgia, portanto, que eles obtivessem treinamento especializado em magistério indígena, o que foi feito através de cursos para professores leigos e, na seqüência, de Programas de Formação para o Magistério Indígena, sob a orientação geral do MEC e das secretarias estaduais de educação.

No caso dos pataxó do extremo-sul, cujo processo eu acompanhei um pouco mais sistematicamente, dois fatos particulares terão funcionado como catalisadores, quais sejam, a vívida impressão que a experiência político-administrativa dos índios estabelecidos no Parque Indígena do Xingu causou ao jovem cacique Adauto Ferreira, quando, em 1995, através de intercâmbio promovido pela Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), ele retribuiu visita dos kayabi e observou que os próprios índios administravam o Parque, preenchendo os cargos de chefe-de-posto, enfermeiro e professor. Ao retornar, divulgou o que presenciara e passou a mobilizar a comunidade que, então, liderava, para seguir o padrão xinguno (4); e o impulso advindo do grupo pataxó estabelecido, desde os anos 1950, no município mineiro de Carmésia, de onde, desde então, passou a estabelecer contatos com os parentes dispersos, predominantemente com os “troncos” ainda hoje radicados em Barra Velha, tornada matriz de referência para os demais. Os pataxó de Carmésia haviam tomado a dianteira na formulação e execução de uma educação diferenciada, que remonta a 1995, no âmbito da qual os denominados professores de cultura, ou seja, depositários da história indígena, não-alfabetizados ou em processo de alfabetização, eram especialmente valorizados, e os conhecimentos que haviam acumulado eram ciosamente registrados pelos iniciantes professores indígenas (5).

Em dezembro de 1997, para uma grande platéia formada por professores indígenas da Bahia, que davam início ao seu próprio curso de formação, Apinhaera, uma professora de cultura radicada em Carmésia, explicou, didaticamente, o que era uma escola indígena diferenciada — “... onde primeiro tem que aprender o que é nosso, como pescar, preservar a natureza, fazer um cesto...” —, após o que comentou que havia re-orientado o comportamento da filha, inclusive a sua dieta alimentar, exortando-a a fazer uso da comida cultural, com o que “a gordura dela ficou fortalecida”, assim como re-orientou a sua própria identidade, etnizando-a e rejeitando designativos estigmatizantes (6).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, formuladas em 1999, reconheciam, em consonância com a expressa vontade indígena, que o conjunto de saberes e procedimentos historicamente produzidos pelas sociedades indígenas — língua, cosmologia, memória histórica, saberes relacionados à identidade étnica, organização social, manifestações artísticas, e etc — comporia a base conceitual, “afetiva e cultural” do conteúdo da aprendizagem e formação curricular, devendo ser priorizado no processo educativo, e se articularia ao conjunto dos saberes universais, presentes nas diversas áreas do conhecimento ocidental (7).

Os Programas de Formação para o Magistério Indígena concluíram, a partir de 2000, as suas primeiras turmas, e prosseguem formando alunos no ensino fundamental diferenciado. Em distintos contextos, festivas solenidades celebraram o êxito alcançado. Assim ocorreu entre os munduruku, no Tapajós, que aproveitaram a ocasião para anunciar o ensino médio regular, através de sistema modular, que eles julgam poder lhes proporcionar, em futuro próximo, cursar uma universidade (8); entre os

guarani, no Mato Grosso do Sul, cujo Projeto Ará Verá, que prepara professores para a educação indígena, com o apoio institucional da secretaria de educação estadual e das universidades Católica Dom Bosco e Federal de Mato Grosso do Sul, formou uma segunda turma de 53 professores (9); entre os kootiria, do Alto Rio Negro, que celebraram a primeira formatura da escola Khumuno Wu'u, considerada um marco na educação indígena da região e apoiada por um conjunto de instituições, tais como Unicef, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Instituto SocioAmbiental (ISA) e Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira (10); e entre vários povos do Nordeste, que lograram, em 2002, formar 72 professores indígenas.

A nova meta seria, agora, o ensino universitário. Em 2001, a Organização dos Povos Indígenas de Roraima (OPIR) solicitou do Conselho Nacional de Educação uma posição sobre um conjunto de pleitos, entre os quais a necessidade de formação de professores indígenas em nível universitário, de modo a atender as exigências e garantias da legislação nacional de educação; apoio da Universidade Federal de Roraima para a elaboração de proposta e viabilização de cursos de formação para uma habilitação plena dos professores indígenas; uma instância nacional passível de articular os vários níveis da educação indígena; e um fundo de financiamento específico para a educação indígena (11). O voto do relator, aprovado por unanimidade, concluiu que as instituições de ensino superior, compreendidas no sistema federal de educação, em especial as instituições federais, devem se comprometer com a meta 17 da educação indígena tal como posta na Lei 10.172/01, ou seja, formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e instituições de nível equivalente. O último pleito, considerado digno de apreciação e efetivação, foi julgado impróprio à jurisdição do Conselho Nacional de Educação, que, todavia, observou que a Resolução CNE/CEB 3/99 contempla a educação escolar indígena, no nível básico, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Mais um desafio, nova etapa de superação de obstáculos, novas conquistas. Em 6 de junho de 2006, com certo ufanismo, era anunciada a colação de grau da primeira turma de 198 professores indígenas da América Latina, um projeto pioneiro desenvolvido pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) mediante parceria com as secretarias estaduais de educação e ciência e tecnologia, a Fundação Nacional do Índio e a prefeitura de Barra dos Bugres. Iniciado em 2001, o projeto, desenvolvido ao longo de quatro anos de formação geral e um ano de formação específica, compreende as áreas de ciências matemáticas e da natureza, ciências sociais, e línguas, artes e literatura e atendeu, até o presente, um total de 298 professores indígenas falantes de 37 línguas e pertencentes a 44 etnias (12). Logo depois, em janeiro do ano corrente, seria a vez de 15 índios das etnias guarani e pankararu, integrantes do Projeto Pindorama, concluírem o curso superior em letras, tecnologias e mídias digitais, serviço social, pedagogia, enfermagem, contabilidade, direito, administração e economia, uma reivindicação indígena atendida conjuntamente pela vice-reitoria comunitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Pastoral Indigenista. Atualmente, 67 alunos indígenas estudam na instituição (13).

**ATUALMENTE,
67 ALUNOS
INDÍGENAS
ESTUDAM NA
INSTITUIÇÃO.**

Um novo curso universitário, de agroecologia, deverá ser iniciado nesse primeiro trimestre de 2007, preliminarmente para 40 indígenas das etnias terena e kadiwé. Idealizado pelas próprias comunidades indígenas, o projeto está sendo estruturado pelos governos federal (Ministério do Meio Ambiente em parceria com os Ministérios da Educação, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fome) e estadual (Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul), em parceria com a Universidade Dom Bosco. O curso terá duração de três anos e meio e objetiva formar profissionais indígenas para a gestão socioambiental nas aldeias da Bacia do Alto Paraguai, no Mato Grosso do Sul, de acordo com os saberes tradicionais dos alunos (14).

Matalawê, jovem líder da mais populosa aldeia pataxó, Coroa Vermelha, foi um dos concluintes do curso superior da Unemat. Ele ganhou visibilidade nacional por ocasião da missa "500 anos de Evangelização do Brasil", celebrada pelo cardeal Ângelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano, em 26 de abril de 2000, quando, ativa e energicamente, subverteu a disposição espacial dos assentos reservados aos pataxó, na periferia do altar e nos últimos lugares, postando-se no centro, assumindo o controle do ritual e compelindo o sacerdote e personalidades convidadas a ouvi-los. Foi a contra-reação indígena à violenta repressão policial desencadeada contra a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu, em Coroa Vermelha, representações de mais de 150 povos indígenas, e contra o Movimento Brasil 400 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (15). Graduado em ciências sociais, ele escolheu como tema da sua monografia a formação e posição de lideranças na terra indígena mediante o estudo de caso de Saracura, líder originário da Aldeia de Pedra Branca, na porção sul do recôncavo baiano, que Matalawê caracteriza como líder espiritualista, aquele que lidera o povo indígena a partir de um conhecimento espiritual (16).

Desde julho de 2006 Matalawê é secretário de assuntos indígenas do município de Santa Cruz Cabralia e já é capaz de empreender uma reflexão cuidadosa sobre os limites e responsabilidades decorrentes da nova posição: a grande expectativa da comunidade indígena, a impossibilidade de proceder a um planejamento anual devido à irregularidade dos repasses de recursos, e a possibilidade que se apresenta de fortalecer a causa indígena, o que tem sido obstado pelas dificuldades que se interpõem à realização de um trabalho transversal e integrado entre as várias secretarias municipais. Mas ele faz questão de enfatizar o apoio da prefeitura municipal ao recente Encontro de Pesquisadores Pataxós em torno do Patxohã, "Língua do Guerreiro Pataxó" (léxicos indígenas aplicados à sintaxe do vernáculo), que, desde 2003, vem sendo implementada em todas as séries do ensino fundamental, e tentativamente reconstruída por um grupo de professores indígenas – a maioria dos quais se encontra, presentemente, realizando cursos universitários, na Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade do Norte do Paraná e em faculdades estabelecidas na região – que tem se encarregado, também, de disseminá-la através de um processo de aprendizagem coletivo no qual as crianças são agentes fundamentais (17).

O exemplo dos Pataxó, seguramente não o único, aponta para um cenário que se apresenta como favorável à valorização e revitalização das culturas

indígenas tributário, em larga medida, do processo de escolarização nos três graus. No entanto, seria temerário supor que inexistam situações dissonantes, como a que tem sido veiculada em relação ao Parque Indígena do Xingu. Vozes autorizadas de pessoas mais velhas, no PIX, têm lamentado que os jovens não queiram mais saber dos costumes indígenas, notadamente da pajelança, e que busquem se comportar como os “jovens brancos”. Imputar, contudo, à escolarização a incapacidade de reorientar comportamentos de jovens positivamente impactados perante o efeito-demonstração de bens industrializados e equipamentos urbanos em um contexto, como o xinguano, presentemente ameaçado pela lavoura comercial de soja e a pecuária extensiva, assim como pela implantação de hidrelétricas, como a Paranatinga II, cujas obras, em curso, poderão alterar, irreversivelmente, o sistema adaptativo-ecológico e simbólico da bacia dos formadores do Xingu (18) seria, ademais, ingênuo, equivocado. O exemplo, ao contrário, demonstra, de modo dramaticamente eloquente, que a educação indígena não pode, absolutamente, ser dissociada da demarcação e integridade dos territórios, do atendimento à saúde, nutrição e preservação ambiental, mediante políticas e práticas continuadas, informadas e avaliadas pelos próprios índios.

Mas à guisa de reflexão final, é oportuno evocar o alerta-reflexivo do professor Lucas Ruri’ô, da aldeia Xavante de Idzö’u, na Terra Indígena de Sangradouro, Mato Grosso, quando ele constatou, em 1998, que a escola estava ocupando maior espaço na vida dos alunos (ensino fundamental) do que a cultura indígena, e que, por isso, eles estavam, invariavelmente, pretextando não ter tempo “para deitar ao lado do seu pai ou do avô [quando o velho quer passar os seus conhecimentos, os filhos têm obrigação de deitar ao lado do seu pai, dos velhos para ouvir os mitos, a história] por que tem tarefa, tem aquele torneio, tem jogo, tem passeio...” (19). O que ele recomendava, e praticava, era a integração da escola à cultura indígena, de modo a contornar o risco da relação inversa, que faria, mais uma vez, malograr a tentativa de experiência intercultural.

Maria Rosário de Carvalho é professora adjunta do Depto. de Antropologia da FFCH-Ufba e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Estudos Étnicos e Africanos e Antropologia; coordenadora do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb), grupo de pesquisa do CNPq que lidera, juntamente com Pedro Agostinho.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Título VII - da Ordem Social, capítulo III - “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, Arts. 210 e 215 da Constituição Federal. 1988.
2. Capítulo II, Título III, Art. Art. 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.
3. Souza, A C G. “Escola e reafirmação étnica: o caso dos pataxó de Barra Velha, Bahia”. Dissertação apresentada ao mestrado em ciências sociais da FFCH/Ufba, pp. 74-75. 2001.
4. Souza, A C G. *op cit.* p. 76. 2001.
5. Carvalho, M R & Sampaio, J.A.L. Relatório apresentado ao curso de formação de professores indígenas na Bahia. Aldeia de Barra Velha: MEC/ANAI/Ufba. p. 2. 1997.
6. Carvalho, M R.& Sampaio, JA L. *op cit.* p. 3. 1997.
7. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. 1999.
8. *O Liberal*, Link:<http://www.oliberal.com.br/index.htm>.18.01.2006.
9. *Clipping* da 6ª. CCR do MPF, divulgado na [rede@anai.org.br](mailto:red@anai.org.br). 16.05.2006.
10. Home page do Instituto SocioAmbiental (ISA). 15.05.2006.
11. Parecer CNE/CEP 20/2002. Despacho do Ministro em 9/4/2002, publicado no Diário Oficial da União de 11/4/2002, Seção I, p.14.
12. *Clipping* da 6ª. CCR do MPF divulgado na [rede@anai.org.br](mailto:red@anai.org.br) 07.06.2006.
13. Redação Terra.15.12. 2006
14. Home page Funai divulgado na [rede@anai.org.br](mailto:red@anai.org.br) 8.01.2007.
15. César, A L S. “Lições de abril: construção de autoria entre os pataxó de Coroa Vermelha”. Tese apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em lingüística aplicada, na área de educação bilíngüe, p. 142. 2002.
16. Entrevista concedida por Matalawê, a Sarah de Siqueira Miranda, bolsista AP do CNPq no PINEB. 12. 01. 2007
17. Miranda, Sarah de Siqueira. “A construção da identidade pataxó: práticas e significados da experiência cotidiana entre crianças da Coroa Vermelha”. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia,. pp. 38-39. 2006.
18. Home page da *Agência Brasil*. 07.12. 2007
19. Depoimento de Lucas Ruri’ô, pertencente ao acervo da Associação Xavante Warã e disponibilizado por Hiparidi Toptiro, seu coordenador, à Machado, A M N. “Brincando de ser criança” Contribuições da Etnologia Indígena Brasileira à Antropologia da Infância”. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE. pp. 220-222. 2003.

DILEMAS DOS ESTUDOS ÉTNICOS NORTE-AMERICANOS: MULTICULTURALISMO IDENTITÁRIO, COLONIZAÇÃO DISCIPLINAR E EPISTEMOLOGIAS DESCOLONIAIS

Ramón Grosfoguel

Tradução: Flávia Gouveia

Os estudos étnicos nos Estados Unidos constituem um espaço contraditório que condensa posições rivais divididas, atualmente, entre dois discursos hegemônicos (multiculturalismo identitário e colonização disciplinar) e um contra-hegemônico (epistemologias descoloniais).

À diferença de outras partes do mundo, nos Estados Unidos os estudos étnicos surgem como parte do movimento de direitos civis das minorias discriminadas. No final dos anos 1960 e início dos 1970, ocorreram várias greves estudantis e ocupações de universidades, organizadas pelas minorias discriminadas. Esses movimentos conduziram à criação de estudos afro-americanos, portorriquenhos, “chicanos” (estadunidenses de origem mexicana), asiáticos e indígenas através de todo o país. Tal “insurgência epistêmica” foi fundamental para abrir espaços a professores provenientes de grupos etno-raciais discriminados e epistemologias não-ocidentais, no que até aquele momento eram universidades monopolizadas por professores e estudantes brancos e epistemologias eurocentradas que privilegiam a “ego-política do conhecimento” (1).

Se a epistemologia eurocêntrica se caracteriza não apenas por privilegiar um padrão de pensamento ocidental mas também por estudar o “outro” como objeto e não como sujeito que produz conhecimentos (encobrendo, ao mesmo tempo, a geopolítica e a corpo-política do conhecimento, a partir das quais pensam os pensadores e intelectuais acadêmicos brancos), a entrada de professores “de cor”, com os programas de ação afirmativa e a criação de programas de estudos étnicos dirigidos a estudar os problemas que confrontam as minorias discriminadas, constituiu uma mudança importante na produção de conhecimentos acadêmicos. Muitos dos professores das minorias discriminadas daquela época (final dos anos 1960 e década de 1970) eram intelectuais ativistas que privilegiavam a “geopolítica do conhecimento” e a “corpo-política do conhecimento” sobre a “ego-política do conhecimento”. Pela primeira vez em um espaço universitário ocidental se rompe com a dicotomia sujeito-objeto da epistemologia cartesiana. Em vez de um sujeito branco estudando sujeitos não-brancos como objetos do conhecimento, assumindo-se a si mesmo como um observador neutro não situado em nenhum espaço nem corpo (“ego-política do conhecimento”), o que lhe permite portanto reclamar uma falsa objetividade e neutralidade epistêmica, temos a nova situação de sujeitos das minorias discriminadas estudando a si mesmos como sujeitos que pensam e produzem conhecimentos a partir de corpos e espaços subalternizados e inferiorizados (“geopolítica e corpo-política do conhecimento”) pela epistemologia racista e o poder ocidental. É exagero dizer que seus trabalhos questionaram a visão hegemônica branca acerca das minorias discriminadas

que se concentravam em tornar estes últimos responsáveis pela marginalização e pobreza da sociedade norte-americana (paradigmas da “cultura da pobreza” e a “modernização”), encobrendo o seu racismo (2). Isso não apenas provocou o racismo epistêmico, que atribui e reconhece a produção de teoria aos sujeitos ocidentais brancos enquanto os não-brancos produzem folclore, mitologia ou cultura mas não conhecimento de igual para igual com o ocidente, mas abriu um potencial para a descolonização do conhecimento ao desafiar a “ego-política do conhecimento” cartesiana das ciências ocidentais, opondo-lhe a “geopolítica e a corpo-política do conhecimento” dos sujeitos subalternos. Digo “potencial” porque tal processo descolonial não está terminado e enfrenta vários obstáculos. Este trabalho busca identificar os obstáculos que ainda se confrontam nos estudos étnicos, mas antes é necessário esclarecer alguns conceitos indispensáveis à discussão.

RACISMO EPISTÊMICO O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no “sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial” (1). O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias (*identity politics*) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à “universidade” e à “verdade”. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais. Se observarmos o conjunto de pensadores que se valem das disciplinas acadêmicas, vemos que todas as disciplinas, sem exceção, privilegiam os pensadores e teorias ocidentais, sobretudo aquelas dos homens europeus e/ou euro-norte-americanos. Essas *identity politics* hegemônicas são tão poderosas e tão normalizadas sob o discurso de objetividade e “neutralidade” da “ego-política do conhecimento” das ciências humanas que quando se pensa em *identity politics* se assume imediatamente como “senso comum” que se trata das minorias discriminadas. De fato, sem negar a existência de *identity politics* entre setores das minorias discriminadas, as *identity politics* hegemônicas – do discurso eurocêntrico – utilizam esse discurso identitário racista para descartar toda intervenção crítica proveniente de epistemologias “outras” (3). O mito que entretanto subjaz à academia é o discurso cientificista da “objetividade” e “neutralidade” que esconde o “*locus* de enunciação”, ou seja, quem fala e a partir de qual corpo e espaço epistêmico nas relações de poder se fala (4). Sob o mito da “ego-política do conhecimento” (que na realidade sempre fala a partir de um corpo masculino branco e uma geopolítica do conhecimento eurocentrada) se desautorizam as vozes críticas provenientes dos pensadores de grupos subalternos inferiorizados pelo racismo epistêmico hegemônico. Se a epistemologia tem cor, como bem destaca o filósofo africano Emmanuel Chukwudi Eze (5), então a epistemologia eurocentrada dominante nas ciências sociais também tem. A construção desta última como superior e as do resto do mundo como inferiores forma parte inerente do racismo epistemológico imperante no sistema-mundo há mais de quinhentos anos.

O privilégio epistêmico dos brancos foi consagrado e normalizado com a colonização das Américas no final do século XV. Desde renomear o mundo com a cosmologia cristã (Europa, África, Ásia e, mais tarde, América), caracterizando todo conhecimento ou saber não-cristão como produto do demônio, até assumir, a partir de seu provincianismo europeu, que somente pela

tradição greco-romana, passando pelo renascimento, o iluminismo e as ciências ocidentais, é que se pode atingir a “verdade” e “universalidade”, inferiorizando todas as tradições “outras” (que no século XVI foram caracterizadas como “bárbaras”, convertidas no século XIX em “primitivas”, no século XX em “subdesenvolvidas” e no início do século XXI em “antidemocráticas”), o privilégio epistêmico das *identity politics* brancas eurocentradas foi normalizado ao ponto invisibilizar-se como *identity politics* hegemônicas. Por isso os estudos étnicos, desde sua formação até fins dos anos sessenta nos Estados Unidos, foram sempre objeto de ataque por parte do racismo epistêmico das disciplinas das ciências humanas ocidentais (ciências sociais e humanidades), argumentando a inferioridade, parcialidade, e falta de objetividade de seus saberes e da produção de conhecimentos.

IDENTITY POLITICS Frente às *identity politics* hegemônicas que sempre privilegiaram a beleza, conhecimentos, tradições, espiritualidades e costumes brancos, europeus, cristãos e ocidentais, inferiorizando e subalternizando a beleza, conhecimentos, tradições, espiritualidades e costumes não-europeus, não-cristãos e não-ocidentais, os sujeitos discriminados/inferiorizados por esses discursos hegemônicos desenvolveram suas próprias *identity politics* em reação ao racismo inicial. Esse processo foi necessário como parte de um processo de valorização de si mesmos em um mundo racista que os inferioriza e desqualifica de sua humanidade. Contudo, esse processo de afirmação identitária tem seus limites se se converte em propostas fundamentalistas que invertem os termos binários do racismo branco/eurocêntrico hegemônico. Por exemplo, se se assume que os grupos etno/raciais subalternizados (não-brancos) são superiores e que os dominantes (brancos) são inferiores, o que se faz é inverter os termos do racismo branco hegemônico sem superar o problema de fundo: o racismo, isto é, a inferiorização cultural e/ou biológica de alguns seres humanos, elevando outros à categoria de superiores (2). Outro exemplo é se se aceita, como fazem alguns fundamentalismos islâmicos e afrocentristas, o discurso eurocêntrico hegemônico de que somente a tradição europeia é natural e inerentemente democrática, enquanto os “outros” não-europeus são natural e inerentemente autoritários, negando discursos democráticos e formas de institucionalidade democrática ao mundo não-ocidental (logicamente, distintas à democracia liberal ocidental) e, por conseguinte, apoiando formas de autoritarismo político. Isso é o que fazem todos os fundamentalismos terceiro-mundistas ao aceitarem a premissa eurocêntrica de que a única tradição democrática é a ocidental e, portanto, ao assumirem que a democracia não se aplica à sua “cultura” e às suas “sociedades”, defendendo formas monárquicas ou ditatoriais de autoridade política. Assim se reproduz um eurocentrismo invertido. A “balcanização” que se deriva dessas políticas identitárias acaba reproduzindo invertidamente o mesmo essencialismo e fundamentalismo do discurso hegemônico eurocentrado. Se o fundamentalismo assume sua própria cosmologia e epistemologia como a única verdadeira e superior, inferiorizando e sem reconhecer igualdade a nenhuma outra, então o eurocentrismo é apenas uma forma de fundamentalismo, senão o fundamentalismo hegemônico no mundo atualmente. Os fundamentalismos terceiro-mundistas (afrocentristas, islamistas, indigenistas etc), que sur-

gem em reação ao fundamentalismo eurocêntrico hegemônico, são formas subordinadas de fundamentalismo eurocentristas na medida em que deixam intactas as hierarquias binárias e raciais do fundamentalismo eurocêntrico (1). Nos estudos étnicos norte-americanos, lamentavelmente há uma minoria vociferante de fundamentalistas afro-centristas, indigenistas, asiático-centristas e hispanistas que questionam a validade e legitimidade desses programas. Entretanto, felizmente esses grupos são uma minoria insignificante, ainda que, infelizmente, os supremacistas brancos exagerem sua influência para desprestigiar os departamentos/programas de estudos étnicos nos Estados Unidos devido a suas agendas de crítica ativa anti-racista e anti-eurocentrista.

IDENTIDADES NA POLÍTICA E TRANSMODERNIDADE As políticas identitárias partem de um reducionismo identitário e culturalista que acaba essencializando e naturalizando as identidades culturais. Nesses projetos identitários não há espaço ou há uma forte reticência para grupos cuja origem etno-racial seja distinta à do grupo. Eles normalmente mantêm fronteiras identitárias ainda entre os próprios grupos subalternos, impossibilitando o diálogo e as alianças políticas. Em alguns casos acabam invertendo o racismo hegemônico e reproduzindo um racismo invertido ao fazer do grupo etno-racial subalterno um grupo cultural e/ou biologicamente superior aos brancos.

Muito diferentes das *identity politics* são as “identidades na política”. Estas últimas se baseiam em projetos ético-epistêmicos abertos a todos, não importa a origem etno-racial da pessoa. Por exemplo, os zapatistas no sudoeste do México são um movimento insurgente indígena, pensando epistemicamente a partir de epistemologias/cosmologias ameríndias, aberto a todas as pessoas e grupos que apoiem e simpatizem com suas propostas políticas. No interior do movimento zapatista há brancos e mesti-

ços. O movimento liderado por Evo Morales na Bolívia é um movimento indígena que pensa e desenvolve uma descolonização do Estado branco boliviano a partir da cosmologia do Ayllú das comunidades aymaras. Esse movimento possui entre seus líderes e em suas filas militantes brancos e mestiços que assumiram o projeto político ético-epistêmico Aymara. Outro exemplo são as práticas espirituais africanas nas Américas que, mesmo partindo de cosmologias/epistemologias de origem africana (yoruba, bantú etc), estão também abertas à participação de todos. Isso quer dizer que não há correspondência entre a identidade ético-epistêmica do projeto (neste caso de origem indígena ou africana) e a identidade étnica/racial dos indivíduos que militam em tais movimentos. Por conseguinte, de forma muito diferente das *identity politics*, não se exclui nada que apóie o projeto por razões de origem étnico-racial.

Se o eurocentrismo busca desqualificar essas epistemologias alternadas para inferiorizá-las, subalternizá-las e desautorizá-las e, desse modo, construir um mundo de “pensamento único” que não permite pensar “outros” mundos possíveis mais para além da mundialização “capitalista neoliberal branca masculina”, o projeto que propomos aqui seria um que transcenda o monopólio epistêmico eurocêntrico do sistema-mundo moderno/colonial. Reconhecer que existe diversidade epistêmica no mundo apresenta um desafio à modernidade/colonialidade do mundo existente. Já não é possível construir

**O MOVIMENTO
LIDERADO POR
EVO MORALES
NA BOLÍVIA É
UM MOVIMENTO
INDÍGENA QUE
PENSA E
DESENVOLVE...**

a partir de uma só epistemologia um desenho global como “solução única” aos problemas do mundo, seja da esquerda (socialismo, comunismo etc) ou da direita (desenvolvimentismo, neoliberalismo, democracia liberal etc). A partir dessa diversidade epistêmica há propostas antcapitalistas, antipatriarcais e antiimperiais diversas, que apresentam diferentes maneiras de enfrentar e solucionar os problemas produzidos pelas relações de poder sexuais, raciais, espirituais, lingüísticas, de gênero e de classe no presente “sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial” (1). Essa diversidade de propostas de epistemologias “outras” subalternizadas e silenciadas pela epistemologia eurocêntrica apresentaria uma maneira de transcender a modernidade eurocentrada para além das propostas de culminar na modernidade (6) ou de desenvolver a pós-modernidade. Essas últimas constituem críticas eurocênticas ao eurocentrismo (4).

Trata-se, portanto, de desenvolver o que o filósofo de liberação Enrique Dussel (7) chama “transmodernidade” como projeto para culminar não na modernidade nem na pós-modernidade, mas no projeto incompleto e inacabado da descolonização. “Trans” aqui se usa no sentido de mais além da modernidade. Na transmodernidade há tantas propostas de liberação da mulher e da democracia quantas epistemologias há no mundo. As “feministas da diferença” parisienses não podem impor suas soluções e maneiras de lutar contra o patriarcado às feministas islâmicas no Irã, às feministas indígenas Zapatistas no México ou às feministas negras nos Estados Unidos. Da mesma forma, o mundo ocidental não pode impor seu conceito liberal de democracia às formas de democracia indígena, islâmicas ou africanas. Por exemplo, o zapatismo de cosmologias tojolabales redefine a democracia como “mandar obedecendo” e sua institucionalidade prática constitui os “caracóis”. Conceitos muito distintos à democracia ocidental em que “o que manda não obedece e o que obedece não manda” e cuja institucionalidade prática são os parlamentos ou assembléias nacionais.

A transmodernidade não é um relativismo de *everything goes* pois se trata do pensamento crítico antcapitalista, antipatriarcal, antieurocêntrico (nunca antieuropeu) e antiimperial que nasce da diversidade epistêmica do mundo. Para o pensamento descolonial não há qualquer epistemologia que possa reclamar o monopólio sobre o pensamento crítico no planeta, como pretendeu o imperialismo da epistemologia acidental no sistema-mundo nos últimos 500 anos. A proposta que faço aqui é redefinir os departamentos/programas de estudos étnicos como “estudos descoloniais transmodernos”.

OS ESTUDOS ÉTNICOS NORTE-AMERICANOS Uma vez esclarecidos os conceitos antes mencionados, passemos agora à discussão pertinente a este trabalho. Os estudos étnicos norte-americanos debatem-se atualmente entre dois problemas da colonialidade do poder global: 1) as *identity politics* do multiculturalismo liberal norte-americano; e 2) a colonização disciplinar das ciências ocidentais sobre tais espaços.

Começemos pelo primeiro ponto. A organização de departamentos e programas de estudos étnicos à base de identidades etno/raciais (afro-americanos, asiático-americanos, latinos, indígenas etc) foi um dos legados mais perniciosos dos estudos étnicos norte-americanos a contribuir para reproduzir o pior das *identity politics*. Em vez de estudos descoloniais, as *identity politics* levam a reproduzir estudos coloniais que se manifestam em duas tendências principais: uma baseada no multiculturalismo *light* liberal britânico-americano e outra baseada na absolutização chauvinista e nacionalista

de sua própria identidade etno-racial em detrimento do diálogo e das alianças com outros grupos. O multiculturalismo liberal hegemônico permite que cada grupo discriminado tenha seu espaço e celebre sua identidade/cultura sempre que não questionar as hierarquias etno-raciais do poder da supremacia branca e deixe o *status quo* intacto. Assim privilegiam-se algumas elites dos grupos discriminados/inferiorizados outorgando-lhes um espaço com recursos como *tokens*, *model minority* ou “vitrines simbólicas” que dêem uma maquiagem multicultural ao poder branco, enquanto a maioria dessas populações vítimas do racismo crescente vive a colonialidade do poder quotidianamente. Condoleezza Rice é um dos exemplos mais extremos dessa política. Essa mulher afro-norte-americana é umas das arquitetas da política exterior racista do império euro-norte-americano (elites brancas capitalistas) no Oriente Médio e no Iraque, dando uma aparência anti-racista e multicultural ao império.

Por outro lado, os estudos étnicos que absolutizam e privilegiam as *identity politics* de seu próprio grupo etno/racial os levam a suspeitar e ver-se em competência com os outros grupos étnicos/raciais, incluídos aqueles que compartilham uma situação similar de discriminação etno/racial. Assim, os estudos étnicos organizados por meio de identidades étnicas acabam: 1) celebrando sua própria identidade, deixando intactas as hierarquias etno/raciais; ou 2) enfatizando em seu próprio grupo étnico-racial, com foco em seus próprios umbigos e, portanto, concebendo-se em competência constante com os outros grupos igualmente discriminados e contribuindo para reproduzir o “divide e vencerás” que igualmente mantém intacto o *status quo* das hierarquias etno/raciais. Ambas as posições das *identity politics* (a “multicultural identitária liberal” e a “identitária militante”) terminam em cumplicidade com as hierarquias etno/raciais da supremacia branca ao deixarem de lado o *status quo*.

A outra tendência da colonialidade do saber (8) é a colonização disciplinar acadêmica dos estudos étnicos. A colonização disciplinar ocorre quando se dividem os campos do conhecimento dentro dos estudos étnicos baseados em especialidades disciplinares das ciências humanas (ciências sociais e humanidades) e se fazem estudos étnicos “sobre” e não “dos” e “junto aos” grupos étnicos/raciais. Em vez de produzir conhecimentos a partir do pensamento crítico que os sujeitos discriminados/inferiorizados produzem, as disciplinas impõem o padrão de pensamento e a epistemologia ocidental do “ponto zero” (9)—o ponto de vista que não se assume como ponto de vista próprio, da perspectiva que se assume como o “olho de Deus” da filosofia ocidental moderna desde Descartes até nossos dias nas ciências humanas ocidentais. Isso afetou a produção de conhecimentos nos departamentos/programas de estudos étnicos porque em vez de produzir conhecimentos “dos” e “com os” grupos etno-raciais dirigidos a sua liberação, privilegia-se a produção de conhecimentos “sobre” os “outros” seguindo a tradição epistemológica colonial que vai desde os missionários cristãos do século XVI até os cientistas sociais de nossos dias e que fazem do sujeito discriminado/inferiorizado um “objeto de estudo” para dominar e explorar. Isso engendra as seguintes perguntas: Conhecimento para que e para quem? É possível produzir conhecimentos neutros em uma sociedade dividida em termos raciais, sexuais, espirituais e de classe? Se a epistemologia não apenas tem cor mas também tem sexualidade, gênero, espiritualidade cosmológica, classe etc, não é possível assumir o mito ou a falsa premissa da neutralidade e objetividade epistemológica (o “ponto zero” da “ego-política do conhecimento”) como pretendem as ciências ocidentais.

Por outro lado, a corrente que pretende fazer dos estudos étnicos “estudos interdisciplinares” reproduz os mesmos problemas mencionados antes. A interdisciplinaridade mantém intactas as identidades disciplinares (com seu padrão e epistemologia eurocentrada) e somente se abre ao diálogo interdisciplinar no interior da epistemologia ocidental, fechando-se ao diálogo transmoderno entre diversas epistemologias. Se pensamos não a partir das disciplinas acadêmicas mas a partir da “transdisciplinaridade”, no sentido de ultrapassar os saberes disciplinares, então o projeto dos estudos étnicos se abriria à diversidade epistemológica em lugar dos atuais monotopismo e monólogo da epistemologia eurocêntrica ocidental dominante que não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico. A colonização disciplinar dos estudos étnicos constitui uma colonização epistêmica já que as disciplinas acadêmicas privilegiam o padrão epistêmico eurocentrado.

Com isso não pretendo descartar trabalhos críticos importantes e úteis produzidos pelos campos disciplinares da academia ocidental. Estou simplesmente questionando a pertinência de fazer departamentos/programas de estudos étnicos se simplesmente restringirem-se a fazer sociologia de raça e etnicidade, antropologia das identidades etno/raciais, história “sobre” (não “dos” e “com os”) negros, economia da inserção laboral dos indígenas etc. Colonizar os estudos étnicos pelas disciplinas ocidentais não constitui nada inovador no campo do conhecimento. Pode-se fazê-lo já a partir das respectivas disciplinas acadêmicas e não faltam programas nem departamentos de estudos étnicos para isso. Muito diferente seria se os programas ou departamentos de estudos étnicos se abrissem à transmodernidade, isto é, à diversidade epistêmica do mundo, e se redefiníssem como “estudos descoloniais transmodernos”, propondo pensar “a partir dos” e “com os” “outros” subalternizados e inferiorizados pela modernidade eurocentrada e oferecendo definir suas perguntas, seus problemas e seus dilemas intelectuais “dos” e “com os” próprios grupos discriminados. Isso introduziria uma metodologia descolonial muito diferente da metodologia das ciências sociais e das humanidades (10). Implicaria também um diálogo transmoderno entre diversos projetos ético-epistêmicos e uma organização temática no interior dos departamentos/programas de estudos étnicos baseados em problemas (racismo, sexismo, xenofobia, cristianocentrismo, epistemologias “outras”, eurocentrismo etc) e não com base em identidades etno/raciais (negros, indígenas, asiáticos etc) nem em disciplinas coloniais ocidentais (sociologia, antropologia, história, ciências políticas, economia etc). Os estudos étnicos redefinidos como “estudos descoloniais transmodernos” dariam uma contribuição importantíssima não somente ao saber acadêmico senão à liberação como projeto de descolonização (epistêmica, social, política, econômica e espiritual) dos grupos oprimidos e explorados pelo racismo capitalista/patriarcal ocidental do sistema-mundo moderno/colonial (11).

Ramón Grosfoguel é professor no Departamento de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Grosfoguel, R. “La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global”, in *Tábulas* (Bogotá, Colombia), nº. 4 (enero-junio), pp. 17-48. 2006.

2. Grosfoguel, R., *Colonial subjects*. Berkeley, California: University of California Press. 2003.
3. Maldonado-Torres, N., “The topology of being and the geopolitics of knowledge: modernity, empire and coloniality,” in *City*, Vol. 8, nº. 1, pp. 29-56. 2004.
4. Mignolo, W., *Local histories: global designs: coloniality, border thinking and subaltern knowledges*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 2000.
5. Eze, E. C. “The color of reason: the idea of “race” in Kant’s anthropology”. In *Postcolonial african philosophy: a critical reader*, editado por E.C. Eze. Cambridge, MA: Blackwell. 1997.
6. Habermas, J., “La modernidad, un proyecto incompleto”. En Hal Foster (editor) *La posmodernidad* (Barcelona, España: Editorial Kairos). 1985.
7. Dussel, E., *1492: El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz, Bolivia: Plural Editores. 1994.
8. Lander, E., *La colonialidad del saber*. Buenos Aires: Clacso. 2000.
9. Castro-Gomez, S., *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá, Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana. 2006.
10. Smith, Linda T., *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Routledge. 1999.
11. Maldonado-Torres, N., “Pensamento crítico desde a subalteridade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI”, in *Revista Afro-Asia*, nº. 34, pp. 105-130. 2006.

POR QUE NÃO GUERREIRO RAMOS? NOVOS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (1)

Diga-me o nome de três acadêmicos negros brasileiros? Certamente teremos dificuldade em responder a esta pergunta aparentemente simples, mas, pelo menos de um nome nos lembraremos: Milton Santos (3/5/26-24/6/01). A referência a Milton Santos resulta não só da sua extensa produção acadêmica, bem como do fato de ele ter falecido recentemente. Curiosamente, a morte de Milton Santos estimulou a reedição de seus livros, hoje expostos nas prateleiras de diversas livrarias. Tratando-se de um intelectual negro, o reconhecimento adquirido por Milton Santos configura-se como uma exceção no ambiente acadêmico brasileiro. De fato, temos refletido pouco não só sobre o porquê da notoriedade de Milton Santos – não estamos pondo em dúvida a qualidade e a importância de seus trabalhos – bem como sobre as dificuldades de outros intelectuais negros ocuparem posições de destaque no cenário acadêmico brasileiro.

No final de 2004 perdemos também um outro grande intelectual negro, Clóvis Moura, historiador, autor de diversos trabalhos sobre a escravidão negra no Brasil. Outros autores poderiam aqui ser lembrados, considerando suas importantes contribuições à compreensão da sociedade brasileira: Manoel Querino, André Rebouças, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Joel Rufino e tantos outros. O objetivo deste texto não é apenas homenagear autores e autoras negras, mas refletir sobre o que denomino de “política do esquecimento” mecanismo pelo qual apagamos da memória das novas gerações a contribuição acadêmica de autores negros. Consciente ou inconscientemente, raramente os autores negros estão nas bibliografias dos cursos ministrados nas universidades. Consequentemente, poucas vezes temos tido a oportunidade de conhecer a contribuição desses autores, refletindo, inclusive, não apenas sobre o conteúdo de seus trabalhos, mas sobre o contexto político-intelectual em que foram produzidos.

Considerando tanto o aumento do número de alunos negros nas universidades públicas, como o resultado da implementação do sistema de cotas, quanto o crescente aumento do número de pesquisadores negros (mestres e doutores) na última década(2), parece-nos mais que importante, abordarmos, neste texto, um tema até então pouco discutido no ambiente acadêmico brasileiro: a ausência de professores negros das universidades públicas brasileiras. A nossa hipótese é de que isto ocorre como o resultado da soma de diferentes fatores: a geopolítica do conhecimento que tem levado a minimizar a produção dos intelectuais negros; o funcionamento da cultura acadêmica (*networks*) e do capital social e simbólico requeridos (3); o isolamento do intelectual negro, particularmente, quando ele é politicamente comprometido com o combate às desigualdades raciais e, evidentemente, ao racismo, tal como ele se manifesta em nossa sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO OU A IMPORTÂNCIA DOS “ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS” NO BRASIL O campo de estudos conhecidos como “estudos das relações raciais” no Brasil constituem o objeto de conhecimento historicamente produzido por acadêmicos brancos cuja epistemologia baseia-se no estudo *sobre* negros, por isso mesmo, a noção de estudos sobre as “relações raciais” mantém o mito de uma horizontalidade entre os grupos racialmente diferenciados. Julgamos ser mais adequado falarmos de “hierarquias raciais” já que enfatizaríamos a verticalidade das relações sobre a suposta horizontalidade expressa na definição “estudos das relações raciais”.

O interesse em entender os problemas das “relações raciais” constituiu-se numa preocupação que antecedeu a institucionalização da sociologia brasileira, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Inicialmente, presente no relato dos viajantes e, em seguida, na obra dos ensaístas, a exemplo de Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Oliveira Viana e, posteriormente, a partir dos trabalhos de Gilberto Freyre (4).

Nesse sentido, a preocupação com as questões de natureza racial sempre despertou o interesse dos estudiosos, independente dos enfoques e das agendas acadêmicas e políticas. A primeira geração estava preocupada com o futuro da nação brasileira, condenada pelos efeitos “maléficos” da mistura de raças. Nesse período, os estudos vislumbravam uma única saída: o clareamento, ou embranquecimento, da população brasileira a partir da mistura das raças em gerações consecutivas, ou seja, havia uma crença de que mestiçagens sucessivas levariam, inevitavelmente, ao desaparecimento da população negra. A partir dos trabalhos de Freyre há uma interpretação do Brasil numa chave cultural; para alguns autores, há em Freyre uma valorização da mistura racial e cultural. O culturalismo de Freyre acabou por consolidar a crença na democracia racial brasileira, paradigma interpretativo vigente pelo menos até o final dos anos 1980.

O terceiro momento é caracterizado pela institucionalização da sociologia e, conseqüentemente, pela adoção de técnicas de pesquisa e reflexões teóricas mais rigorosas. Aqui é importante destacar a figura de Donald Pierson e a influência que exercerá sobre a sociologia brasileira a Escola de Chicago. Pierson desenvolve uma importante pesquisa sobre as “relações raciais” na Bahia, em que acaba por corroborar, ou fortalecer, a crença na inexistência do preconceito racial, enfatizando que o preconceito no Brasil é de classe. Duas críticas contundentes podem ser dirigidas ao trabalho de Pierson: primeiro, ele generaliza a conclusão de uma pesquisa realizada em Salvador (BA), cidade com a maior população negra no Brasil como um todo; segundo, atribui demasiada importância à mobilidade social de poucos negros. É importante destacar aqui a importância atribuída à mobilidade social dos negros, já que era vista como um exemplo contundente da inexistência do preconceito ou da discriminação racial.

Quanto da comparação das relações raciais entre o Brasil e os Estados Unidos, a maioria dos autores enfatizava a importância da classificação da cor no Brasil e o papel ocupado pelo mestiço escuro ou mulato na estratificação social brasileira. Entretanto, jamais encontramos um artigo sequer escrito por um mulato em que o tema fosse abordado. Ao que parece o debate ocorria em outro âmbito, contando apenas com a presença de pesquisadores brancos ou mestiços muito claros, e, o mulato, silenciado, lia e aprendia sobre os benefícios de ser mestiço no Brasil.

Aludindo a esse terceiro momento, em meado dos anos 1930, quando da

chegada da antropóloga norte-americana Ruth Landes ao Brasil (5), demonstra como o campo de estudos sobre as relações raciais brasileiras já estava estruturado à época, destacando, inclusive, a majoritária presença masculina. Corrêa também observa que a rejeição inicial aos resultados da pesquisa desenvolvida por Landes guarda estreita relação com os seguintes fatores: primeiro, o fato de Landes ser mulher, num contexto em que somente os homens desenvolviam pesquisas sobre o tema da religiosidade negra; segundo, o fato de ela não ter entrado por meio de uma rede de relações dos *experts*; e, terceiro, a relação pessoal desenvolvida por Landes e Edison Carneiro. Trata-se, portanto, de um campo de lutas concorrencial, no qual o que estava em jogo não eram apenas os resultados das investigações e a correspondente legitimidade acadêmica, mas, também, o reconhecimento da autoridade (6). Pelas observações de Corrêa torna-se também evidente que a característica adscrita – no caso específico de Landes, o gênero – joga um importante papel no modo como se inclui ou exclui os agentes de um determinado campo.

Ainda relacionado a esse terceiro momento, podemos mencionar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do que convencionalmente chamamos de projeto Unesco realizadas em diferentes estados brasileiros (7). *Grosso modo*, poderíamos dizer que a escolha do Brasil pela Unesco mantinha uma estreita relação com as preocupações advindas do pós-guerra visando acabar com as consequências da crença na existência de raças e o racismo. O Brasil, portanto, teria um bom exemplo a dar ao mundo, qual seja, a convivência harmônica entre as diferentes raças. As articulações políticas e os motivos que levaram à escolha do Brasil para a realização da pesquisa, assim como a escolha do coordenador e dos pesquisadores envolvidos nesse projeto estão bem descritos na tese de Chor Maio (8).

Não podemos deixar de mencionar as pesquisas realizadas no âmbito da antropologia, que enfocaram majoritariamente a religiosidade e alguns aspectos específicos da cultura negra. É importante destacar também a influência da tradição dos estudos sobre cultura e personalidade na antropologia norte-americana, que influenciaram Freyre e Melville Herskovits que, por sua vez, influenciaram diretamente Arthur Ramos e, conseqüentemente, as pesquisas antropológicas sobre a religiosidade negra. Independente das perspectivas e das abordagens, as pesquisas foram, e ainda são, realizadas quase que exclusivamente com a população negra-mestiça, o que acabou por se configurar no que Guerreiro Ramos denominou de “o problema dos negros brasileiros”.

É importante destacar algumas mudanças de enfoque nos estudos sobre as “relações raciais” empreendidos a partir do final dos anos 1970, sobretudo a partir dos estudos realizados por Carlos Hasenbalg (9), que demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos, aliado às denúncias empreendidas pelo então recém-formado Movimento Negro Unificado sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Nas últimas décadas temos testemunhado tanto o aumento e a variação dos temas de pesquisas, quanto a formulação de políticas públicas no combate à desigualdade como, por exemplo, a adoção da política de cotas a partir de 2002.

Esta breve descrição sobre como se configurou o campo dos estudos das “relações raciais” no Brasil, ao invés de estudos das hierarquias raciais

como sugerimos acima, objetiva demonstrar, num primeiro momento, não só a importância dos estudos sobre as “relações raciais” nas ciências sociais brasileiras, bem como evidenciar a existência de um campo institucionalizado e hegemônico por perspectivas e epistemologias euro-brasileiras, em que já havia uma perspectiva comparativa e já estava consolidada uma rede de relações dominadas por acadêmicos bastante importante, por exemplo, para o recrutamento dos pesquisadores que foram envolvidos com o já mencionado projeto Unesco – até hoje, a maior pesquisa sobre “relações raciais” realizada por pesquisadores brancos no Brasil. O projeto instaura, também, um momento novo na sociologia brasileira, já que pela primeira vez os pesquisadores recebem recursos significativos para a realização de uma pesquisa. Provavelmente, a disponibilidade de recursos do projeto estimulou muitos pesquisadores a se interessarem pelo tema, já que a maioria deles não tinha experiência prévia em pesquisas sobre “relações raciais”.

Para ilustrar quanto tem sido difícil consolidar uma intelectualidade negra na universidade brasileira é emblemática a trajetória de um autor específico, Alberto Guerreiro Ramos – sociólogo, baiano, mulato como a maioria dos pesquisadores o descreve – falecido em 1982, em Los Angeles, aos

67 anos, vítima de câncer (10). Guerreiro Ramos convive num contexto acadêmico em que “os estudos sobre os negros brasileiros”, como ele definiu, já estavam consolidados e eram realizados quase que exclusivamente por pesquisadores brancos – a exceção é Edison Carneiro, autor negro, também baiano, que escreveu sobre religiosidade negra. Carneiro foi o principal informante da pesquisa realizada por Ruth Landes, que resultou no livro *A cidade das mulheres* (1937), mas ao que parece, ele não teve o mesmo reconhecimento de outros autores não-negros que abordaram semelhante tema.

As reflexões de Guerreiro sobre o papel político da sociologia, sobre a importância de uma assimilação crítica da

teoria e, principalmente, suas considerações críticas sobre os estudos realizados *sobre* e não *desde, junto ou com* os negros no Brasil, garantem ao autor não somente uma importância singular no âmbito acadêmico brasileiro, mas também nos permite a leitura de Guerreiro numa perspectiva que de certo modo o aproxima dos autores pós-coloniais – ainda que ele nunca tenha se identificado com essa denominação. Entretanto, Guerreiro foi esquecido, marginalizado, excluído do “panteão dos grandes sociólogos brasileiros”.

O nosso interesse reside, portanto, em entender algumas importantes questões relacionadas à obra e à trajetória de Guerreiro Ramos: primeiro, analisar sua contribuição à sociologia, principalmente no que se refere aos estudos sobre as relações raciais brasileiras; segundo, entender o porquê da exclusão de Guerreiro e como se construiu uma estratégia ou política do esquecimento da contribuição de Guerreiro no âmbito acadêmico; terceiro, compreender o porquê da ausência de Guerreiro no conjunto das pesquisas realizadas pela Unesco.

A CRÍTICA SOCIOLÓGICA DE GUERREIRO RAMOS Lucia Lippi Oliveira e Marcos Chor Maio, abordaram a obra de Guerreiro Ramos em diferentes perspectivas: Oliveira propõe uma análise de conceitos e princípios sociológicos, contidos, principalmente, no livro *A redução sociológica*;

**O BRASIL,
PORTANTO,
TERIA UM BOM
EXEMPLO A DAR
AO MUNDO,
QUAL SEJA, A
CONVIVÊNCIA
HARMÔNICA...**

Chor Maio, analisa a obra de Guerreiro como uma voz dissidente dentre os trabalhos produzidos sobre os negros no Brasil, incluindo aqui as pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Unesco, objeto de investigação do referido autor.

O ineditismo desses dois trabalhos reside não só no fato de eles resgatarem a obra de um autor relativamente ausente do cenário acadêmico, quanto de estabelecerem um diálogo, efetivo, entre a interpretação de Guerreiro Ramos e a sociologia de seu tempo. Mas, ainda que tenham contribuído bastante para o resgate da importância de Guerreiro à sociologia brasileira, esses autores refletiram pouco sobre a exclusão de Guerreiro. Eles também negligenciaram a relação entre a produção do conhecimento e a posicionalidade do autor, num contexto em que embora o tema das relações raciais fosse determinante na compreensão do Brasil, quase não havia pesquisadores negros nas ciências sociais, e os poucos que haviam foram marginalizados. Quando aludimos à posicionalidade, não estamos nos referindo apenas a uma questão de valores sociais na produção do conhecimento, ao fato de que nossos conhecimentos são sempre parciais, perspectiva já bastante abordada dentro das ciências sociais. O ponto central aqui é o lugar da enunciação, isto é, a localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia. Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está quase sempre encoberto; a localização do sujeito que enuncia está sempre desconectada da localização epistêmica. Por meio dessa desconexão entre a localização do sujeito nas relações de poder e a localização epistêmica, a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universal que encobre o lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder. Isto é o que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (11) chamou de epistemologia do “ponto zero” que caracteriza as filosofias eurocêntricas. O “ponto zero” é o ponto de vista que esconde e encobre seu próprio ponto de vista particular, isto é, a construção de um ponto de vista que representa a si mesmo como não tendo nenhum ponto de vista e, portanto, almeja ser neutra e universal.

As implicações da posicionalidade na produção do conhecimento têm sido discutidas por vários autores (12), e lembram constantemente que sempre falamos de uma localização particular nas relações de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, raciais, sexuais e de gênero, linguísticas, geográficas, e espirituais do sistema-mundo. As feministas negras têm denominado essa perspectiva da epistemologia de “ponto de vista afro-centrado” (13). Entretanto, o filósofo da liberação latino-americano Enrique Dussel, desde os anos 1970 a define como “geopolítica do conhecimento” (14) Seguindo o pensador afro-caribenhista Frantz Fanon (15) e a feminista chicana Gloria Anzaldúa (16), deveríamos falar também da “corpo-política do conhecimento”.

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica. Esta epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. Por isso mesmo, qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos como uma perspectiva particular e parcial, quando não a denominam de essencialista.

A filosofia do “ponto zero” como já explicitada anteriormente, aparentemente assegura o discurso da neutralidade, que ainda hoje está presente na fala de vários pesquisadores sobre as hierarquias raciais, quando da demanda

de pesquisadores negros acerca da necessidade de um comprometimento político dos pesquisadores no combate às desigualdades raciais no Brasil. A urgência presente nos discursos e na produção acadêmica de intelectuais negros, algumas vezes é vista como apresentando um viés tendencioso, uma fala demasiadamente comprometida, e, portanto, pouco científica.

No que se refere a Guerreiro Ramos, podemos constatar: por um lado, que havia uma preocupação, comum à época, que estava relacionada ao desenvolvimento nacional; por outro, Guerreiro advogava em prol de uma sociologia autóctone, manifestando, explicitamente, uma preocupação com questões relativas às hierarquias raciais e, conseqüentemente, sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas sobre o negro no Brasil.

De acordo com Renato Ortiz (17), o problema dos sociólogos brasileiros nos anos 40 era fundar um novo campo científico, o que, segundo ele, implicava a delimitação de fronteiras.

“Quando escreve *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros* (1958), Florestan Fernandes tem em mente uma formação intelectual que seria fundamentalmente pautada pelas ‘normas, valores e idéias do saber científico’ [...] eu diria que seu objetivo principal é diferenciar a sociologia das outras falas, num momento em que imperava a polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro, uma ruptura em relação ao senso comum [...] segundo, um distanciamento em relação aos problemas sociais, uma crítica a sua utilidade. Posição antagônica à de Guerreiro Ramos, que imaginava a sociologia com uma espécie de ‘salvação’, corpo teórico cuja vocação seria ‘tornar-se um saber vulgarizado’ [...]. Dito de outra forma, qualquer tentativa de generalização do saber é uma quimera, ele se caracteriza por sua regionalização, adaptação forçada às sociedades nas quais se implanta. (Ortiz, 2002:183)

Ainda conforme Ortiz, havia um embate entre a sociologia paulista que se autodefinia como predominantemente acadêmica, e a sociologia inspirada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no Rio de Janeiro, que se definia mais como uma sociologia política, interagindo mais diretamente com o desenvolvimento nacional.

“Guerreiro Ramos nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone e plantava suas raízes num momento anterior. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, exigindo que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do poder nacional”. (*ibidem*:186)

Por fim, Ortiz considera que os sociólogos paulistas tinham uma concepção mais ampla sobre o campo político, já que incorporava a análise à sua dimensão cultural, enquanto os isebianos tendiam a reduzir a política a uma dimensão institucional. Contudo, independente dos limites mencionados à perspectiva política de Guerreiro Ramos, é necessário considerar que ele enfatizava a importância de uma sociologia engajada, advogando em prol de uma sociologia militante, capaz de encontrar soluções para os problemas nacionais.

A constante reivindicação de Guerreiro acerca de uma sociologia brasileira, que, como já dissemos, deveria estar empenhada em resolver os problemas nacionais, mantinha uma relação diretamente oposta ao que o sociólogo define como sociologia “consular”. “Além de ‘consular’, esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural” (18). Isto é, a perspectiva crítica de Guerreiro era de que alguns conceitos cunhados alhures não permitiam interpretar adequadamente a realidade nacional.

“[...] no Brasil, pelo menos, se distinguem, com clareza, entre outras duas correntes de pensamento sociológico: uma corrente que pode ser chamada, como já propus certa vez, de ‘consular’, visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que, embora aproveitando da experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de auto-conhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais [...]”

Mas a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções [...]. Tudo que de lá vem é ortodoxo, excelente, imitável”. (*ibidem*:107-108)

No que se refere aos estudos sobre as hierarquias raciais, Guerreiro destaca o fato de que os trabalhos sociológicos deveriam ajudar a encontrar saídas para a marginalidade da população negra brasileira, em vez de simplesmente descrever a cultura. Guerreiro não aplicou o seu rigor metodológico e sua perspectiva teórica na realização de uma pesquisa sobre os negros no Brasil, embora tenha realizado críticas contundentes aos estudos produzidos sobre o tema, demarcando diversas vezes o seu descontentamento com o que estava sendo escrito. De acordo com ele, os estudos produzidos em nada contribuíam para melhorar a vida dos negros brasileiros, uma vez que a ênfase era atribuída aos aspectos exóticos, ou melhor, os negros eram vistos como um espetáculo.

“Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos e sociólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro-tema; outra, é negro vida”. (*ibidem*: 215)

Ao refletir sobre essas dimensões Guerreiro tece considerações acerca da patologia social dos brancos brasileiros e, principalmente, da patologia dos brancos nordestinos. A patologia, ou protesto da minoria branca nos estados dessas regiões consistia numa constante reivindicação das origens da própria brancura, o que Guerreiro às vezes define como a perturbação psicológica em sua auto-avaliação estética; além de demonstrar “inferioridade sentida com excessiva intensidade e superioridade, desejada, mas fictícia”, por isso, “Ao tomar o negro como tema, elementos da camada ‘branca’ minoritária se tornam mais brancos, aproximando-os de seu arquétipo estético – que é o europeu” (*ibidem*:226).

Na entrevista concedida à Oliveira, Guerreiro tece críticas contundentes a dois importantes escritores brasileiros: Gilberto Freyre, alvo de críticas tenazes à apologia sobre a democracia racial, e também a Mário de Andrade, autor de *Macunaíma*, o anti-herói brasileiro, imortalizado no cinema na figura de Grande Otelo – ator negro mais importante do cinema brasileiro(19). Para ele, em ambas as análises os pretos são retratados em condições precárias, caricaturados, e o Brasil aparece sempre como um país pitoresco.

O incômodo vivido por Guerreiro está diretamente relacionado com sua própria condição racial: por que o anti-herói brasileiro é retratado na figura de um negro? Desde qual geopolítica e corpo-política do conhecimento fala Guerreiro Ramos? Talvez, fosse correto afirmar que, para Guerreiro, aquela ênfase das pesquisas sócio-antropológicas com a população negra só contribuiu para tornar os negros mais exóticos, reforçando, assim, a brancura de quem os observava.

POR QUE NÃO GUERREIRO? Alguns autores tentaram entender os motivos que levaram à marginalização de Guerreiro Ramos no meio acadêmico. Oliveira (*ibidem*) alude ao fato de Guerreiro ter reagido aos cânones institucionais das ciências sociais brasileiras; Chor Maio destaca como mais importante o fato de Guerreiro ter sido integralista – movimento político e ideológico de inspiração fascista ocorrido no Brasil na década de 1930, que buscava um Estado autoritário e nacionalista. Outros importantes nomes a exemplo de Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima também foram envolvidos com o integralismo e conseguiram desvincular seus nomes dessa experiência. Nesse sentido, portanto, o passado de extrema direita não é suficiente para explicar a marginalização de Guerreiro Ramos. Além de mencionar que Guerreiro tinha uma perspectiva de que a sociologia fosse uma ciência engajada, ou uma sociologia militante, com mencionamos anteriormente. Para Joel Rufino (20):

“A explicação convencional é que houve nos últimos quarenta anos um forte deslocamento das relações de classe entre nós, e conseqüentemente, mudou a pauta da sociologia [...] Há, contudo, uma explicação menos óbvia: os pensadores populistas jazem sob a montanha da modernização triunfante”. (Rufino, 1995:23)

Algumas explicações sobre o esquecimento de Guerreiro Ramos giram também em torno de sua personalidade. Todos que o conheceram concordam com o fato de Guerreiro ser extremamente polêmico, controverso e disposto a embates teóricos e políticos não muito freqüentes na academia branca brasileira. Guerreiro tem uma forma de fazer ciência e de produzir conhecimento que vai de encontro aos moldes hegemônicos, que se contrapõe à nossa propalada cordialidade. O estilo contraditório e provocador adotado por Guerreiro destoa do nosso estilo polido de fazer ciência. As críticas dirigidas por Guerreiro a nomes consagrados nas ciências sociais brasileiras como, por exemplo, Arthur Ramos e Florestan Fernandes, não deixam dúvidas sobre o seu estilo.

“Mas eu escrevi antes deles, antes do estudo do Florestan. Primeiro, eu fiz o congresso dos negros brasileiros e o expliquei como o congresso de brancos brasileiros [...]. O sujeito analisava o sangue do negro brasileiro, o tamanho do nariz, o cabelo etc. Era preciso, assim, analisar o sangue, o nariz e o cabelo do branco brasileiro. Há um estudo meu chamado ‘Patologia do Branco Brasileiro’ onde eu inverte o problema. Num país de negro como o nosso, falar do problema do negro é uma cretinice. [...] Até mulatos, como Edison Carneiro, escrevem sobre o problema do negro brasileiro [...]”. (21)

Ainda que tenham encontrado respostas plausíveis para a exclusão de Guerreiro, nenhum deles aludiu ao fato de ele ser negro num contexto em que havia e, ainda há, poucos autores negros nas ciências sociais (22). Desse modo, as referências ao fato de Guerreiro ter sido preterido nas duas vezes que disputou uma vaga para professor universitário, giram em torno do passado integralista, portanto, remetendo à afiliação política e não à sua condição racial. Guerreiro foi integralista num período em que ainda era muito jovem, mas esta marca, esta identificação com a extrema direita perdurou durante toda a sua vida. Aqui, seria interessante indagar sobre qual o significado de pertencer à esquerda naquele período, e qual o projeto apresentado pela esquerda à população negra. Como explicar o fato de Guerreiro ter assumido a função de técnico em administração em 1943, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), quando deveria ser professor universitário? É importante destacar que o próprio Guerreiro interpreta sua exclusão lançando mão do argumento político:

“Eu tinha ligações, evidentemente, com o Landulfo e com Isaías Alves, e os comunistas fizeram uma conspiração, uma coisa qualquer, e me acusaram de colaboracionista. Fizeram uma onda política contra mim...”. (Oliveira, 1985:141)

Guerreiro prossegue:

“Como eu estava contando, depois que terminei a Faculdade de Filosofia passei um ano desempregado, um ano terrível, de grandes dificuldades. Meus amigos me arranjavam emprego, eu tratava com o sujeito, e no dia seguinte, quando eu ia trabalhar o sujeito voltava atrás. Certamente chegava algum comunista e dizia: ‘Olhe, esse cara aí...’. Essa é a minha interpretação... Era cassado; essa era a minha impressão...”. (*ibidem*:143)

Embora tivesse atuado junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN), e tivesse escrito artigos no jornal *Quilombo*, o que demonstra que ele era consciente da discriminação racial existente no Brasil, Guerreiro resiste em interpretar sua exclusão, nesse caso, com relação à função de professor universitário, a partir do racismo existente nas instituições brasileiras, mesmo após seu “auto-exílio” de 15 anos nos Estados Unidos. Com isso, não estamos dizendo que o racismo seria o único motivo da exclusão, contudo, parecemos um tanto quanto estranho que Guerreiro não consiga entender o racismo que ele próprio denunciava.

Talvez, a dificuldade de Guerreiro não seja diferente daquela apresentada pela maioria dos brasileiros quando o tema é o racismo e a discriminação racial. Nas pesquisas realizadas com negros de classe média havia, de certo modo, uma dificuldade dos entrevistados em falar da discriminação racial com relação à própria experiência e uma relativa facilidade de falar da experiência dos outros (23). Isso nos faz lembrar a complexidade do tema entre nós, e a dificuldade de interpretar a exclusão do outro ou de si mesmo a partir da exclusão racial.

Além disso, temos subestimado a eficácia do discurso sobre a prevalência do preconceito de classe no Brasil em oposição ao preconceito racial; desde criança, somos socializados para percebemos e utilizarmos o discurso relativo à desigualdade de classe e não de cor/raça: quando visitamos um bairro cujos habitantes são majoritariamente, quando não exclusivamente, brancos, denominamos de bairro de classe média, e não como bairro de brancos; o mesmo ocorre nas escolas, sempre referidas a partir da classe, e não da cor. Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor. Essa dimensão das representações sobre a sociedade brasileira, dificulta não só a visibilização de práticas racistas em nosso cotidiano, quanto a rejeição à aceitação de políticas públicas voltadas para segmentos específicos da população com base na cor/raça.

Nesse sentido, a entrevista concedida por Sérgio Adorno na revista eletrônica *ComCiência* é um exemplo ilustrativo de como a cor/raça opera nas decisões tomadas pelo sistema judicial no Brasil:

“Ao fazer essa comparação descobri, primeiro, que os negros eram proporcionalmente mais condenados do que os brancos pelo mesmo crime. Não em termos da duração da pena, que não variava muito. Quer dizer, quando eles eram punidos, as sentenças eram muito próximas, não havia variações significativas. Mas, por exemplo, 59,4% dos brancos observados foram condenados e 68,8% dos negros foram condenados. A diferença foi de quase 10%”. (<http://www.comciencia.br>)

Para ele, o racismo manifesto nessa instituição não é específico dela:

“Você encontra o racismo no trabalho, nos espaços públicos, na escola, em coisas elementares da vida cotidiana. O [...] que acontece é que estamos tra-

tando de uma instituição. Então, na justiça, a questão racial acaba adquirindo uma visibilidade que não necessariamente aparece tão visível fora dela”. (*ibidem*)

O mesmo ocorre com alguns acadêmicos e intelectuais brasileiros, que têm enorme dificuldade em reconhecer o racismo presente nas instituições brasileiras e, neste caso específico, o racismo existente nas universidades, enquanto expressão de um fenômeno que ocorre na sociedade.

CONCLUSÃO Iniciamos este texto mencionando algumas características e funcionamento do campo acadêmico definido como estudos das “relações raciais” no Brasil. Abordamos como um exemplo emblemático o caso de Guerreiro que nos ajudou a entender e aprender como diversos fatores contribuíram para a exclusão de profissionais negros das universidades brasileiras e a marginalização da contribuição intelectual negra; contudo, sabemos que naquele período houve a composição de redes, fundamentais para a formação de projetos exclusivamente compostos por pesquisadores brancos, que excluíram os poucos pesquisadores negros existentes a época. Um discurso “universalista”, de fato desassociado de práticas universalistas, esteve intimamente relacionado com a noção de mérito, contribuiu fortemente para a manutenção das desigualdades raciais nas universidades públicas brasileiras. A negação do racismo nos espaços universitários termina por reproduzir o discurso perverso de que as cotas, em lugar de aumentar o número de negros nas universidades, vão criar o racismo e a discriminação num espaço supostamente imune a essas práticas. O que permanece encoberto por esse discurso universalista é a exclusão sistemática de intelectuais negros dos espaços universitários não só como estudantes, mas, também como professores (24). A epistemologia hegemônica que se beneficia do discurso da imparcialidade/universalismo/neutralidade, na realidade tem cor. Como o resultado da expansão da política acadêmica tem se ampliado o número de mestres e doutores negros no Brasil que atuam, majoritariamente, em espaços periféricos, do ponto de vista da produção acadêmica. Uma questão importante que precisa ser enfrentada no contexto atual pós-cotas é como aumentar o número de professores negros nas universidades públicas brasileiras, já que sabemos que não se faz multiculturalismo numa universidade onde o corpo docente tem uma composição racial tão distante da população e, atualmente, do corpo discente.

Angela Figueiredo é doutora em sociologia pelo IUPERJ e professora associada do Pós-Afrol-CÉAO/Ufba.

Ramón Grosfoguel é professor no Departamento de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Este artigo faz parte de um projeto mais amplo de explicitação da contribuição de intelectuais negros às ciências sociais brasileiras.
2. A IV edição do Congresso de Pesquisadores Negros, ocorrido em setembro do último ano, é um bom indicador desta mudança.
3. Bourdieu, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987
4. Oliveira, L. L. *A sociologia do guerreiro. Rio de Janeiro*: Editora da UFRJ, 1995.
5. Correa, M. *O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira*. Etnográfica, Lisboa - Portugal, v. IV, n. 2, p. 233-266, 2000.
6. Bourdieu, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987
7. Mariza Corrêa (1987), chama a atenção para a importância da “... noção de

projeto que, muito mais do que a de instituição corrente – escola – ou corte cronológico, parece particularmente apropriada, por incluir essas e outras e ir um pouco além, para marcar certas continuidades e rupturas na trajetória da antropologia que se faz no Brasil. Nesse sentido, a noção de projeto tal como utilizada era quase sinônimo de grupo de referência, já que cada um deles remetia a um conjunto específico de pessoas, às influências de determinados autores e /ou pesquisadores, à instituição que o abrigava ou a região onde ele fora realizado” (Corrêa, 1987; 19-20); Corrêa, M. “História da antropologia no Brasil (1930-1960)” *Testemunhos*. Campinas/São Paulo: editora da Unicamp/ED.Vertice, v. 1. 1987.

8. Maio, M. C. O projeto Unesco de relações raciais e as trocas intelectuais e políticas Brasil-EUA”. *Interseções*, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1, p. 123-142, 2004.
- Maio, M. C. “O Projeto Unesco: ciências sociais e o credo racial brasileiro”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 46, p. 115-128, 2000.
9. Hasenbalg, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
10. Guerreiro ministrava aulas na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia.
11. Castro Gomes, S.. *La Hybris del Punto Cero: ciência, raza e ilustracion em la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá, Colômbia, Editora Pontifica Universidade Javeriana, 2003
12. Mignolo, W.. *Local histories/global designs: essays on the coloniality*. 2000.
13. Collins, P. H.. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of Empowerment*. New York: Routledge. Chapman Hill, 1990.
14. Dussel, H.. *Filosofia de liberacion*. México: Edicol, 1977.
15. Fanon, F. *Black skin:white masks*. Grove Press: New York, 1967.
16. Anzaldúa, G.. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco Spinners/Aunte Lute. 1987
17. Ortiz, R. *Ciências sociais e o trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D’água, 2002.
18. Guerreiro Ramos, A.. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro; Editora da UFRJ, 1982.
19. Baseado na obra de Mário de Andrade, o filme *Macunaíma* (1969) dirigido por Joaquim Pedro de Andrade.
20. Rufino, J.. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.
21. Guerreiro Ramos, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.
22. Sobre a difícil trajetória do intelectual negro, ver Lima, Ari (2001). “A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual”. In *Afro- Ásia* (25-26). 281-312.
23. Figueiredo, A.. “A classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e identidade negra entre os empresários negros”. Tese defendida no IUPERJ, 2003.
24. Carvalho, J.J.. “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro” in *Revista da USP*, n. 22, São Paulo, USP, 2006; Carvalho, J.J.. “Ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico” In: (org) Walter Silverio. *Teoria e pesquisa*. São Paulo, UFSCar, 303-340, 2003.

SISTEMA DE COTAS: UM MULTICULTURALISMO BRASILEIRO?

Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz

Uma pergunta que se apresenta para a dinâmica das relações raciais no Brasil é: de que maneira o multiculturalismo como política de diversidade educacional por aqui se apresenta? Por certo, a discussão sobre práticas educacionais diversificadas não é recente no país e, muito menos, em países democráticos liberais. A inclusão de populações e/ou grupos marginalizados em espaços como o do trabalho e da educação, assim como a discussão sobre currículo pode ser verificada, ao longo da segunda metade do século XX, em países como a Índia, Estados Unidos, Malásia, China, Canadá ou Inglaterra (1).

No Brasil, essas práticas têm se mostrado diferenciadas se comparadas com esses países. No período da redemocratização houve uma grande demanda dos movimentos sociais para a inclusão de capítulos específicos para negros e indígenas, e inclusão de temáticas curriculares no ensino fundamental e médio para essas populações. Entretanto, no período dos anos 1980-1990, as respostas institucionais foram asseguradas basicamente na Constituição Federal e nas Estaduais com a elaboração de capítulos específicos. Somente no início do século XXI é que podemos perceber uma significativa mudança, posto que várias instituições do ensino superior começaram a adotar as denominadas ações afirmativas para negros e indígenas, com ênfase no sistema de cotas. E, desde 2003, há a obrigatoriedade das temáticas história e cultura do negro no Brasil nos currículos escolares, sancionada através da Lei 10.639.

Cabe ressaltar que nesse processo não se verifica um simples reconhecimento da contribuição das diferentes populações na formação cultural do país, algo que ocorreu desde os anos trinta, notadamente entre intelectuais, e que foi, desde os anos sessenta, incorporado até pelas instâncias governamentais (2). Trata-se, no último decênio, da reivindicação de direitos pelos movimentos sociais, e da elaboração de políticas cujo foco é um discurso direcionado para a inclusão. Nesse sentido, a adoção do sistema de cotas para negros e indígenas nas universidades públicas pode ser incorporada na discussão sobre multiculturalismo em contexto comparativo. Portanto, há que se verificar o que significou políticas educacionais diferenciadas em instituições que priorizavam, até o último decênio, um discurso universalista baseado no mérito.

Este artigo tem como objetivo trazer alguns dados sobre a educação superior no período anterior ao sistema de cotas e nos dois primeiros anos da adoção desse sistema diferenciado. O espaço de análise é a Universidade Federal da Bahia (Ufba), a terceira instituição federal de ensino superior a reservar vagas para estudantes oriundos da escola pública (43%), aí inclusos os negros (85% dessa reserva) e índios aldeados (02 vagas para cada curso). O objetivo é discutir o impacto de uma nova política em uma instituição pública de ensino superior, nos dois primeiros anos da adoção do sistema. Afinal, os argumentos contrários ao programa de ações afirmativas priorizaram tanto a manutenção do mérito quanto a preservação da ideologia da mestiçagem, tão característica da sociedade brasileira, posto que nesses argumentos a reserva de vagas teria como consequência um novo modelo de

Tabela 1a

Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade do pai e a cor - 2004

Escolaridade do pai	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca freqüentou a escola	0,6	0,7	2,6	0,0	10,6	1,0
Primário incompleto (menos que 4ª série)	3,7	5,1	10,6	7,5	6,4	5,2
Primário completo (ou 4ª série completa)	2,6	4,8	6,7	4,3	2,1	4,0
Ginasial incompleto (mais que 4ª série)	3,8	5,9	9,3	3,2	8,5	5,3
Ginasial completo (ou 1º grau completo)	3,0	4,3	7,5	5,3	0,0	4,0
Colegial incompleto (ou 2º grau incompleto)	3,8	5,7	3,8	4,3	6,4	4,5
Colegial completo (ou 2º grau completo)	24,7	32,6	34,4	26,6	25,5	28,1
Superior incompleto	9,2	8,5	6,2	8,5	4,3	8,0
Superior completo	46,8	29,7	15,9	36,2	34,0	32,0
Não sabe	1,7	2,6	2,9	2,1	2,1	2,2
Outros *	0,3	0,0	0,9	2,1	0,0	6,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte:SSOA/UFBA

Tabela 1b

Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade do pai e a cor - 2005

Escolaridade do pai	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca freqüentou a escola	2,3	1,3	2,2	1,4	9,1	1,8
Primário incompleto (menos que 4ª série)	4,5	7,1	11,8	8,3	9,1	7,4
Primário completo (4ª série completa)	3,6	4,8	9,2	1,4	7,8	5,2
Ginasial incompleto (mais que 4ª série)	3,3	7,3	8,2	6,5	7,8	6,5
Ginasial completo (ou 1º grau completo)	3,3	5,2	5,2	5,6	2,6	4,7
Colegial incompleto (ou 2º grau incompleto)	3,9	6,1	9,7	6,9	7,8	6,2
Colegial completo (ou 2º grau completo)	22,2	33,5	33,8	33,3	31,2	30,8
Superior incompleto	10,3	7,5	5,4	12,5	6,5	7,8
Superior completo	45,6	25,2	11,5	22,2	15,6	26,9
Não sabe	1,1	1,9	2,8	1,4	2,6	1,8
Outros *	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,3
TOTAL	100	100	100,0	100	100	100

Fonte:SSOA/UFBA

relações raciais no país – mais polarizado e, segundo alguns, com menos espaço para os mestiços. Cabe, então, priorizar a análise dos dados.

SELETIVIDADE E MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS Como observou Luiz Serpa (3), a seletividade no ensino superior foi resultante da própria criação do sistema educacional, no início do século XX. A grande expansão das vagas nas universidades, ocorrida nos anos 1960 e 1970, não foi capaz de mudar essa característica. A ampliação do acesso não foi acompanhada por um processo de democratização da participação nas áreas e cursos no interior da universidade. (4).

A tendência à seletividade evidenciou-se não apenas no acesso ao ensino superior de um contingente melhor aquinhado em termos de herança familiar e educacional, mas, sobretudo, nas escolhas de determinadas carreiras por can-

didatos que apresentam perfis socioeconômicos muito similares (5-6).

Mesmo havendo uma progressiva elevação na participação de estudantes dos níveis sócio-econômicos menos elevados na universidade, essa tendência é ainda bastante modesta. O estudo de Brito e Carvalho (4), sobre o acesso à Universidade Federal da Bahia evidenciava que quanto mais intensa a competição por vaga, mais os candidatos de status mais alto eram favorecidos. As próprias condições e privilégios de seu status levavam a que fossem classificados em proporções sempre superiores à parcela de inscritos do grupo.

Esses estudos realizados nos anos 1970-1980 revelavam, portanto, tanto a seletividade no ingresso nas instituições de ensino superior quanto a associação ao status e à renda familiar. O que demonstrava, sobremaneira, uma análise dos determinantes econômicos desse processo, sem priorizar o efeito de outros elementos como a cor e o gênero que, assim como o status, são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população.

DESEMPENHO E ORIGEM ESCOLAR

Em um estudo sobre o desempenho de estudantes na Universidade Federal da Bahia, no período 1993-1997, já se apontava que o desempenho no vestibular não é um indicador *ips literis* do desempenho nos cursos (7). O estudo verificava o desempenho no vestibular e o rendimento do estudante no terceiro semestre do curso na UFBA, tendo como referência trabalhos que indicavam a relação entre acesso ao ensino superior e a manutenção de privilégios.

A análise mostrou que no vestibular e nos semestres cursados os estudantes oriundos da escola privada, em todos os segmentos raciais, obtinham melhor desempenho que os oriundos do sistema público.

Os estudantes das escolas públicas tiveram rendimento muito homogêneo, independentemente da cor. Com relação aos oriundos das escolas privadas as distâncias entre os segmentos raciais eram um pouco mais perceptíveis; o rendimento dos estudantes acompanhava o gradiente de cor, de modo que a média mais elevada é a dos brancos e a dos pretos a mais baixa.

A observação do desempenho no vestibular, do grupo de estudantes de *alto status* socioeconômico, oriundos da escola privada, mostra que os brancos têm a maior

média de ingresso, sendo dos pretos a mais baixa (8). Entre os estudantes de baixo status oriundos do sistema público, os pretos, justamente os que estão mais sujeitos às desvantagens, apresentam média mais elevada tanto no ingresso quanto no curso.

CARREIRA E A COR O exame do desempenho do estudante por carreira, de *per se*, revela que os estudantes brancos obtinham as maiores médias de ingresso em quase a metade dos cursos. Os morenos tinham médias mais elevadas em mais de um terço, os pretos em 9,5%, e os mulatos em 7,5%. Assim, os *claros* (brancos e morenos) tinham médias mais elevadas em mais de quatro quintos das carreiras (9).

Nas carreiras de todos os níveis de prestígio, os *claros* tinham médias de ingresso mais elevadas em maior proporção que os *escuros* (*mulatos e pretos*). Assim, eles obtinham maiores médias em mais de quatro quintos das carreiras de *alto* prestígio; sete décimos nas carreiras de *médio alto* prestígio; quatro quartos das carreiras de *médio* prestígio; na totalidade das carreiras de *médio baixo* prestígio e em mais de quatro quintos das carreiras de *baixo* prestígio. Ao contrário, quando se tratava do rendimento no curso, eles obtinham uma maior proporção de médias mais elevadas apenas nas carreiras de *alto* prestígio.

Isso mostra que é pelas carreiras de *alto* prestígio que se encontrava a disputa mais acirrada entre os segmentos raciais, porque são essas que confeririam maiores vantagens, tanto no mercado de trabalho quanto como elemento de distinção social.

Embora seja dos *claros* a situação mais privilegiada, chamava a atenção no grupo de carreiras de *alto* prestígio o desempenho dos mulatos e pretos em *medicina*, a carreira mais prestigiada de todo o *ranking*. O fato de apresentarem médias mais elevadas de rendimento, ao lado da sua reduzida presença na carreira, aponta para a dimensão da seletividade ali presente, indicando que apenas aqueles de excepcional desempenho entre os mulatos e pretos se sentiam encorajados a competir pelos cursos mais valorizados. Sendo minoritários na UFBA, e representando o grupo racial mais sujeito a desvantagem, destaca-se a situação dos *escuros* com relação ao rendimento nas carreiras das demais áreas, sobretudo quando se trata daquelas altamente prestigiadas, em que pese o melhor desempenho dos brancos e morenos.

Ante esse quadro, pergunta-se: qual foi o efeito das cotas na Universidade Federal da Bahia?

Tabela 2a

Distribuição percentual dos estudantes segundo a renda familiar e a cor - 2004

Renda familiar	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Até 1 salário mínimo	0,9	1,4	2,6	4,3	4,3	1,4
• que 1 s.m. até 3 s.m.	5,6	14,1	28,1	14,9	17,0	12,4
• que 3 s.m até 5 s.m.	13,4	19,9	26,6	22,3	23,4	17,6
• que 5 s.m. até 10 s.m.	28,9	31,3	25,7	22,3	29,8	27,6
• que 10 s.m. até 20 s.m.	24,1	21,2	12,0	17,0	8,5	19,4
• que 20 s.m. até 40 s.m.	19,6	10,2	3,8	14,9	6,4	11,9
• que 40 s m.	7,2	1,9	1,3	3,2	10,6	3,6
*Outros	0,3	0,1	0,0	1,1	0,0	6,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte:SSOA/UFBA

Tabela 2b

Distribuição percentual dos estudantes segundo a renda familiar e a cor - 2005

Renda familiar	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indíge-na	Total
Até 1 salário mínimo	2,5	2,8	6,7	1,5	3,9	3,4
> que 1 s. m até 3 s. m	8,2	20,0	32,5	5,8	29,9	19,5
> que 3 s. m até 5 s. m	19,1	27,4	27,7	5,8	26	25,2
> que 5 s. m até 10 s. m	25,6	25,1	19,8	13,0	23,4	24,1
> que 10 s. m 20 s. m	22,2	15,7	9,4	4,4	14,3	15,9
> que 20 s. m até 40 s. m	16,7	7,0	2,8	8,7	1,3	8,3
> que 40 s.m.	5,3	1,6	0,3	1,5	0,0	2,1
*Outros	0,4	0,4	0,8	59,5	1,2	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100	100	100	100

AS TENTATIVAS DE INGRESSAR NA UFBA Entre 2003 e 2005 ocorreu um aumento crescente no contingente de estudantes que ingressaram na Ufba no primeiro vestibular, tanto entre brancos quanto entre negros (pretos e pardos). Entre os brancos e entre os pardos esse aumento foi de em torno de 28 pontos percentuais. Embora menor, também houve crescimento entre os pretos, de 18,3 pontos percentuais. Em todos os anos da série, está entre os brancos o maior contingente que logrou aprovação no primeiro vestibular, reforçando o que se sabe sobre esse contingente. Isso ocorre frente a uma sistemática redução no contingente que tenta o ingresso por mais de uma vez. Entre pretos e entre pardos ocorreu, no período, um crescimento do contingente que já havia prestado vestibular uma vez antes. Em todos os segmentos houve uma redução, no período, daqueles que haviam prestado vestibular duas vezes ou mais. A ampliação da participação, entre os selecionados, do contingente de pretos e pardos que já vinha de tentativas anteriores de ingressar na Ufba, deve ser creditada, seguramente, à política de cotas. As informações acerca do contingente que ingressou em 2005, primeiro vestibular com a reserva de vagas, indicam uma mudança. Mesmo que de modo discreto, os dados apresentados, a seguir, permitem perceber que houve modificação do perfil escolar das famílias cujos filhos ingressam no último ano; aumentou a participação de estudantes oriundos de famílias de baixa escolaridade, tanto se observado a escolaridade do pai, mostrada nas tabelas

Tabela 3
Desempenho cotista/não-cotista no vestibular 2005

Curso	1º classificado	1º classificado	Último classificado	Último classificado
	Cotista	Não-cotista	Cotista	não-cotista
arquitetura urbanismo	6,8	8,1	4,4	5,6
ciência da computação	7	7,9	4,7	6,1
engenharia civil	7,5	7,7	4,6	5,3
engenharia de minas	5,9	6,6	4,6	5,1
engenharia elétrica	7,4	8,1	4,9	6,7
engenharia mecânica	6,6	8,1	4,7	6,2
engenharia química	7,1	8,2	5,1	6
medicina	7,8	8,3	4,7	7,3
nutrição	5,7	6,6	4,6	5,3
odontologia	6,3	7,3	4,2	5,8
administração	6,5	7,2	5	5,8
comunicação - jornalismo	7,3	7,3	5	6,4
comunicação-prod.com.	6,7	7,1	5	5,8
direito	8,1	7,8	4,4	6,7

1a e 1b (na pag. 42). Num movimento contrário, reduziu-se a participação dos estudantes oriundos das famílias cuja escolaridade situa-se no nível superior. Essa redução é mais expressiva nos contingentes dos auto-declarados pardos, pretos e indígenas.

O que ocorreu em relação à escolaridade, também se pode perceber acerca do nível de renda das famílias daqueles que ingressaram na federal da Bahia, em 2005. Embora a faixa de maior concentração de renda seja a de 5 a 10 salários mínimos, em comparação com o ano de 2004, constata-se um aumento na participação de estudantes com renda familiar até 5 salários mínimos, e redução na participação dos que informaram renda superior a este patamar, conforme tabelas, 2a e 2b (na pag. 43).

A partir desses dados referentes aos vestibulares, anteriores ao sistema de cotas, o que significou indivíduos classificados como cotistas ingressarem com médias inferiores aos daqueles que concorreram pelo sistema universal? Se observado o escore médio dos selecionados no vestibular com cotas e o dois vestibulares anteriores a diferença é pequena (tabela 3).

A diferença entre os dois se expressa quando se observam o primeiro e o último classificado nos dois grupos. Assinalamos abaixo, alguns cursos onde a presença de estudantes das escolas públicas, negros e indígenas era de sub-representação. Esses dados são necessários para compararmos o desempenho no vestibular e nos dois primeiros semestres cursados pelos dois grupos.

DESEMPENHO NOS CURSOS Em 32 dos 57 cursos, ou seja 56 %, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor que os não-cotistas no intervalo entre 5,1 e 10,0. O coeficiente de rendimento é a média aritmética de todas as matérias cursadas em um determinado período, varia de 0 a 10,0, e o limiar de aprovação é de 5,0.

Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência, ou seja 61 %, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor que os não-cotistas, como mostra a tabela 4 (na pag. 45).

Os comentários que se seguem referem-se ao conjunto de cursos cuja participação de estudantes oriundos de escolas públicas era inferior a 30%, antes do sistema de cotas. Ao contrário da expectativa daqueles que se mostravam resistentes à implantação do sistema de cotas, e que temiam uma desqualificação do ensino pelo ingresso de estudantes, supostamente despreparados na Ufba, o desempenho dos estudantes revela resultados bastante animadores, nos cursos das diversas áreas de conhecimento.

Nos cursos da área de matemática, ciências físicas e tecnologia, evidencia-se que em quatro deles (engenharia civil, engenharia de minas, geofísica e química) a proporção de estudantes que obtiveram pontuação entre 7,6 e 10,0 é maior entre os cotistas. Coeficientes de rendimento acima de 7,5 significa a aprovação por média, não havendo, portanto, a necessidade do aluno fazer uma prova final. E mesmo naqueles cursos em que é maior a proporção de não-cotistas, nessa condição, a presença dos cotistas é significativa. Por exemplo, em engenharia elétrica, um curso considerado de alto prestígio, mais

da metade dos cotistas tem rendimento dentro dessa faixa de pontuação. O mesmo se pode observar em ciência da computação em que a diferença nas proporções dos dois grupos é de apenas um ponto percentual em favor dos não-cotistas. Cerca de um quarto dos estudantes cotistas do curso de arquitetura, cujo prestígio está no mesmo nível dos dois anteriores, também apresentam rendimento dentro desta faixa.

Na área ciências biológicas e profissões da saúde são cinco os cursos em que a proporção de estudantes com média de rendimento elevado é maior entre os cotistas (fonaudiologia, agronomia, enfermagem, ciências biológicas e licenciatura em ciências naturais). Chama atenção o rendimento dos estudantes cotistas no curso de medicina, considerado o mais seletivo de todo o elenco de cursos da Ufba. Aí, a proporção dos estudantes com rendimento entre 7,6 e 10,0 pontos é pequena; a diferença é de cinco pontos percentuais.

Na área de ciências humanas, embora se possa observar uma maior quantidade de cursos em que a proporção de estudantes com médias de rendimento entre 7,6 e 10,0 pontos é maior entre os não-cotistas, a situação dos cotistas é bastante confortável. No curso de comunicação, um curso de alto prestígio, todos os estudantes cotistas tiveram rendimento elevado (100%); entre os não-cotistas eles são 62,5%. No curso de direito, outro curso de elevada concorrência, a proporção dos que têm médias dentro desses patamares é maior entre os não-cotistas. No entanto, entre os cotistas essa proporção é bastante expressiva; são quase dois terços. Situação similar se pode observar no curso de psicologia; se entre os não-cotistas todos atingiram médias dentro dessa faixa, entre os cotistas a proporção não é desprezível: são mais de dois terços.

Em quase todos os cursos da área de letras e artes, os cotistas tiveram maiores proporções de estudantes com médias elevadas. Excetuando-se canto, em que todos os estudantes de ambos os grupos têm médias dentro dessa faixa de pontuação, nos demais a vantagem é dos cotistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Esses resultados confirmam a hipótese do bom desempenho de estudantes negros oriundos da escola pública, apontados por Queiroz na análise do desempenho de estudantes no vestibular da Ufba, em 2001 (10), num momento em que a universidade não havia implantado o sistema de cotas. Naquele momento, detectava-se a existência de um elevado contingente (576) de estudantes pretos e pardos, oriundos de escolas públicas, que tiveram bom desempenho no vestibular, portanto, foram aprovados para cursos considerados de alto prestígio social, mas não foram classificados “por falta de vagas” (11).

Os dados sobre o rendimento dos *cotistas* nos cursos, analisados acima, demonstram que o sistema de cotas permitiu que estudantes de bom desempenho acadêmico ingressassem na Ufba; tratava-se de uma demanda reprimida das escolas públicas que, pelo sistema tradicional, classificatório, não teriam nenhuma oportunidade na instituição.

Como demonstrado, a introdução de novas práticas no ensino superior em perspectiva multiculturalista teve, de imediato, uma maior equidade na participação dos estudantes que se auto-classificaram como pretos e pardos, pois eles compõem, majoritariamente, o grupo dos estudantes que adentraram pelo sistema de cotas. Em termos percentuais tivemos no ano de 2005 uma representação destes estudantes (74,6%) próxima do percentual da população do estado da Bahia (75%). Um dado extremamente relevante é que pela primeira vez na história da Ufba, e poderíamos também incluir a UFPR, tivemos a inclusão de estudantes oriundos de sociedades indígenas em cursos como agronomia, letras, ciências sociais, enfermagem e artes plásticas.

A mudança na distribuição da cor em cursos tradicionalmente competitivos é um dado que tem chamado a atenção dos professores, pois nas turmas dos calouros nota-se uma maior presença dos que se auto-classificaram como pardos. Conseqüentemente, o número de estudantes brancos diminuiu em cursos como medicina e odontologia. O efeito do novo sistema pode, inicialmente, ser medido tanto em termos estatísticos quanto na percepção de docentes desses cursos.

Mesmo tendo esse impacto imediato a adoção do novo sistema não teve como resultante uma mudança na estrutura curricular. A reforma curricular nas universidades públicas federais impõe-se, nesses últimos meses, como uma decisão do Ministério da Educação, sem nenhuma referência à introdução de novas temáticas curriculares ou de novas metodologias que envolvessem incorporação das demandas de movimentos sociais.

Se comparado com outros países, a adoção de práticas educacionais multiculturalistas no ensino superior brasileiro tem características que se aproximam de outros contextos, pois é resultado de demandas de movimentos sociais; mas, se distanciam de outras experiências, já que tende a sobrevalorizar a adoção de algum sistema de cotas como resposta à inclusão de populações marginalizadas. A origem dessa “prescrição” para as desigualdades tem origem na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em 1943, indicava no art.354 uma cota de dois terços de brasileiros empregados em empresas individuais ou coletivas como uma resposta à crescente imigração européia e asiática. Nesse sentido, as práticas educacionais multiculturais no ensino superior brasileiro são tanto transnacionais quanto se revestem de um forte nacionalismo na sua origem.

Jocélio Teles dos Santos é professor do Departamento de Antropologia e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.
Delcele Mascarenhas Queiroz é professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia.

Tabela 4

Percentual dos alunos cotistas e não-cotistas com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0 matriculados nos cursos de maior concorrência nos dois semestres de 2005.

Curso	Cotistas	Não-cotistas
administração	83,3	95,4
arquitetura	85,6	81,3
ciências da computação	66,6	53,7
comunicação - jornalismo	100,0	87,5
comunicação - prod. cultural	100,0	88,9
direito	95,2	88,9
enfermagem	87,5	64,2
engenharia elétrica	55,5	75,0
engenharia mecânica	75,0	100,0
engenharia civil	94,1	80,0
farmácia	92,3	82,3
fonaudiologia	100,0	88,9
medicina	93,3	84,6
medicina veterinária	77,0	81,0
nutrição	87,5	92,3
oceanografia	27,2	40,0
odontologia	100,0	100,0
psicologia	77,8	100,0

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sansone, L. “Racismo sem etnicidade: políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada” In *Dados*, 41, 4, p.751-783, 1998.
2. Teles dos Santos, J. *O poder da cultura e a cultura no poder: A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba.
3. Serpa, Luiz F. “Universidade brasileira centro de excelência ou indigência?”. *Cadernos Expogeo*, n. 3, 1992, pp.45-9.
4. Brito, Luiz N. e Carvalho, Inaiá M.de *Condicionalistas socioeconômicos dos estudantes da Ufba*” Salvador, CRH/ Ufba, 1978.
5. Ribeiro, Sérgio C. “Mecanismos da escolha da carreira e estrutura social da universidade”. *Educação e Seleção*, n.3, 1981.
6. “Quem vai à universidade”. *Ciência Hoje*, n.4, 1983.
7. Queiroz, Delcele M. “Raça, gênero, e educação superior”, *Tese de doutorado*, Faced/Ufba, 2001.
8. O status socioeconômico do estudante foi determinado pela associação entre ocupação e escolaridade do pai, e resultou numa escala de cinco posições: Alto, médio superior, médio, médio inferior, baixo superior, baixo inferior.
9. Até 1997, a Ufba não havia incluído o quesito cor nos formulários do vestibular e de ingresso. A classificação utilizada foi realizada com base na foto dos selecionados, e a autora utilizou um critério de gradação por ela atribuída.
10. V. Queiroz, Delcele. “O ensino superior no Brasil e as ações afirmativas para negros”. *Revista Universidade e Sociedade*, Andes, ano XII, nº 29, 2003.
11. Era desta forma que a informação era registrada nos bancos de dados do CPD/ Ufba.

A ÁFRICA E OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL: PASSADO E FUTURO

Valdemir Zamparoni

Uma das coisas que mais chamavam a atenção no passado e até hoje atrai o olhar de muitos visitantes estrangeiros é a composição racial brasileira, fortemente marcada pela miscigenação da qual em graus variados, a depender da região do país, sobressai a componente de origem africana. Não é preciso ser antropólogo, sociólogo ou acadêmico de qualquer tipo para notar tal característica. É empírica, faz parte do senso comum se propalar que o Brasil é um país de negros e mestiços. Aliás, cada vez mais mestiço de acordo com os dados censitários de 2000 a partir dos quais o IBGE conclui que “nos últimos dez anos, houve redução das uniões entre pessoas da mesma cor” (1). Hoje cerca de 76 milhões de pessoas (cerca de 44%) se assumem oficialmente como “pretas” e “pardas”, o que faz com que o Brasil tenha o maior contingente de afro-descendentes do mundo (2). Embora por vezes os acadêmicos sejam cegos e surdos ao senso comum, nesse caso não dava para evitar esta incontornável pedra que se interpunha no caminho, à moda da pedra drumondiana, e a academia brasileira, da medicina à história, passando pelas emergentes ciências sociais, produziu desde meados do século XIX, uma avalanche de teses e argumentos, que por vezes nos soam disparatados, acerca do tema. No passado a produção acadêmica estava interessada na “questão negra”, no “problema negro”, hoje está interessada nas “relações raciais”, o que não deixa de ser a outra face da mesma velha moeda: o que interessou no passado e quase até os dias de hoje foram os negros e mestiços no Brasil com pouca ou nenhuma referência à África. Pode parecer que se esteja aqui fazendo caricatura, mas fica dessa literatura do passado a sensação de que esses negros brasileiros caíram do céu ou brotaram da terra tal qual a cana-de-açúcar que cultivavam nos engenhos. Tênuas e raras são as referências à África e às culturas africanas dos quais originaram. Era quase um paradoxo: tínhamos negros e até mesmo africanos mas nada da África. Há uma década escrevi um texto no qual dizia que a marca da escravidão e a hegemonia branca tinham obscurecido a realidade e criado uma “invisibilidade”, uma “farsa de olhar e não ver, ou não querer ver” que se traduzia particularmente no ensino brasileiro no qual, com raras exceções, a presença negra estava restrita a algumas lamúrias nas poucas páginas dedicadas à escravidão e a África e os africanos – mas também a Ásia – apareciam não como possuidores de historicidade própria mas como meros apêndices na história da expansão europeia. Passado esse capítulo da história europeia desapareciam misteriosamente, deixavam de “existir”.

Qualquer brasileiro que tenha passado pelo primeiro grau certamente já ouviu falar das cidades-Estado gregas, do Império Romano, do Sacro Império Romano-Germânico, das potências aliadas; de Alexandre, Nero, dos vários Luízes, Napoleão, Churchill, Roosevelt, Hitler ou Stálin, mas quem já ouviu falar dos Ashantis, Iorubás, Haussás, Fulas, Bakongos, Makondes, Xhosas, Macuas e Swahílis? E do império do Monomotapa, dos reinos do

Daomé, do império Vátua, da Rainha Jinga, de Mussa Keita, de Sundjata, de Chaka e Ngungunhane, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Julius Nyerere ou Samora Machel? Alguém já estudou a respeito? O que se sabe sobre esses nomes senão algumas palavras superficiais?

Infelizmente, isso não se restringe à história: nas universidades brasileiras poucas são as disciplinas destinadas ao estudo das literaturas ou artes africanas. Estas, em geral se infiltram nas disciplinas dedicadas à literatura e artes portuguesa, inglesa ou francesa, isso na feliz hipótese das pessoas encarregadas das mesmas serem docentes sensíveis a esses assuntos.

Essa prática ilusionista não é apanágio da dita “história tradicional” ou conservadora. Marxistas ou não, ortodoxos ou adeptos da “história nova” todos parecem ser modernos adeptos de Hegel (3). Naquela mesma ocasião afirmei que o Brasil precisava reconhecer de fato que era herdeiro cultural da África, que a construção da identidade passava “pelo conhecimento da própria história, não no sentido de resgatá-la idealisticamente, mas de fazê-la presente como referência cultural” (4). Pois bem, qual a referência cultural que temos da África e dos africanos no Brasil? Qual a imagem da África e dos africanos que circulam em nossos meios midiáticos e acadêmicos e que ajudam a formar nossa identidade?

A resposta é que o que ainda hoje predomina é a de uma África exótica, terra selvagem, como selvagem seriam os animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana. Em outra vertente o continente é reduzido a uma cidade, nem mesmo um país. O termo África passa, nesses discursos, a servir para referenciar um lugar qualquer exótico e homogêneo.

Essas imagens não são aleatórias. Foram gestadas na Europa ao longo de séculos e tomaram corpo no Brasil. Recentes estudos mostraram que os nossos homens de ciência, particularmente médicos, participaram ativamente da discussão e produção de conhecimento no âmbito do racismo científico. Mas o ápice dessa discussão ganhou corpo no Brasil justamente no momento em que estava sendo questionada a legitimidade da escravidão. Finda a escravidão, em 1888, parece que uma amnésia tomou conta do Brasil. Na verdade, não era uma amnésia natural mas proposital. Era preciso extirpar da história pátria aquilo que era considerada uma *nódoa* prejudicial à nova imagem do Brasil agora cada vez mais europeu devido ao crescente incentivo à migração branca em substituição à força de trabalho escrava. O Brasil não podia ficar de fora da nova moda europeia representada pelo positivismo, evolucionismo e darwinismo. Textos de Darwin e Spencer eram popularizados sobretudo na imprensa paulista, representante duma cidade progressista, “científica e laboriosa”, suas teses impregnavam nossa emergente literatura naturalista (5). Mas não se tratava apenas de importação equivocada e descontextualizada como a muitos pareceu (6). O declínio irreversível da escravidão como sistema já vislumbrado com a sucessiva legislação abolicionista do último quartel do século XIX exigia repensar o futuro. As idéias do darwinismo social não estavam pois fora do lugar; suas teses passaram a servir como critérios redefinidores das diferenças sociais no momento em que a relação senhor/escravo agonizava. A abolição em 1888, e a instalação da República no ano seguinte, exigiam repensar a identidade nacional. Qual nação? O que fazer com o ex-escravo, agora tornado ao menos oficialmente cidadão da nova república? A nova identidade nacional se fez visando acentuar a diferença e a superioridade brasileira face aos vizinhos latino-americanos, republicanos sim, mas majoritariamente indíge-

nas. Ao Brasil era preciso buscar o caminho para inserir-se no rol das nações ditas superiores, por definição, brancas.

Apesar de sua violência e horror o tráfico criara um fluxo cultural da África para o Brasil e daqui para lá, inclusive com a manutenção ou criação de novos laços familiares dos dois lados do Atlântico como foi o caso das comunidades de “brasileiros” na África ocidental, em especial o caso dos “agudás” no Benin e dos “tabon” em Gana, mas também na Nigéria e Togo (7), a partir de sua extinção, isto paulatinamente desapareceu. Ficaram os laços simbólicos cada vez mais tênues e a África cada vez mais distante. No universo do discurso oficial foi ainda mais grave. Tomemos um singelo exemplo: um livro didático de “História do Brasil” para “uso da infância brasileira”, publicado em 1914 dedica três sucintas frases à escravidão: uma menção à chamada “Lei do Ventre Livre – 1871; outra à “Lei dos Sexagenários” e outra à abolição. A palavra escravo e escravidão, portanto, são mencionadas somente três vezes. A necessidade de esconder das novas gerações, o nosso passado escravocrata e nossa imensa população de origem africana, era tão forte por parte das classes dirigentes brasileiras que não há ao longo desta obra de “história pátria” nenhuma outra referência à escravidão, que deu existência ao país (8).

O momento seguinte em que vai emergir novamente a necessidade de se discutir a identidade nacional se deu com a Semana de Arte Moderna de 1922, cuja existência está associada não só à circulação das novas idéias artísticas européias mas, principalmente, à emergência no cenário nacional de novas classes sociais em particular a chamada “classe média” urbana cuja expressão política foi o chamado movimento tenentista. A Semana de 22, se propunha a repensar nação, a brasilidade, em oposição à Europa com base na exaltação nas artes e literatura das nossas florestas, o nosso falar, a nossa comida, o nosso jeito de ser, o nosso *folk-lore*, a nossa gente, movimento que lançou as bases para o mito das três raças, como componentes essenciais da nossa formação, que será amplamente explorado após a Revolução de 30 e particularmente durante o Estado Novo. Nesse momento foi preciso recolocar os negros na existência nacional. Mário de Andrade viajou pelo interior do Brasil em busca de nossas “raízes” e coletou práticas culinárias, cantos de trabalhos e contribuições culturais de diversas origens africanas; os negros foram pintados particularmente por Portinari – que ao retratar um “lavrador de café” escolheu com o modelo um negro, acentuando-lhe os traços fenotípicos, e não um dos imigrantes europeus que foram justamente trazidos para a lavoura cafeeira – ou descritos, ainda que de maneira paternalista e caricata por Monteiro Lobato.

No âmbito acadêmico a resposta à necessidade de se repensar o lugar do negro na identidade brasileira veio à tona com o I Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife, em 1934 e a segunda edição em Salvador em 1937, com Gilberto Freyre, Edson Carneiro, Manuel Querino. Nesses eventos a África não era objeto próprio de estudo. Era tão somente referida. O que se queria efetivamente era compreender a dita “*questão negra*”, para a constituição de uma imagem de povo, para a formação do *caráter nacional brasileiro*, aliás título de famoso livro (9). Em que pesem as diferenças interpretativas, esse grupo rompeu com as teses de Nina de Rodrigues e passou a encarar a mulatidade brasileira como positiva. O mulato, e o mestiço em geral, deixou de ser visto como o ser degenerado e passou a simbolizar, em sentido positivo, a síntese cultural brasileira. Já em 1923, o jurista negro Evaristo de Moraes no artigo “Branços, negros e mulatos” (10) dizia que a “fusão étnica” era essencial e traria benefícios para a civilização. A disseminação distorcida

dessa formulação, que alguns creditam a Gilberto Freyre, seu mais conhecido apologista, levou paulatinamente à definitiva consolidação do mito das três raças e a instituição de outro, este sim da lavra de Freyre: o de que o Brasil era *sui generis* pois, contrariamente a outras experiências escravocratas no mundo, era uma democracia racial. Todos quantos conhecem a obra de Freyre sabem que ele assentava suas teses sobre a premissa de uma especificidade colonial portuguesa. Para ele a alma portuguesa – devido ao caráter miscigenado do próprio povo português e ao cristianismo – era inatamente aberta à miscigenação e avessa a qualquer forma de racismo.

No Brasil, antes que o mito da democracia racial se propagasse, as imagens de que a África era sinônimo de atraso e barbarismo contaminou até mesmo os próprios negros brasileiros que buscavam distanciar-se da mesma, conforme apontava artigo publicado pelo *Getulino*, um jornal negro:

“Segundo doutrina de um ‘cara’ qualquer ‘yankee’ a América é para os americanos. Nesta conta não entrou o negro, o chim, o nippon etc., ainda que nascidos ali. Deste, porém, o negro é o que mais é tido como indesejável. E, naturalíssimo, portanto, que essa gente assim oficialmente repudiada trate de dar o fora da terra madrastra onde tiveram a felicidade de nascer. Que vá para a África, expulse, se puder, os donos daquela ‘pinóia’, banque o domador de feras, aprenda o idioma indígena, ou faça prevalecer o seu, vista uma tanga ou faça com que o preto indígena vista casaca e as pretinhas, também indígenas, usem pó de arroz e carmim, ou que as que vão metam-se em tangas... Tudo isso está muito bom, mas, que preto brasileiro pense em aderir a essa idéia, eu reputo o máximo de absurdo no mínimo de tolerância possível. A África é para os africanos, meu nego. Foi para o teu bisavô cujos ossos, a esta hora à terra reverteram e em pó se tornaram. A África é para quem não teve o trabalho de cultivar e dar vitalidade a um imenso país como este. A África é para quem quiser, menos para nós, isto é, para os negros do Brasil que no Brasil nasceram, criaram e multiplicaram. Nem por brincadeira, se pense que negro brasileiro faça alguma coisa que preste em África. /.../ Não seria melhor que tu fosses mais brasileiro, isto é, que tu fosses patriota em benefício desta terra bendita que te viu nascer, que te acolhe como mãe carinhosa, esta terra que é nossa /.../ é nossa já ouviu? Nossa porque fomos nós que a edificamos, nós que lhe demos tudo, até o sangue, para lhe garantir a integridade quando das invasões de estrangeiros. O Brasil é para os brasileiros, que quer dizer é para os negros, já ouviu? /.../ nós estamos em nossa casa” (11)

IDENTIDADE BRASILEIRA Em que pese a negação em se aproximar da África, o discurso é de uma lucidez ímpar. Eram cientes de que a volta para África impunha dois caminhos: adaptar-se aos hábitos da terra ou tornar-se opressor dos povos locais, como fizeram os negros norte-americanos na Libéria. Não reivindicam nenhuma pertença identitária à África, mas ao Brasil, terra que ajudaram a construir. Reconhecem-se enquanto brasileiros e sabiam claramente que esta era sua terra. Isso poderia ter tido desdobramentos políticos na medida em que não transferiam a satisfação de suas necessidades nem a resolução de seus problemas para uma terra distante. Logo após a Revolução de 30 surgiu em São Paulo, em 1931, a Frente Negra Brasileira, como uma organização inspirada no espírito nacionalista então em voga. A forma organizativa e o discurso era extremamente próximo do Movimento Integralista que preconizava, à direita, a defesa dos valores nacionais. O *slogan* dos integralistas era “Deus, Pátria e Família” e da Frente Negra era “Deus, Pátria, Raça e Família”. Para termos uma idéia de como se

posicionavam em relação ao tema da raça então em ebulição, tomemos trecho de artigo de seu órgão oficial, *A Voz da Raça*: “Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro! Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha da sua raça. Nós também, nós brasileiros, temos raça. Não queremos saber de arianos. Queremos o brasileiro negro e mestiço que nunca traiu nem trairá a Nação” (12) Este discurso claramente se opõe ao arianismo em moda sem ultrapassar entretanto a definição de raça então aceita como critério identitário. A África e os africanos não jogam aqui qualquer papel na constituição da identidade negra brasileira. Pós Segunda Guerra Mundial e com a falência dos regimes defensores do racialismo, emergiu no ambiente acadêmico brasileiro uma nova geração que não pactuava com Freyre e que claramente se distanciava do discurso racista. Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e depois Otávio Ianni entre outros discípulos de Roger Bastide, começaram em São Paulo a estudar o negro sob perspectivas novas, fossem inspiradas por Weber, fosse por Marx: os temas passaram a ser a escravidão enquanto sistema de opressão e alienação e os modernos conflitos raciais, relações de classe. A África e os africanos, contudo, continuaram ausentes.

A África só re-emergiu no Brasil, numa perspectiva das relações internacionais – e anticolonialista – com José Honório Rodrigues (13) em obra que coincidiu com o desencadear da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola e com a chamada política externa independente levada a cabo pelo governo Jânio Quadros. É desse período a criação de três centros de estudos africanos existentes ainda hoje no Brasil. Em 1959 foi fundado o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) na Universidade Federal da Bahia; em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) ligado à presidência da República, fechado com o golpe militar; em 1963, o Centro de Estudos e Cultura Africana, junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA) e, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, uma espécie de herdeiro do IBEAA.

Após o golpe militar de 1964, novamente o Brasil afastou-se da África e voltou a subordinar sua política externa africana aos interesses colonialistas portugueses. Principalmente após o AI-5 (1968) os militantes portugueses e africanos exilados no Brasil foram perseguidos e, por alguns anos, falar de África, principalmente das colônias portuguesas onde os movimentos nacionalistas assumiam paulatinamente sua opção socialista, constituía tabu e motivo para prisões. Mas, aos poucos, nos anos 1970 com a expansão da luta armada nas então colônias portuguesas, a África voltou à cena, agora não mais restrita aos meios acadêmicos mas como uma nova força na constituição identitária brasileira em particular entre a comunidade negra. Muitos eram militantes de organizações clandestinas de esquerda e tinham a convicção de que a luta dos negros brasileiros deveria ser inspirada mais na luta travada na África do que no movimento negro norte-americano. Mas essa não era uma posição unânime o que levou a dissidências (14). Por fim, em 1978 foi criado o Movimento Negro Unificado. Sob um regime ditatorial, e como os temas mais candentes da realidade brasileira não podiam emergir, houve de uma maneira catártica, certa apropriação pela esquerda brasileira dos temas levantados pelos movimentos de libertação africanos.

Aos poucos, contudo, e à medida que esfriavam as notícias sobre as ex-colônias, a presença dos temas “africanos” foi perdendo espaço para uma agenda das questões raciais muito mais pautada pela experiência da discussão das relações raciais norte-americanas.

A partir de 1972/73 o próprio regime militar começou a perceber a irreversibilidade dos processos de independência, e que se manter em oposição aos mesmos era franquear os promissores mercados a outros parceiros e desenhava-se aquilo que será conhecida como ação diplomática pragmática. Já não importava a cor física ou ideológica dos parceiros, desde que comprassem produtos brasileiros. Essa política gestada numa das fases mais repressivas da ditadura militar brasileira sob comando do general Garrastazu Médici, foi seguida por seu sucessor general Geisel; o Brasil passou à ofensiva reconhecendo a declaração unilateral de independência proclamada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e foi um dos primeiros países ocidentais a reconhecer o governo do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA). Para se ter idéia de tal pragmatismo coube a um general – Figueiredo – ser o primeiro presidente brasileiro a visitar a África.

Os anos 1980 foram marcados por um refluxo nas atividades voltadas para

África, talvez como um reflexo de igual refluxo nas relações econômicas entre o Brasil e aquele continente, igualmente afetados pela crise, mas principalmente porque com a “Abertura” política pôde-se finalmente resgatar os estudos acerca das relações raciais brasileiras, agora com a perspectiva de constituição de uma sociedade democrática.

Mas qual o lugar da África no atual cenário brasileiro? Com certa simplificação, podemos dizer que de, maneira geral, prevalece em um polo certa imagem hegeliana, e no outro, não menos exotizante, uma “Mama África”, originária, profunda, virgem, paradisíaca, que serviria de inspiração para uma política antiracista no Brasil: persegue-se uma história da “verdadeira África”, de um tempo na qual esta viveria num paraíso, conspurcado pelo colonialismo. Os africanos e a África que se busca sob esta perspectiva é aquela colocada num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, onde não há criação, nem história (15). Essa imagem mitificada da África tem dado lugar a usos e abusos (16). Nessa mesma ótica cria-se um tipo “o africano”, uma cultura “africana” que supostamente corresponderia ao continente. É difícil crer que essa busca de inspiração, a-histórica, na história, possa efetivamente ajudar de maneira sólida na formação de uma consciência política e social anti-racista.

Temos já desde 2002 uma lei federal (10.639) que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira do ensino fundamental ao médio, mas o desafio fundamental que encontramos é capacitar pessoas para que ambas os pólos dicotômicos sejam superados. O que fazer diante desse quadro? Minha contribuição e de meus colegas, poucos ainda é verdade, tem sido no sentido de batalhar para que os estudos africanos ampliem espaço no Brasil, principalmente através da introdução de cursos nas universidades que capacitem, mesmo que superficialmente, novos formadores sociais. E nisso temos tido certo êxito. Há vinte anos havia no Brasil cerca de meia dúzia de disciplinas voltadas para os estudos africanos em universidades brasileiras, hoje seu número é incontável e continua a crescer. Nestes últimos anos tem sido realizados dezenas de concursos públicos para

**... APROPRIAÇÃO
PELA ESQUERDA
BRASILEIRA
DOS TEMAS
LEVANTADOS
PELOS
MOVIMENTOS DE
LIBERTAÇÃO...**

professores de estudos africanos em universidades públicas. As instituições privadas seguem caminho semelhante. Multiplicam-se pelo país afora cursos de “especialização”, de extensão e de “capacitação” de professores. Surgiu finalmente no país um programa de pós-graduação em estudos africanos e as agências de fomento científico e acadêmico, federais e estaduais, parecem finalmente despertar de sua letargia quanto ao tema e ainda que timidamente, ensaiam passos para apoiar iniciativas e novos liames entre as comunidades acadêmicas brasileira e africanas. Enfim, há um onda crescente que envolve também a publicação de livros e materiais didáticos diversos. Tudo isto nos parece extremamente importante pois enquanto a África permanecer desconhecida dos brasileiros, tanto à direita, quanto à esquerda, tanto os reacionários racistas, travestidos de liberais, quanto os que labutam arduamente para sua extinção, vão continuar prisioneiros de uma visão da África que foi criada para dominar.

Valdemir Zamparoni é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) e docente da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofamiliashtml.shtm.
2. População total: 169.872.856 sendo branca: 91.298.042 (53,75%); parda: 65.318.092 (38,45%); preta: 10.554.336 (6,21%); amarela: 761.583 (0,44%); indígena: 734.127 (0,43%). Cf. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/cor_raca_Censo2000.pdf.
3. Hegel, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofia de la história universal*. Buenos Aires, Revista de Occidente, 1946.
4. Zamparoni, V. “Estudos africanos no Brasil: Veredas”. In *Revista de Educação Pública*, v.04, n.05, pp. 105-124, 1995.
5. Swarcz, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 32. 1993.
6. Skidmore, T. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
7. Guran, M. “Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim”. In *Afro-Ásia*, 28, pp. 45-76, 2002 e do mesmo autor *Agudás – os brasileiros do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Gama Filho, 2000; Amos, A. M. “Afro-brasileiros no Togo: a história da família Olympio, 1882-1945”, In *Afro-Ásia*, 23, pp.173-194, 1999 e Amos, A. M. e Ayesu, E. “Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana”, In *Afro-Ásia*, 33, pp. 35-65, 2005 e ainda Law, R. “A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66.” In *Afro-Ásia*, 27, pp.41-77, 2002.
8. Lacerda, J. M. de. *Pequena História do Brasil, por perguntas e respostas para uso da infância brasileira*. [Revista e aumentada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro], Rio de Janeiro, Francisco Alves & Cia, 1914, pp. 129-130.
9. Para uma análise do significado de tal postulação ver o pioneiro: Moreira Leite, D. *O caráter nacional brasileiro: história de uma Ideologia*. 4ª ed., São Paulo, Pioneira, 1983. (1ª edição é de 1954).
10. *Getulino*, Ano I, n. 23, 30/12/1923.
11. *Getulino*, ano II, n. 64 de 20/12/1924.
12. *A voz da raça*, Apud Bastide, Roger. “A imprensa negra do estado de São Paulo”, *Estudos Afro-brasileiros*, São Paulo, 1983, p. 133.
13. Rodrigues, J. H. *Brasil e África – outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
14. Esses grupos estavam reunidos no Rio de Janeiro e em 1972 em decorrência de discordância um grupo criou a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba). Em 1975 o grupo se reunificou e criou o Instituto de Pesquisa da Consciência Negra (IPCN). Cf. http://arv_afrobrasileiras.blig.ig.com.br/, em 10/12/2003.
15. Mudimbe, V. Y. *The idea of Africa*. Bloomington, Indiana University Press; London, James Currey, 1994.
16. Sansone, L. “Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX”. In *Afro-Ásia*, v. 27, pp. 249-269, 2002.

IDENTIDADE NEGRA

Mostra fotográfica distribui grandes painéis pelas ruas de Salvador

Salvador recebeu uma grande mostra fotográfica, provavelmente uma das maiores já vistas na capital baiana, entre os dias 8 de janeiro e 16 de fevereiro deste ano. Ruas, avenidas e praças se transformaram em galerias, e a cidade ganhou ares de um imenso museu a céu aberto. Ao todo foram expostos 1.501 painéis, com imagens de pessoas consideradas negras, que integraram o projeto “Salvador Negroamor”, do fotógrafo e publicitário Sérgio Guerra e do curador Alberto Pitta.

As fotografias colocaram em cena pessoas comuns, crianças, velhos, jovens, comerciantes, mães e pais-de-santo, baianas de acarajé, entre outras personagens. Em dimensões e formas semelhantes a peças publicitárias, as fotos causavam estranhamento naqueles que não sabiam do que se tratava. Os painéis concorriam com modelos brancas seminuas, anunciando diferentes produtos nos *outdoors*. Alguns aguardavam a propaganda de produtos que viria depois, uma estratégia de marketing conhecida como *teaser*.

AUTO-ESTIMA A mostra foi pensada visando a construção de uma imagem positiva da população negra baiana e a geração de novas sensibilidades para as discussões sobre as relações raciais na cidade. A iniciativa soma-se a muitas outras, como a de organizações culturais, religiosas, políticas, e também órgãos governamentais, por exemplo, liga-



Um dos painéis expostos na mostra de Salvador

dos ao turismo, que na Bahia já projetam e utilizam há bastante tempo imagens de pessoas consideradas negras. Para Paula Cristina da Silva Barreto, professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), no longo prazo e tendo em vista o conjunto dessas intervenções, é possível que haja um efeito em termos de construção da identidade e de uma imagem mais positiva dos negros, repercutindo em sua autoestima. “Cada iniciativa isolada dá uma contribuição pequena, mais simbólica que material, mas que, quando situada em um contexto mais amplo, tem um efeito importante na mudança das representações e das imagens negativas associadas aos ‘negros’”, avalia.

O antropólogo Osmundo Pinho, pós-doutorando na Unicamp, também acredita que se, de fato, a exposição promoveu formas de identificação afrodescendente e criou um ambiente positivo ao reconhecimento da forte presença negra na constituição da cidade, é possível esperar uma

ampliação do interesse pelo tema. Entretanto, “normalmente os processos sociais não são tão lineares e previsíveis”, ressalta Pinho. Para ele, é importante perceber que “a reivindicação por igualdade racial e por uma re-qualificação da presença negra, e dos negros, na sociedade brasileira, produz atores sociais, subjetividades, instituições ou sujeitos políticos diferenciados. Ou seja, é a luta, ou os processos sociais, que produzem os sujeitos”, afirma.

POLÊMICAS “Salvador Negroamor” foi alvo de muito elogio mas também de críticas. Os blocos afros, com dificuldades financeiras, questionaram o alto investimento na mostra – US\$ 1,5 milhão investidos pela Petrobrás, através da Lei Rouanet. Movimentos negros criticaram a expectativa da exposição de “devolver à Bahia sua verdadeira identidade”, desconsiderando toda a luta da comunidade em andamento há muito tempo. Para Osmundo Pinho, as polêmicas e a própria concepção da mostra



As 1.501 fotos espalhadas nas ruas causaram curiosidade

fazem parte de um “conjunto de transformações que têm alterado a paisagem das lutas culturais e políticas em torno das relações raciais em Salvador”.

A emergência dos blocos afros, nas décadas de 1970 e 1980, e a multiplicação de entidades políticas afrodescendentes evidencia uma mobilização da população negra na luta contra “desafricanização” da cidade, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, diz o antropólogo. Ele explica que a “desafricanização” das ruas, da cidade e da vida cultural local era um movimento que pretendia apagar – expurgar ou assimilar – práticas culturais que remetessem à África ou à africanidade, como os candomblés, o carnaval negro das batucadas e afoxés e outras festas populares. A mobilização da população negra, que resgatou a resistência passada, resultou na “recente inclusão nos debates públicos da temática anti-racista e de valorização da contribuição negra à sociedade, forçando a constituição de agências governamentais, e de políticas públicas de

DIVERSIDADE CULTURAL A PARTIR DE PERNAMBUCO

Jornalismo cultural feito fora do eixo Rio-São Paulo. Essa é a proposta da revista *Continente Multicultural*, da Companhia Editora de Pernambuco. A publicação é abrangente e cobre temas ligados à arquitetura, artes plásticas, cinema, dança, fotografia, literatura e artes cênicas, conferindo visibilidade a artistas e movimentos culturais nordestinos e, principalmente, pernambucanos. Já foram pauta da publicação a obra do artista multimídia Paulo Bruscky, a cena musical pós-mangue beat na cidade do Recife e o trabalho do Grupo Grial de Dança, herdeiro do Movimento Armorial, criado por Ariano Suassuna, na década de 1970, para valorizar as culturas populares do Nordeste.

A revista conta, ainda, com uma série de edições especiais: os 60 anos do livro *Geografia da fome*, de Josué de Castro; a construção de Miguel Arraes como mito político; os 100 anos do frevo; a vida e a obra de Câmara Cascudo; entre outras obras e personalidades que já foram capa da “Continente Documento”.

Com tiragem de 10 mil exemplares, a revista é mensal e o resumo de suas matérias pode ser acessado em www.continentemulticultural.com.br.



Reprodução

caráter afirmativo”, avalia o antropólogo. Os efeitos da exposição são, para Pinho, como “ecos da mobilização secular pelo reconhecimento da presença negra na cidade como positividade”.

ANGOLA E BAHIA A mostra colocou nas ruas da cidade não apenas fotos de baianos, mas também de angolanos. Outro objetivo dessa intervenção fotográfica era produzir aproximações entre esses povos, como Sérgio Guerra já havia explorado em outra exposição: “Lá e Cá – São Paulo e São Joaquim”. A exposição apostou nas semelhanças entre baianos e angolanos para criar uma identidade entre eles. Entre as 16 mil fotos tiradas pelo fotógrafo, foram selecionadas as

que não deixavam explícitas diferenças entre esses povos, por meio de objetos, lugares, vestes ou cenas. Muitas pessoas passaram pelas ruas sem perceber que não se tratava apenas de baianos. Paula Barreto lembra que outros fotógrafos, como Pierre Verger, também buscaram evidenciar a continuidade entre a África e o Brasil que, em sua opinião, acabou não sendo o ponto forte da exposição. “Tenho a impressão que o público não percebeu a proposta”, diz. Apesar do slogan presente em alguns poucos anúncios do projeto, que diziam: “É Brasil. É África. É Bahia. É Angola. É Salvador Negroamor”.

Susana Dias

NOME DO GRUPO

MÍDIA E MULTICULTURALISMO

LÍDER(ES) DO GRUPO

DENISE MARIA COGO
FABRÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
COMUNICAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Mídia e processos socioculturais

INSTITUIÇÃO

UNISINOS

ENDEREÇO

Centro de Ciências da Comunicação
Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo
RS – CEP: 93022 000
Tel: (51) 35911122/Fax: (51) 35908139
E-mail: denisecogo@uol.com.br

NOME DO GRUPO

EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM

LÍDER(ES) DO GRUPO

PAULO CÉSAR SOUZA GARCIA

ÁREA PREDOMINANTE

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA

Alteridade e identidades: a linguagem
e seus construtos culturais;
Costumes, religiosidade e
representações; Patrimônio cultural:
tradição, tradução e oralidade

INSTITUIÇÃO

UNEB

ENDEREÇO

Campus IV
Rua J.J.Seabra, 158 – Estação
Jacobina – BA – CEP: 44700-000
Tel: (74)6213337/Fax: (74) 6213337
E-mail: p.garcia@terra.com.br

NOME DO GRUPO

DEMOCRACIA E MULTICULTURALISMO

LÍDER(ES) DO GRUPO

GISELE GUIMARÃES CITTADINO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; CIÊNCIA POLÍTICA

LINHAS DE PESQUISA

Direitos humanos; Ética e cidadania

INSTITUIÇÃO

PUC/RJ

ENDEREÇO

Departamento de Direito
Rua Marquês de São Vicente, 225
sala 601-F – Gávea – RJ
CEP: 22453 900
Tel: (21) 31141102/Fax: (21) 31141107
E-mail: gisele@rdc.puc-rio.br

NOME DO GRUPO

NEINB – NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
O NEGRO BRASILEIRO

LÍDER(ES) DO GRUPO

GISLENE APARECIDA DOS SANTOS
DILMA DE MELO SILVA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; EDUCAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Constituição e direito à identidade;
História do Brasil / história
afro-brasileira; Políticas públicas
para a inclusão social

INSTITUIÇÃO

USP

ENDEREÇO

Rua da Reitoria, 109
São Paulo – SP – CEP: 05508-900
Tel: (11) 30911020
E-mail: neinb@usp.br

NOME DO GRUPO

ESTADO MULTICULTURAL
E POLÍTICAS PÚBLICAS

LÍDER(ES) DO GRUPO

ELIZABETH MARIA BEZERRA COELHO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Etnologia indígena; Políticas
indigenistas; Políticas multiculturais

INSTITUIÇÃO

UFMA

ENDEREÇO

Centro de Estudos Básicos
Av. dos Portugueses s/n – Campus
do Bacanga – São Luis – MA
CEP: 65580-085
Tel: (98) 21098353/Fax: (98) 21098454
E-mail: betac@elo.com.br

NOME DO GRUPO

AFRO-BRASILEIROS, RELAÇÕES
RACIAIS E EDUCAÇÃO

LÍDER(ES) DO GRUPO

AHYAS SISS

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; EDUCAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Educação, cidadania, políticas de ação
afirmativa e cotas para afro-brasileiros;
Preconceito racial e práticas
educativas escolares

INSTITUIÇÃO

UFRRJ

ENDEREÇO

Instituto Multidisciplinar de Nova
Iguaçu – Av. Professor Paris, s/n,
Centro – Nova Iguaçu – RJ
CEP: 26221-150
Tel: (21) 26695661/Fax: (21) 26695661
E-mail: ahyas@ufrj.br

NOME DO GRUPO

CULTURA, POLÍTICA,
ESTADO E QUESTÃO SOCIAL

LÍDER(ES) DO GRUPO

JOÃO IGNACIO PIRES LUCAS
JULIANE FEIX PERUZZO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; CIÊNCIA POLÍTICA

LINHAS DE PESQUISA

Gestão e avaliação das políticas
sociais públicas e privadas

INSTITUIÇÃO

UCS

ENDEREÇO

CCHC – Rua Francisco Getúlio
Vargas, 1130 – Caxias do Sul – RS
CEP: 95070-560
Tel: (54) 32182100/Fax: (54) 32182171
E-mail: *jiplucas@yahoo.com*

NOME DO GRUPO

EDUCAÇÃO: SABERES, LINGUAGEM
E MULTICULTURALIDADE

LÍDER(ES) DO GRUPO

ANIZIA COSTA ZYCH

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; EDUCAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Diversidade cultural, conhecimento e
linguagens; Formação de professores;
Gestão e políticas educacionais

INSTITUIÇÃO

UNICENTRO

ENDEREÇO

153 Km 07 – Irati – PR
CEP: 84500-000
Tel: (42)34213000/Fax: (42) 34213067
E-mail: *azych@irati.unicentro.br*

NOME DO GRUPO

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E
DIVERSIDADE CULTURAL

LÍDER(ES) DO GRUPO

DIRK JURGEN OESSELMANN
MARIA LÚCIA DIAS GASPAR GARCIA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; EDUCAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Universo indígena; Universo
ribeirinho; Universo urbano de centro;
Universo urbano periférico

INSTITUIÇÃO

UNAMA

ENDEREÇO

Av. Alcindo Cacela, 287 – Umarizal
Belém – PA – CEP: 66060-902
Tel: (91) 2103015/Fax: (91) 2103118
E-mail: *transculturais@unama.br*

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A INCLUSÃO SOCIAL (GEPPIS)

LÍDER(ES) DO GRUPO

GISLENE APARECIDA DOS SANTOS

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; EDUCAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Filosofia, multiculturalismo e políticas
de reconhecimento; Políticas públicas
para a inclusão social

INSTITUIÇÃO

USP

ENDEREÇO

Av. Arlindo Bettio, 1000
Ermelindo Matarazzo – São Paulo – SP
CEP: 03828-000
Tel: (11) 654645621
E-mail: *gislene@superig.com.br*

NOME DO GRUPO

MULTICULTURALISMO: HISTÓRIA,
EDUCAÇÃO E POPULAÇÕES
DE ORIGEM AFRICANA

LÍDER(ES) DO GRUPO

PAULINO DE JESUS F. CARDOSO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; HISTÓRIA

LINHAS DE PESQUISA

Culturas políticas e sociabilidades;
História, cultura e educação

INSTITUIÇÃO

UDESC

ENDEREÇO

Rua Marechal Deodoro, 265
3º Andar, Sala 41 – Florianópolis – SC
CEP: 88010-020
Tel: (48) 32125305/Fax: (48) 32125306
E-mail: *r7multi@udesc.br*

NOME DO GRUPO

COORDENAÇÃO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS CULTURAIS

LÍDER(ES) DO GRUPO

ILANA STROZENBERG

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
COMUNICAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Cultura e identidades;
Estudos da cidade e da comunicação;
Imagem, estética e poderes

INSTITUIÇÃO

UFRJ

ENDEREÇO

Av. Pasteur 250, Bloco B – Urca
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22295-900
Tel: (21) 38735156/Fax: (21) 38735150
E-mail: *ciiec@cfch.ufrj.br*

FICÇÃO PÓS-COLONIAL RETRATA CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

Salman Rushdie. V. S. Naipaul. J. M. Coetzee. Wole Soyinka. Ghita Metha. Mia Couto. Arundhati Roy. A ficção desses e de muitos outros escritores tem sido chamada de pós-colonial. Como todos os rótulos, o pós-colonial não deixa de ser uma generalização que corre o risco de desconsiderar as especificidades das obras e de seus autores. “A literatura pós-colonial difere, consideravelmente, conforme o país e a cultura em que se manifesta. Mas não há dúvidas de que há traços em comum a partir mesmo do fato de existir o eixo dominador/dominado (ou colonizador/colonizado, eu/outro), típico da condição colonial e pós-colonial”, explica Anna Beatriz da Silveira Paula, pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O termo pós-colonial se refere, de modo geral, ao processo de descolonização que marcou, mesmo que de formas muito diferentes, tanto os países colonizados como aqueles que foram os colonizadores. Ou seja, o termo quer enfatizar que a colonização nunca foi um fato “externo” às metrópoles imperiais, estando inscrita nas suas próprias culturas – assim como as culturas imperiais também se inscreveram nas culturas dos colonizados. Pensar nessa ambivalência posta pelo encontro colonial implica, assim, em deslocar

uma série de noções como centro/periferia, nós/eles, dentro/fora, rompendo com essas oposições binárias para pensar as relações sociais de modo mais complexo, múltiplo e transversal.

Boa parte da chamada literatura pós-colonial foi produzida pelo chamados *migrant writers*, autores que imigraram para antigas metrópoles (como Londres e Paris), seja por opção profissional, seja por exílio político. Autores como Salman Rushdie, Monica Ali e Zadie Smith passaram a problematizar, em sua literatura, sua condição de subalterno, a partir dessa experiência de viver no espaço do antigo colonizador: os dilemas da integração dos imigrantes aparecem em muitas dessas produções literárias.

Outro elemento trabalhado por diversos escritores é a questão linguística. “Seja polarizando o dialeto com o idioma do colonizador, seja demonstrando o conflito que ocorre quando o idioma integrador da nação é o do colonizador”, lembra Anna Beatriz. Além desse conflito linguístico, em diversas ex-colônias, denunciar as atrocidades cometidas durante o colonialismo permitiu que as minorias políticas adquirissem condições de luta. Nesse contexto é que as mulheres ganharam relevância, por exemplo, na literatura indiana contemporânea.

RESISTÊNCIA SILENCIOSA Língua e gênero são dois elementos importantes na obra da escritora indiana Arundhati Roy, que se tornou conhecida mundialmente com seu romance *O deus das pequenas coisas* (1997). A narrativa se passa no estado de Kerala – onde fica Calicute, cidade a partir da qual Vasco da Gama descobriu “as Índias”. Partindo das contradições que caracterizam a história desse lugar, o romance faz uma série de alusões à fragmentação da própria Índia, seja no que diz respeito ao seu sistema de castas, seja em relação ao modo como uma Índia rica e cosmopolita se mescla com uma Índia miserável e provinciana. Enfim, a pluralidade que caracteriza a Índia contemporânea.

Roy prioriza o universo familiar e adota uma perspectiva mais subjetiva e intimista para problematizar a condição da mulher em seus aspectos mais simbólicos: a forma como o preconceito e a exclusão social, característicos da situação pós-colonial, manifestam-se também através da tradição cultural indiana (para a

PORTAL LITERAFRO

Iniciativa do projeto

Afrodescendências da UFMG,

o portal *Literafro* reúne dados

biográficos, comentários críticos

e bibliografia sobre cerca de 100

escritores afro-brasileiros

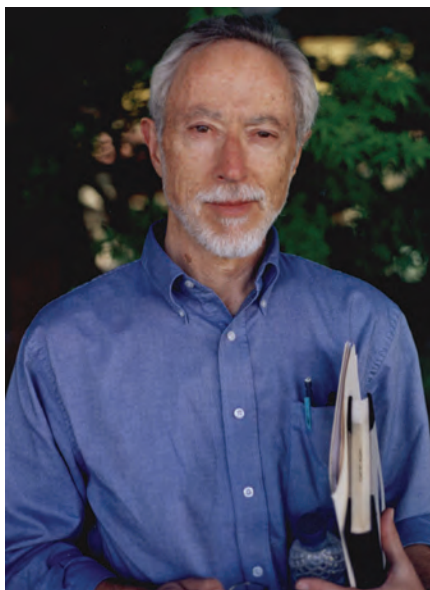
e pode ser acessado através do

endereço <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>

qual a mulher é inferior ao homem) e nas relações intercastas; e o modo como as mulheres indianas lidam com tudo isso. “Em vez de sustentar a condição da dupla colonização a que as mulheres indianas (e de outras culturas) estão submetidas, Arundathi Roy demonstra como o feminino tem uma semiose que lhe é própria na cultura daquele país, sustentando-se no silêncio” afirma Paula. Em sua tese de doutorado, intitulada “Margens silenciosas: a escritura da mulher na literatura indiana contemporânea”, a pesquisadora trabalhou com essa dupla referência: às mulheres indianas silenciadas pelo colonialismo; e à inscrição silenciosa dessas mesmas mulheres em sua cultura. Uma resistência silenciosa.

Brasil pós-colonial? Mas, afinal, qual seria o alcance do termo pós-colonial? Faria sentido aplicá-lo à nossa literatura? “O que falta é uma teorização do nosso pós-colonial para que o rótulo de literatura pós-colonial possa ser atribuído a diversas produções brasileiras. A questão que nos fica é até que ponto isso seria, efetivamente, válido para nós”, adverte Anna Beatriz Paula.

Intelectuais portugueses como o sociólogo Boaventura de Souza Santos e o antropólogo Miguel Vale de Almeida têm se debruçado sobre as diferenças da experiência pós-colonial dos países do norte e os do sul e, mais do que isso, dos países que foram colonizados por Portugal. O projeto colonial português tem sido comumente representado como um colonialismo cordial, baseado na miscigenação e que, por isso não seria racista. Esses



Fotos divulgação

Nomes como J.M.Coetzee e Salmon Rushdie formam a geração de *migrants writers*

seriam, supostamente, os aspectos característicos da experiência colonial dos países de língua portuguesa. Para esses autores, a tarefa pós-colonial é complexificar essas representações. Nesse sentido, a miscigenação deve ser pensada, necessariamente, em relação à escravidão, à violência embutida nas relações entre senhores e escravos e às suas consequências nas desigualdades sociais, raciais e de gênero que perduram ainda hoje no Brasil.

Se não se fala, aqui, numa literatura pós-colonial, se fala em literatura negra ou afro-brasileira. “Desde o período colonial, o trabalho dos afro-brasileiros se faz presente em praticamente todos os campos da atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. No caso da literatura, essa produção sofre impedimentos à sua divulgação, a começar pela própria materialização em livro”, lembra Eduardo de Assis Duarte, professor da Faculdade de Letras da UFMG.

Duarte é coordenador do projeto “Afro-descendências: raça/etnia na cultura brasileira”. Sua intenção é divulgar e estimular estudos sobre a produção literária de escritores negros, já que essa literatura carece tanto de uma história como de um *corpus* consolidado que esbarra, muitas vezes, na resistência do próprio campo acadêmico em reconhecer uma literatura que se postula como negra. Em artigo publicado no portal *Literafro*, Duarte diz que essa resistência tem o argumento de que arte e literatura “não tem sexo, nem cor”. Para ele, a arte concebida sem adjetivos é baseada a idéia de essência do belo, que seria pretensamente universal: o cânone literário hegemônico é masculino, branco, ocidental e cristão e, por isso, deixa de reconhecer ou valorizar obras que não se encaixem nele. Por isso é que ele deve ser revisto e questionado a partir de outras identidades.

Carolina Cantarino



SERVIÇO *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*, de Rita Chaves, Carmen Secco e Tânia Macêdo (orgs.). São Paulo. Ed. Unesp, Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.

LANÇAMENTO

BRASIL/ÁFRICA: FRONTEIRAS INDISSOCIÁVEIS

Num momento em que a história da África e dos africanos passa a ser obrigatória nos ensinamentos fundamentais e médios, iniciativas como a das organizadoras do livro *Brasil/África - como se o mar fosse mentira* devem ser altamente valorizadas. A variedade de temas e a erudição com a qual, em geral, são tratados, fornecem grande material de reflexão sobre a disciplina de história da África, a despeito da diferente qualidade dos artigos, ensaios e poemas que compõem o livro.

A leitura da obra trouxe-me distintas sensações, ambas diretamente ligadas à sua grande multiplicidade e heterogeneidade constitutiva. A primeira delas refere-se à dificuldade de apresentar ao leitor, em poucas palavras, um empreendimento

tão vasto, que contém artigos de história e crítica literária, além de ensaios e poemas. Essa é uma característica do livro explicitada no prefácio: a coletânea apresenta “uma certa falta de unidade entre os textos, percorrendo terrenos variados, procurando dar conta da rede de contatos, do passado à contemporaneidade, voltando-se alguns para a África que permanece no Brasil, ou para os problemas vividos pelos descendentes dos que viveram o tristíssimo capítulo da escravidão”.

Essa mesma diversidade, em contrapartida, traz à tona uma segunda sensação de grande prazer, ao oferecer múltiplas leituras sobre as relações entre África e Brasil e, junto com isto, certamente uma ampliação do repertório do leitor, dificilmente versado de antemão em tantos campos do conhecimento.

O livro divide-se em três partes. A primeira delas composta de dois breves ensaios. O de Alberto da Costa e Silva, diplomata de carreira e estudioso de fôlego da história da África e de suas relações com o Brasil, que relata a memória de sua primeira visita à cidade de Lagos na Nigéria, e o segundo, do músico Martinho da Vila, ressaltando a importância da influência da música africana em diversas expressões rítmicas brasileiras. Este segundo texto introduz um dos sentidos que per-

meiam todo o livro: a interinfluência constante entre as duas margens do Atlântico sul.

A segunda parte, composta por diversos textos de maior densidade acadêmica, apresenta estudos de crítica literária e de história sempre tendo como tema principal esta via relacional entre África e Brasil. Como exemplo, os artigos de Rita Chaves, Tânia Macêdo, Marcelo Bittencourt, Elisalva Dantas e Carmen Secco trabalham, em linhas gerais, com relações entre as literaturas brasileira e africanas de língua portuguesa. Tais autores fornecem elementos para compreender a apropriação criativa de temáticas ou autores brasileiros por parte de autores africanos, mas sempre considerando os espaços contextuais de sua produção, com destaque para o processo de luta pela independência nesses países. Em especial o artigo de Rita Chaves mostra como escritores de Angola, Cabo Verde e Moçambique, ao longo do século XX, *criam* suas próprias raízes nativistas ainda que tenham usado imagens utópicas de um Brasil liberto.

Já Tânia Macêdo procura mostrar, na literatura africana, a presença do “malandro” – um *tipo social* que com frequência julgamos exclusivamente brasileiro, e realiza, dessa forma, uma aproximação entre as sociedades dos dois lados do Atlântico, demonstrando que ambas, marcadamente excludentes, configuram o terreno para a presença desse tipo social, que sobrevive nas brechas sociais, à margem da ordem.

Dois dos artigos voltados para o estudo histórico também podem ser

tomados como exemplo da pertinência da temática do livro. Milton Gurán e Flavio Gomes preocupam-se com a configuração de identidades de grupos populacionais em ambas as margens do Atlântico. Gurán aborda as especificidades da formação do grupo de “brasileiros” no Benim, passando por diversos períodos históricos, desde o período do tráfico escravo até a contemporaneidade, e ressalta a importância da experiência dos escravos em terras brasileiras como elemento importante para a formação de laços identitários na África. Praticamente no sentido inverso, Flavio Gomes apresenta um estudo sobre a reconfiguração das identidades étnicas africanas em cidades brasileiras, levando em consideração não apenas as diferentes origens culturais africanas dos escravos mas, também, o espaço de sua ressocialização no contexto escravista brasileiro.

Finalmente, a terceira parte é de poemas que, de alguma forma, sintetizam as percepções expostas ao longo do livro, mostrando ao leitor o quão indissociáveis são as duas margens do Atlântico. A idéia central é que as duas margens atlânticas devem ser vistas como fronteiras porosas, plenas de trocas e relações, e a compreensão de cada uma delas só se faz possível com o conhecimento de ambas. Assim, apesar da possibilidade o *mar como mentira*, é preciso refletir numa nova dimensão atlântica, considerando o próprio oceano como espaço privilegiado de constituição de histórias africanas e brasileiras.

Alexsander Gebara

CINEMA

MONSTRO BRASILEIRO REVIVE EM 3D

Uma cópia digital em terceira dimensão do filme *O monstro da lagoa negra* (1954), de Jack Arnold, foi exibida no penúltimo dia do X Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema (Socine), que ocorreu em outubro passado na cidade mineira de Ouro Preto. A exibição contou com a apresentação de Leonardo Andrade, professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e diretor da restauração digital do filme em 3D. O resultado pôde ser conferido pelo público da Socine, que reagiu com bom humor às investidas do monstro “fora” da tela.

O monstro da lagoa negra é um dos filmes de ficção científica mais interessantes dos anos 1950. A estória se passa na Amazônia brasileira, quando um grupo de cientistas americanos chega à “Lagoa Negra” para investigar uma curiosa descoberta arqueológica. Lá eles se deparam com uma estranha criatura, misto de homem e anfíbio, que vem atacando pessoas na região. Tem início uma aventura no estilo *King*

Kong ou *A bela e a fera*, com o monstro irremediavelmente atraído pela mocinha.

O filme de Jack Arnold traz cenas memoráveis como a do nado de Kay (Julia Adams) na lagoa, espelhado pela criatura submersa. Esse episódio notadamente erótico, “uma representação estilizada de relação sexual”, segundo John Baxter aponta em seu livro *Science fiction in the cinema*, de 1970, é passível de uma bela leitura psicanalítica e traz a matriz do medo explorado anos depois por Steven Spielberg em *Tubarão* (1977). Sensibilidade ecológica e preconceito com relação aos países periféricos, também, estão presentes em *O monstro da lagoa negra*. No conjunto, o filme fornece um discurso colonialista recorrente no cinema até hoje: aquele dos cientistas anglo-saxões que levam civilização e esclarecimento a regiões primitivas



Cena do filme de Jack Arnold, *O monstro da lagoa negra*

Reprodução

do mundo. À parte esse discurso, o filme de Arnold tem muitos encantos, em especial para os fãs de ficção científica e horror. É provável que esteja em *O monstro da lagoa negra*, e não em *2001, uma odisséia no espaço* (1968), de Stanley Kubrick, a maior elipse da história do cinema. Enquanto no filme de Kubrick a elipse compreende um hiato entre a pré-história e o ano de 2001, quando o homem conquista o espaço, o filme de Arnold abre com imagens e *voice over* que remetem ao processo de formação do globo terrestre, para depois saltar até a década de 50 do século XX.

Pérola dos estúdios da Universal, *O monstro da lagoa negra* é representativo do hibridismo genérico entre ficção científica e horror, sendo responsável por um *revival* de toda a franquia de monstros do estúdio de Carl Laemmle. Longe de ser um *trash movie*, mobilizou recursos técnicos sofisticados para a época em que foi lançada, como uma caixa isolante especial para as duas câmeras empregadas nas filmagens submersas.

O monstro da lagoa negra deu origem a duas seqüências, *A vingança do monstro* (*Revenge of the creature*, 1955), também dirigido por Jack Arnold, e *O monstro anda entre nós* (*The creature walks among us*, 1956), de John Sherwood. Os filmes de Arnold foram concebidos originalmente como filmes para exibição em 3D. Foi com o objetivo de recriar essa experiência que entraram em cena Leonardo Andrade e sua equipe de alunos do curso de imagem e som da Ufscar. Eles criaram um método digital eficaz e economicamente viável de restaurar filmes em 3D.

ENTREVISTA - LEONARDO ANDRADE

Como funciona o cinema em 3D?

Existem dois métodos consolidados de visualização em três dimensões para exibições coletivas, como é o caso do cinema. O método mais antigo é o anaglífico. A primeira experiência cinematográfica tridimensional com esse método foi em 1922, com o filme *The power of love* (dirigido por Nat G. Deverich e Harry K. Fairall). Essa técnica consiste em conferir duas cores diferentes para cada imagem referente aos olhos esquerdo e direito, de modo que o espectador, ao utilizar óculos com lentes que filtrem as cores desejadas, possa separar cada uma das imagens mescladas na tela.

Outro método utilizado nos anos 1950 é o da estereoscopia por filtragem de luz polarizada: duas câmeras cinematográficas sincronizadas, montadas à distância interocular (cerca de 6,5 cm), produzem dois filmes referentes respectivamente à visão do olho esquerdo e do olho direito. Em uma tela metalizada é feita projeção sincronizada das duas películas, usando-se filtros polarizadores. O espectador assiste ao filme de óculos, com filtros polarizadores iguais aos da projeção. Dessa forma, as imagens referentes a cada um dos olhos são filtradas, de maneira que cada olho percebe somente a

imagem referente à sua lateralidade. Em sistemas mais aprimorados, uma única câmera, através de uma objetiva especial anamórfica, forma duas imagens sobre uma única película. Depois, um projetor também equipado com uma objetiva semelhante reproduz aquela película, gerando duas imagens separadas e polarizadas sobre tela metalizada. Da mesma forma, óculos polarizadores são necessários para a separação dos dois tipos de imagem.

Por que o cinema 3D anda desaparecido nos últimos tempos?

A época de ouro foi a década de 1950. Com o surgimento da televisão, as produtoras cinematográficas norte-americanas procuraram formas de atrair a atenção do público. Telas de grande formato (cinemascope), filmes coloridos, e também o cinema 3D foram usados nessa reconquista do espaço que estava sendo perdido para a TV. Nessa época foram produzidos filmes como *A casa de cera* (*House of wax*) dirigido por Andre de Toth em 1953, *O monstro da lagoa negra* (*Creature from the black lagoon*), e *Disque M para matar* (*Dial M for murder*), dirigido por Alfred Hitchcock em 1954. Infelizmente, o custo de produção de um filme em 3D, com captação e exibição em película, ainda é muito elevado. Atualmente, os cinemas

I-Max norte-americanos realizam produções cinematográficas em três dimensões, mas com filmes focados apenas em entretenimento.

Como foi o processo de restauração?
Comecei a trabalhar com estereoscopia digital com o auxílio do Hélio Godoy, então na Ufscar e hoje na UFMS. O primeiro passo foi desenvolver um software, que serviu de base para o atual, que trabalhava apenas com a mixagem de duas imagens estáticas para obtenção de uma imagem estereoscópica anaglífica verde-vermelho.

Realizando pesquisas sobre estereoscopia, descobri que o filme do qual sou fã, *O monstro da lagoa negra*, havia sido filmado em 3D, além de ter diversas cenas subaquáticas. Consegui uma cópia em DVD, para ser vista com um aparelho que controla óculos especiais (denominados “obturador”), que fecha a visão do olho complementar ao ser exibida na tela da TV uma imagem para um determinado olho. As imagens contidas nesse DVD são entrelaçadas, ou seja, a imagem do olho direito e a do olho esquerdo compõem um único quadro dividido em linhas pares e ímpares (sistema de estereoscopia de chaveamento de imagens). Foi extremamente frustrante ter em mãos uma mídia que continha informações digitais em três dimensões, mas não ter o aparelho para visualização.

A partir da cópia digital do filme (em

resolução baixa, cerca de 360 x 480 pixels para cada quadro), foi produzido um software para ampliar a resolução dos quadros e mixar seus canais de cor, para obtenção de quadros ciano-vermelho. Essa técnica anaglífica foi escolhida pela facilidade de projeção (usa apenas um projetor digital e óculos com filtros de cor para os expectadores).

Após desenvolver o software, todo o material digital foi processado para obter uma nova cópia. O próximo passo foi resolver a sincronização do áudio. Para esta função e para a aquisição dos óculos para os espectadores, surgiu a idéia de realizar um projeto de extensão universitária dentro da Ufscar. Foi contratado um bolsista (Daniel Roviriego, do curso de graduação em imagem e som), que realizou a sincronização do som com áudio dublado em português. Se o material original fosse uma cópia 35mm digital, ao invés de um DVD, a resolução do produto final seria muito superior.

Esse processo representa uma alternativa mais viável para cinema 3D?

O processo desenvolvido transforma duas imagens captadas em uma única, sendo que essa nova imagem possui canais de cores separados, possibilitando a exibição a partir de um único projetor. Outro fato importante é que as novas tecnologias de captação digital de alta definição já possuem

profundidade de campo suficiente para produzir um efeito tridimensional factível. Mesmo usando duas câmeras digitais para captação, o custo atual é imensamente inferior em virtude das novas tecnologias apresentadas.

No exterior, quem mais realiza projetos desse tipo?

No início da década de 1990, foi lançado o filme *A hora do pesadelo 6 - o pesadelo final*, sob direção de Rachel Talalay, no qual os minutos finais apresentam cenas em três dimensões. Há pouco tempo os estúdios Disney realizaram *Pequenos espiões 3D (Spy kids 3D)* dirigido por Robert Rodriguez, exibido quase totalmente em 3D. Também em 2003, o diretor James Cameron realizou *Ghosts of abyss*, para ser exibido em 3D nos cinema I-Max. Mas além dos projetos de grandes produtoras, existem filmes tridimensionais com orçamentos menores feitos de modo experimental pelo mundo todo, tendo em vista que ainda não existe um padrão de captação e codificação de imagens estereoscópicas.

Há previsão de restauro de outros filmes 3D no futuro?

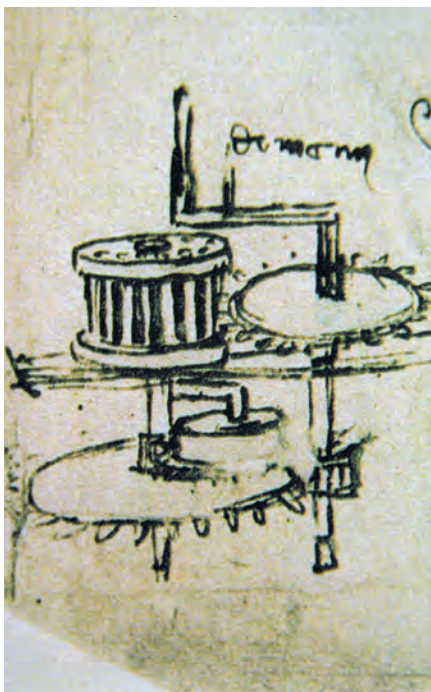
Estamos pensando em trabalhar em *Disque M para matar*, de Alfred Hitchcock, além de realizar novos filmes captados com câmeras digitais estereoscópicas.

Alfredo de Oliveira Suppia

CORPO E INVENTOS ESTÃO EM EXPOSIÇÕES E NOVO LIVRO

A relação do ser humano com seu corpo é uma questão que move filósofos, artistas e cientistas há muitos séculos. A exploração das possibilidades dessa relação reúne conhecimento e arte e chega à atualidade, através de grandes exposições e registros editoriais de toda ordem. A motivação pelas descobertas científicas estimula a indústria cinematográfica e o áudio-visual, e uma das amostras mais ricas do momento chegou este ano para satisfazer a curiosidade do público brasileiro. Duas exposições, em áreas contíguas da Oca, construção que integra o Museu de Arte Moderna no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, têm características de *blockbuster*: filas enormes começaram em março e devem se manter até final de maio para ver “Leonardo da Vinci – a exibição de um gênio”, curadoria de Bruce Peterson e “Corpo humano: real e fascinante”, de Roy Glover. A expectativa dos organizadores é que pelo menos a exposição do gênio florentino se estenda até o Rio de Janeiro.

Para o filósofo Francisco Javier Guerrero Ortega, membro do Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, “há uma fixação no caráter mutante do corpo, que pode ser superado, ter próteses



Divulgação

Um dos desenhos de Leonardo da Vinci

como um ciborgue, moldado em computador, uma busca no sentido estético”. Focado também nessa temática que, em sua opinião, une as duas exposições, Ortega lança em agosto seu livro *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas, e cultura contemporânea*, onde trata do paradoxo do corpo como algo que diz respeito ao que nós somos e não ao que nos é imposto esteticamente. A mostra de Leonardo da Vinci reúne mais de 150 reproduções das peças do pintor da Renascença italiana, divididas em 13 segmentos, com o intuito de contemplar sua diversidade como cientista, filósofo, pintor, inventor e anatomista. Segundo os organizadores, não foi focalizada uma parte específica da trajetória de Leonardo, já que o objetivo é uma exposição para divertir e com o caráter pedagógico de atrair o interesse do público para o artista e

inventor. Para isso, a exposição usa, por exemplo, recursos multimídia, como no caso da recriação do “Homem Vitruviano” em 3 dimensões para permitir ao público uma experiência interativa. A intenção é não apenas apresentar a vida e a obra de Leonardo da Vinci (1452-1519), mas certificar-se de que a mostra atinja um grande público. Antes de chegar ao Brasil, parte deste acervo circulou por países europeus, recebendo, em Roma, por exemplo, mais de 600 mil visitantes e, em Moscou, aproximadamente 500 mil. A exposição na Oca foi concebida em maio de 2006 numa parceria entre a Anthropol Foundation e a RYP Austrália Major Projects.

HIPER-REALISMO “Corpo humano: real e fascinante” recupera a concepção de ciência existente no período do Cinqucento, época de grandes mestres dos estudos corporais em termos de estética e perspectiva. A mostra itinerante, organizada ao mesmo tempo na Oca e com visita sincronizada com a outra exposição, chegou ao Brasil após passar pela Inglaterra, Coreia do Sul e México, e tem exibições paralelas, atualmente, nos Estados Unidos e Holanda. Em “Corpo humano” podem ser vistos 16 corpos e 225 órgãos verdadeiros, conservados a partir de uma técnica chamada polimerização que, segundo os organizadores, é um aperfeiçoamento do método de plastinização, criado pelo alemão Gunther von Hagens em 1975 e patenteado em 1977. Hagens, que aperfeiçoou a técnica até a década de 1990, organizou a exposição pioneira “Body Worlds”

(1996) que deu origem a uma série de outras exposições com um conceito muito semelhante.

A exposição está dividida em nove setores para representar cada sistema do organismo, dispostos com o caráter educativo de estudo da anatomia humana. Os corpos dissecados deixam visíveis todas as suas camadas, ossos, músculos e nervos, mostrando as diferentes funções dos órgãos e o funcionamento do corpo.

ESTUDO ANATÔMICO Ortega identifica entre as duas exposições da Oca um certo diálogo de continuidade. Hagens, que foi pioneiro nesse tipo de exposição sobre o corpo, reproduz uma dimensão que havia nas exposições anatômicas ou nos estudos de anatomia artística do Renascimento. “Nesse período, a anatomia era da ordem do espetáculo público e essas exposições ocorriam em grandes teatros como o de Bologna, por exemplo, e tinham como alvo a elite intelectual da cidade.

Hagens recupera um pouco dessa dimensão, mas choca porque a anatomia não é mais algo público nos dias atuais. As dissecações ocorrem dentro dos muros das universidades, dos centros de pesquisa, dos hospitais. Hagens, ao fazer isso quebra um tabu de algo que estava restrito ao ambiente médico”, diz o filósofo da Uerj.

Em sua opinião, a visibilidade adquirida por tais exposições adquire mais sentido com a atual cultura do corpo, que ganha cada vez mais importância. Recuperar essa dimensão da anatomia renascentista é uma forma de reatualizar potências que já estavam dadas nesse pe-

SERVIÇO

“Leonardo da Vinci - a exibição de um gênio” em cartaz até 27 de maio.

LOCAL OCA - Pq. do Ibirapuera, Portão 03 - Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº (São Paulo). **HORÁRIOS** de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h; sábados, domingos e feriados, das 10h às 20h. **SITE OFICIAL** <http://www.exposicaoleonardodavinci.com.br>

“Corpo humano: real e fascinante”, até 27 de maio.

LOCAL OCA - Pq. do Ibirapuera, Portão 03 - Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº (São Paulo). **HORÁRIOS** de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h; sábados, domingos e feriados, das 10h às 20h. **SITE OFICIAL** www.exposicaoocorpophumano.com.br

O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas, e cultura contemporânea de Francisco Javier Guerrero Ortega, Editora Garamond – Rio de Janeiro (no prelo)

ríodo. “É como se Hagens e seus herdeiros, entre os quais Roy Glover, dissessem *eu sou o último dos anatomistas*. Eles recuperam uma tradição que foi interrompida quando a anatomia se tornou algo do privado. Recuperar essa tradição é romper um tabu”.

Ele lembra, ainda, que von Hagens vem sendo acusado pela promotoria da Baviera pela compra de cadáveres na Rússia ou de usar cadáveres de pessoas executadas na China. A divulgação da exposição de Glover sobre corpo humano na Oca garante que “todos os corpos e órgãos exibidos nesta exposição são de indivíduos acometidos de morte natural, que optaram por participar de um programa de doação de seus próprios corpos em benefício da ciência e da educação, realizado pela República Popular da China.”

Marta Kanashiro

Corpo humano
exposto na Oca



P E D R O B I O N D I

A FLORESTA, VISTA DE BAIXO

Essas sumaúmas poderiam realmente impressionar vistas desse jeito, para além da raizama descomunal. Soam como um comitê de adultos recriminadores, incriminadores: vertiginosas e moucas. Sobra pouco para a luz, uma pequena capoeira no firmamento, e ela vem cegando, procurando desfolhar caminho. Acho que agora conheço a sensação de um líder de doces massas sendo docemente carregado pela multidão. Ou tudo à minha volta lembra um louco brinquedo infantil, pelúcias de escorpiões, aranhas, pássaros coloridos, um jacaré, todos flutuam e riem, flutuam e riem, congelados em espuma, como no universo de sonho de um bebê que sobrevoa as grades do berço-lar. Só esta a Amazônia-pra-todos que consegui. Lutei, lutei muito: até onde deu. Busquei me arrebentar arrebentando quem estivesse em volta, puxei todas as energias que me restavam em murros, urros, ursos... giros. Mas quem mata a água? Risos. Quem ganha uma guerra contra partículas? Quando o inimigo é o chão ou o ar? Cada chute que dei era como chutar o escuro, em instantes aquela calda-viva voltava e preenchia o vazio, comendo o vácuo. Do que lembro: as sumaúmas de rosto indecifrável me julgaram e quatro rudes caboclos me arrebentaram o português e me jogaram ao mar, gringo em meu próprio mapa, um oceano de antenas, perninhas e ferrões, aprende a nadar alemão, por ali um representante de cada preciosa espécie da floresta equatorial, uma procissão de zoologia ou alucinada arca-de-noé sem noé, até uma sucuri que desistiu de se enrolar no que não quebra, pobre monstra inutilizada, seria o mais horrível de Dante ou Cousteau não fosse essa total anestesia e o riso babado que me curva a boca depois dos zilhares de agulhadas de ácido fórmico. Entre maoris ou pigmeus eu tinha um transe de caramuru ou oferecia espelhos, mas esse turba invertebrada é absolutamente surdo-muda, chão mais fluido, adiós belas damas de espanha...

REINALDO

Driblar? Não é bem a palavra. Ele dá uns cortes que fazem o cara procurar a bola nas placas, pedala como quem caça um coelho na cartola, se movimenta em campo como se visse tudo do alto, de helicóptero, ou desenhado numa lousa. Aplica um lençol que é quase uma cortesia, de tão

plástico. Tão plástico que o cara nem fica com raiva, sabe? Dá um sorriso de humilhado cordial, de "você viram o que eu vi?", e não seria de estranhar se se ajoelhasse para lustrar a chuteira dele. Mas se o cara é desleal ele rosna com os pregos da sola, nunca vi ninguém dividir com tanto sangue, com os dentes rilhados, a coxa triangular quase estourando de dentro para fora, pintura gritando para vazar das linhas do desenho. Não é corpulento mas, bom brasileiro, é capaz de derrubar zagueiro com puxão de Dener, extrai que nem carrapato mão que lhe gruda na camisa, se preciso arranca cabelo ou arranha rosto no toma-lá do escanteio. A gente quase esquece o chutador que vive ali dentro: trivela, bicuda, folha-seca, acorda-coruja, peito-de-pé, colocadinha nana-nenê, chapa simples pra empurrar pra dentro, cobertura. Calcanhar, se necessário – ou se maximamente desnecessário. E carrinho pra não ensejar capricho da torcida, que de tempo em tempo tem que arranjar um boneco de judas, um bode pra expiar. Único do time que eu não vi chorar quando a gente foi campeão da segundona, seis anos depois de o clube ter caído, quatro depois de a gente ter entrado e um depois de a gente ter feito uma temporada de arrebentar e perdido a final com gol anulado e pênalti inexistente, sem falar nos vários resultados que iam coincidindo em favor do adversário. Único do time que não desceu pra mulherada comprada no vestiário. Puta que pariu, o que o bicho jogou nesses dois anos não tá no gíbi. Fez gol aos 2, aos 45, aos 49. Levou tesoura criminoso pra gente ganhar uma expulsão. Fez gol com drible-da-vaca, gol de barriga e gol de raiva, afundando o goleiro. Perdeu pênalti e fez questão de bater e converter o seguinte, no mesmo canto. Perdeu o pai e parece que jogou com mais garra, parecia até mais mágoa do que homenagem. Aliás, do pouco que ele fala – sempre daquele jeitão caladão –, disse que o velho nunca apoiou: a última coisa que eu queria é te ver correndo atrás de uma bola no meio de um monte de marmanjo. Antipático, bastante. Parece que comigo ainda um pouco mais – o pai. Ele, de sorriso nublado, de não dar intimidade pra ninguém – principalmente depois que uns chimpanzés começaram com brincadeira pra cima da gente –, mas gente boa incontestável. Tomamos umas tubaínas depois que voei na cara de um deles. Três jogos na primeira divisão e veio sujeito manager. Possibilidade de pular de trezentos pra trinta mil. Ele sabia que fechar na hora era bobagem, fintou, tenho certeza de que vai fechar pelo dobro. Me contou como quem vê chegando o trem do alívio, me revelou um apelido de bicho miúdo e me deu um beijo de mulher – de mulher que tirou das costas as toneladas de um segredo.

Pedro Biondi, 31 anos, é jornalista e escritor. Tem textos literários publicados em sites e revistas e na antologia Todas as gerações – o conto brasileiro contemporâneo (LGE, 2006). É autor do livro inédito de contos Cheiro de leão. Trabalha como editor de primeira página da Agência Brasil, noticiário da Radiobrás na internet. Nasceu em São Paulo e mora em Brasília desde 2005.

PAULO JOSÉ MIRANDA

Ter pernas é muito bom
pode-se ir até aos campos
e trazer as costas carregadas de
batatas e cebolas dos outros.
Ter pernas é muito bom
e ir ao lado da namorada
para um saco de pipocas,
escuro no cinema e depois casar
para fazer mais pernas.
Ter pernas é muito bom
e correr sem precisar de falar.
Ter pernas é muito bom
ainda que só as uses para escrever
e nem sequer saibas.
Ter pernas é muito bom
para pôr uma boca entre elas.
Ter pernas é muito bom
sair para ir às compras
e trazer comida às forças para andar.
Ter pernas é tão bom
que a inveja inventou a guerra
só para as cortar.
Ter pernas é muito bom.

Deitava-me cansado sobre a cama
e o descanso vinha.
Sentava-me com fome à mesa
e a comida vinha.
Esperava junto aos limoeiros
e a rapariga vinha.
Era o antigo império da adolescência
e a vida vinha.

Paulo José Miranda é poeta, escritor e dramaturgo. Licenciou-se em filosofia pela Universidade de Lisboa. É membro do Pen Club desde 1998. Publicou três livros de poesia, quatro novelas e uma peça de teatro. O seu primeiro livro de poesia venceu o Prémio Teixeira de Pascoas em 1997 e a sua segunda novela venceu o primeiro Prémio José Saramago em 1999. Recebeu uma bolsa de criação literária do Ministério da Cultura para escrever a sua terceira novela e uma outra da Fundação do Oriente para viver três meses em Macau e escrever a sua quarta novela. Este ano irá publicar a primeira parte de um extenso estudo acerca de Fernando Pessoa, e um romance. Os poemas que aqui se publicam são inéditos, do seu próximo livro de poemas, ainda sem data de publicação.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Apoio

